

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

ANABELLA MACHADO DA ROCHA

CADÊ O AMARILDO?

Iterabilidade e construção de memórias em cartografias comunicáveis

RIO DE JANEIRO

2016

ANABELLA MACHADO DA ROCHA

CADÊ O AMARILDO?

Iterabilidade e construção de memórias em cartografias comunicáveis

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Diana de Souza Pinto

Coorientadora: Prof^a. Dra. Branca Falabella Fabrício

RIO DE JANEIRO

2016

Rocha, Anabella Machado da.

R672 Cadê o Amarildo?: iterabilidade e construção de memórias em
cartografias comunicáveis / Anabella Machado da Rocha, 2016.
116 f. ; 30 cm

Orientadora: Diana de Souza Pinto.

Coorientadora: Branca Falabella Fabrício.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade
Federal
do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

1. Segurança pública – Rio de Janeiro (Estado). 2. Pragmática

CADÊ O AMARILDO?

Iterabilidade e construção de memórias em cartografias comunicáveis

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Diana Souza Pinto (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Josaida Gondar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Fátima Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro

À família de Amarildo de Souza e a
todas as famílias que choram por seus
mortos, feridos e desaparecidos.

AGRADECIMENTOS

À família de Amarildo que me recebeu acolhedoramente em suas casas e me mostrou o que é solidariedade, união familiar, garra e gana na defesa de seus direitos, e quanta força advém da convicção. Muito especialmente agradeço à Michele que me abriu as portas de acesso à família e me atendeu, sempre que necessário, com solicitude e compreensão. À Sra. Eunice, mãe de Michele e irmã de Amarildo, agradeço pela simpatia dirigida a mim e pela força que dá à mobilização. À Dona Jurema, mãe de Amarildo, meus agradecimentos e solidariedade.

Minha gratidão e carinho às minhas orientadoras Diana e Branca por toda dedicação desde a banca de qualificação quando me ajudaram a entender o que eu estava fazendo. Agradeço-lhes imensamente por toda paciência e generosidade que tornaram possível a realização do processo de escrita deste trabalho. Por terem me jogado uma boia quando tudo parecia naufragar, meu mais afetuoso reconhecimento.

Agradeço ao Prof. Daniel Silva com quem iniciei minha pesquisa e que me apontou o caminho e as ferramentas teóricas necessárias para trilhá-lo.

Agradeço à Raísa e Graciana, amigas e colaboradoras que me proporcionaram afeto, interlocuções, choros e muita risada.

Na pessoa da Prof^ª Lobélia, que sempre mostrou enorme disponibilidade para me ajudar, agradeço a todos os professores com quem fiz disciplinas e ao Programa pela acolhida que deu ao meu trabalho.

Quero agradecer muito especialmente ao Dr. João Tancredo, advogado da família de Amarildo que me recebeu prontamente para a entrevista, promoveu inúmeros esclarecimentos e apontou caminhos que foram fundamentais para a geração de dados. Agradeço ao DDH por tudo que faz em defesa dos direitos humanos.

Meu afetuoso agradecimento aos meus queridos amigos e parceiros Kadão e Nelson, do Museu Nega Vilma, no Santa Marta, pelo incentivo, colaboração e amizade. E ao Firmino, do Ponto de Memória da Rocinha por toda ajuda em me fazer chegar até a família de Amarildo.

Agradeço à Jeane, companheira de todas as horas, que, com seu afeto e exemplo, me fez acreditar que era possível empreender essa jornada.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*) que têm me mostrado que o amor é eterno.

RESUMO

Em julho de 2013, o morador da Rocinha - favela da zona sul do Rio de Janeiro - Amarildo de Souza foi abordado e levado, sem mandado, para averiguação por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora, principal política de segurança pública implementada pelo governo do Estado, e nunca mais foi visto. Seu desaparecimento provocou protestos que se desdobram na mobilização *Cadê o Amarildo?* de repercussão internacional e que circula até hoje. Dentro de uma perspectiva que se relaciona com a Pragmática Linguística - campo da Linguística que tem seu foco nos falantes na determinação das significações linguísticas e sociais - esta dissertação concebe a linguagem como uma forma de ação que tem papel fundamental na construção da memória e busca rastrear e analisar, seguindo a lógica da iterabilidade (DERRIDA, 1991), como cartografias comunicáveis (BRIGGS, 2007) que justificam a violência contra as favelas e periferias se disseminam e participam da construção de uma memória social que criminaliza a pobreza e legitima a violência nos territórios destinados aos socialmente excluídos. E, ainda, como a mobilização *Cadê o Amarildo?* se construiu como uma resistência a essa memória e se constitui em canal para que muitas outras vozes - emudecidas no confronto pela manutenção da estratificação social - possam ser ouvidas.

Palavras-chave: *Cadê o Amarildo?* Memória. Iterabilidade. Comunicabilidade.

ABSTRACT

In July 2013, the resident of Rocinha - slum in southern zone, Rio de Janeiro –, Amarildo de Souza was approached and taken for investigation, without a warrant, by police officers of Pacifying Police Unit, the main public security policy implemented by the State Government, and was never seen again. His disappearance sparked protests that unfolded in the campaign *Where is Amarildo?*, of international influence and circulating until today. In a perspective that relates to Linguistic Pragmatics – field of Linguistics that has its focus on speakers in determination of the linguistic and social meanings, this essay conceives the language as a form of action that has a fundamental role in the construction of memory and seeks to track and analyze, following the logic of iterability (DERRIDA, 1991), as communicable cartographies (BRIGGS, 2007), who justifying violence against slums and peripheries spread and participate in the construction of a social memory that criminalizes poverty and legitimizes the violence in the territories for the socially excluded. And, yet, as mobilization *Where is Amarildo?* was built as a resistance to this memory and was constituted in a channel for many other voices - muted in the clash for maintaining the social stratification - can be heard.

Keywords: Where is Amarildo? Memory. Iterability. Communicability.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Cadê o Amarildo?- Berlim..... | 13 |
| Figura 2 - Veja, Capa - 10/11/2010.. | 45 |
| Figura 3 - Veja 10/11/2010..... | 46 |
| Figura 4 - Cadê o Amarildo? - Página Amarildo de Souza. | 84 |
| Figura 5 - Cadê o Amarildo? E-flyer de Convocação. | 84 |
| Figura 6 - Cadê o Amarildo? E-flyer de convocação 2.. | 85 |
| Figura 7 – Cadê o Amarildo? - E-flyer de convocação 3.. | 85 |
| Figura 8 - Cadê o Amarildo? Página Wally..... | 86 |
| Figura 9 - Cadê o Amarildo? Página Wally 2..... | 87 |
| Figura 10 - Cadê o Amarildo? – Moscou. | 90 |
| Figura 11 - Cadê o Amarildo? - Nova Iorque..... | 90 |
| Figura 12 - Cadê o Amarildo? - Alemanha. | 91 |
| Figura 13 - Cadê o Amarildo? - Palestina. | 91 |
| Figura 14 -. Cadê o Amarildo? – Praia de Copacabana..... | 93 |
| Figura 15 - Cadê o Amarildo? - Cristo Redentor. | 93 |
| Figura 16 - Cadê o Amarildo? - Avenida Paulista..... | 94 |
| Figura 17 - Cadê o Amarildo? - Favela do Moinho/SP..... | 94 |
| Figura 18 - Cadê o Amarildo? - Ocupação Amarildo de Souza..... | 95 |
| Figura 19 - Cadê o Amarildo? - Patrono na UFF. | 96 |
| Figura 20 - Cadê o Amarildo? - Praia de Ipanema. | 98 |
| Figura 21 - Cadê o Amarildo? Muro da UFRJ, Botafogo/RJ..... | 101 |
| Figura 22 - Cadê o Amarildo? – Dois anos sem resposta..... | 102 |
| Figura 23 – Quem matou 19? | 103 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|-----|
| Foto 1 - Rua Dois/Rocinha. Fonte: Arquivo pessoal. | 62 |
| Foto 2 - Banner na casa de Amarildo. | 65 |
| Foto 3 - Rocinha 22/07/15 - à dir. Estrada Lagoa/Barra..... | 66 |
| Foto 4 - Rocinha 22/07/15 - Via Ápia. | 67 |
| Foto 5 - Confecção de cartazes - Rocinha - 22/07/15..... | 68 |
| Foto 6 – Polícia Militar na Estrada Lagoa/Barra.. | 68 |
| Foto 7 – Rocinha - Polícia Militar na Estrada Lagoa/Barra, 22/07/15.. | 69 |
| Foto 8 - Cadê o Amarildo? Passarela da Rocinha - 22/07/15..... | 69 |
| Foto 9 – Manifestações/SP. Foto de Carlos Eugênio Clemente. | 79 |
| Foto 10 - Fora Alckmin/Fora Cabral. | 80 |
| Foto 11 – Manifestações/RJ..... | 81 |
| Foto 12 – Cadê os Amarildos?..... | 88 |
| Foto 13 - Cadê o Amarildo? – Unirio, out. 2013. Fonte: arquivo pessoal..... | 92 |
| Foto 14 - Cadê o Amarildo? – Passeata dos professores/RJ..... | 99 |
| Foto 15 - Cadê o Amarildo? – Pilares. | 100 |

SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CDDH – Comissão de Direitos Humanos da Alerj

DDH – Instituto de Defensores de Direitos Humanos

EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

ISP – Instituto de Segurança Pública

LAV – Laboratório de Análise da Violência

MPL – Movimento Passe Livre

PCERJ – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

PMERJ ou PM - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMs – Policiais militares

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPP – Unidade Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 CADÊ O AMARILDO? – CIRCULAÇÃO, REPETIÇÃO E MEMÓRIA. | 22 |
| 2.1 LINGUAGEM E MEMÓRIA | 22 |
| 2.1.1 Pragmática e atos de fala | 22 |
| 2.1.2 Iterabilidade e memória | 27 |
| 2.1.3 Indexicabilidade – Circulação e Comunicabilidade | 33 |
| 2.2 CARTOGRAFIAS COMUNICÁVEIS OFICIAIS | 41 |
| 3 CADÊ O AMARILDO? - TRAJETÓRIAS DA PESQUISA | 53 |
| 3.1 METODOLOGIA – encontrando pistas para o trajeto..... | 53 |
| 3.2 GERANDO DADOS MULTISSEMIÓTICOS – um percurso multissituado..... | 57 |
| 3.2.1 O <i>Corpus</i> | 59 |
| 3.2.2 Entrevistas | 60 |
| 4 CADÊ O AMARILDO? – CIRCULAÇÃO E PODER | 72 |
| 4.1 UMA PERSPECTIVA DE CONTEXTO..... | 72 |
| 4.1.1 Rocinha e junho das manifestações..... | 73 |
| 4.2 CADÊ O AMARILDO? - NA ESTEIRA DA ITERABILIDADE..... | 82 |
| (IN)CONCLUSÕES: CADÊ O AMARILDO? - UMA DOBRA | 106 |
| REFERÊNCIAS | 110 |
| APÊNDICES | 116 |

1 INTRODUÇÃO

E não se combate crime organizado
Mandando blindado pra beco e viela
Pois só vai gerar mais ira
Na gente que mora dentro da favela
Sou favelado e exijo respeito
Só são meus direitos que eu peço aqui
Pé na porta sem mandato
Tem que ser condenado
Não pode existir
(Fragmento da música **Tá tudo errado**, de MC Júnior e Leonardo)¹

Durante o segundo semestre de 2013, quando da feitura do projeto para a seleção no Programa de Pós-graduação em Memória Social, minha atenção estava voltada para as manifestações ocorridas em junho daquele ano. Acompanhava a circulação das mensagens nas redes sociais sobre esse evento, quando me deparei com a mobilização *Cadê o Amarildo?* ganhando amplitude internacional (figura 1)².



Figura 1 - *Cadê o Amarildo?*- Berlim. Fonte: Facebook.

Àquela altura, o incorporei como mais um aspecto que compunha as manifestações populares de 2013. No decorrer do meu trabalho, ao observar a longevidade e a amplitude da circulação de *Cadê o Amarildo?* meu foco foi direcionado para esta mobilização como plano principal. Ao longo do ano de 2014, passei a gerar um *corpus* com dados referentes ao *Cadê o*

¹ Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/mc-junior-e-leonardo/ta-tudo-errado.html#ixzz42B820J3Z>> Acesso em jul. 2015.

² Esta imagem me foi oferecida pelo Prof. Dr. Daniel Silva, à época, meu orientador em projeto de Iniciação Científica.

Amarildo? na WEB que circulavam em jornais impressos e sites de notícias. Posso afirmar que esse processo se desenrolou a partir da estranheza que me causou a grande repercussão internacional alcançada pelo caso e o êxito em conseguir despertar a atenção das autoridades públicas, o que não é comum ocorrer, embora situações de violência semelhantes a essa - perpetrados por agentes de segurança pública contra moradores de favelas e periferias da cidade - sejam corriqueiras nos noticiários e no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. A minha perspectiva era de estranhamento, não só em relação à violência no âmbito do que se constituía a principal vitrine do governo do Estado do Rio do governador Sérgio Cabral, as Unidades de Polícia Pacificadora, mas também com a sucessão de fatos decorridos da mobilização para encontrar Amarildo, como veremos ao longo desta dissertação.

Amarildo de Souza era pedreiro, pai de seis filhos, o sétimo de 12 irmãos e morador da Rocinha, no Rio de Janeiro, desde seu nascimento. Com a mulher e seis filhos, morava em um único cômodo em uma parte mais pobre da favela. Sua tataravó fora escrava na região serrana do Estado do Rio, em Petrópolis, de onde sua bisavó saiu indo morar na Rocinha. Amarildo era apelidado de “Boi”, por ser forte e fazer bicos como carregador na comunidade. Na noite de 14 de julho de 2013, voltando de uma pescaria, na Barra da Tijuca, Amarildo foi preso, sem mandado judicial, por policiais militares da UPP da Rocinha numa operação chamada Paz Armada. Segundo a polícia, à época, os policiais militares (PMs) teriam confundido Amarildo com um traficante de drogas. De acordo com Elizabete Gomes da Silva, esposa de Amarildo, na entrevista que me concedeu:

Ele (Amarildo) estava em casa, tinha acabado de chegar da pescaria. Meu marido... ele chegou... foi o seguinte: dia 14 do mês sete, o Amarildo como sempre, pedreiro, saía de manhã e chegava de noite, de segunda a sexta, pra trabalhar na obra que ele era pedreiro. Ele tinha o vício de pescar todo final de semana. O vício que ele tinha era de pescar. O que acontece, quando chegou no dia 14, que foi num domingo, ele foi pescar, então, quando ele chegou da pescaria, ele chegou da pescaria numa base de 7h40, por aí, não tinha polícia nenhuma, assim... onde eu moro não tinha polícia nenhuma. Aí, ele chegou botou a mochila dentro de casa e falou assim pra mim: Bete, pega uma panela aí pra mim limpar os peixes. Limpou os peixes assim como você, sentada na escada, do lado da casa da minha cunhada, do meu cunhado. Nem limpou o peixe em casa, limpou na porta de casa, da casa do irmão dele. Aí limpou os peixes todos e entrou pra dentro de casa pra botar os peixe na geladeira. Quando ele saiu da cozinha até a sala, porque a minha casa era dois cômodos, quando ele veio da cozinha até a sala, apareceram dois policiais na minha porta, olhou pra mim, olhou pra ele, normal, porque a gente vê polícia toda hora passando na nossa porta, só que ele parou na minha porta e olhou pra mim e Amarildo e não falou nada, nada. Amarildo falou assim pra mim na hora que eles olharam, ele falou assim pra mim: Bete tô indo buscar um limão

e o... tô indo comprar um limão e um alho pra temperar... (...)Ficaram só na porta, mas também não falou nada, como eu tô te falando. Normal, a gente vê toda hora polícia passar... aqui é que eu não vejo, mas lá embaixo a gente vê todo dia eles passar. Aí o Amarildo falou que ia comprar o alho e limão pra temperar o peixe e passou perto deles pra ir comprar e eles também não falaram nada com o Amarildo. Só foram atrás, desceram atrás. Quando chegou lá no bar, tinha mais policiais esperando ele. Porque eu só tinha visto aqueles dois, mas aí a minha vizinha correu e falou assim pra mim: Bete, corre que os policiais estão levando o Amarildo. Entendeu? Só que eu corri, só que quando eu corri, não vi mais eles. Eles já tinham ido pra sede da UPP já, com ele. (Entrevista 17/07/2015)

Tinha 43 anos quando isso se deu e, desde então, Amarildo nunca mais foi visto. As investigações da Polícia Civil e do Ministério Público apontaram policiais militares da UPP da Rocinha como responsáveis pela tortura e morte de Amarildo. De acordo com o que foi apurado, Amarildo foi preso quando estava no Bar do Júlio, pelo policial Vital e levado para a UPP, na Rua Dois. Posteriormente, foi encaminhado para a sede da UPP, conhecida como Portão Vermelho, onde foi torturado com choque elétrico de raio Taser (arma de eletrochoque), asfixiado com saco plástico na cabeça e na boca e afogado em balde com água coletada de ar-condicionado, vindo a falecer, em decorrência das torturas, cerca de 40 minutos depois.

É comum saber de casos de assassinato como o de Amarildo na realidade de uma cidade como o Rio de Janeiro, o que não é comum é ver esses atos de barbárie alcançarem repercussão nacional e internacional a ponto de pressionarem as autoridades públicas a darem respostas. O desaparecimento de Amarildo se deu em um período de grande agitação social e política. O mês de junho de 2013 foi marcado pelas grandes manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas em todo o Brasil e pela violenta repressão das polícias estaduais. Os eventos de junho de 2013 mobilizaram intensamente não só as ruas, mas, também as mídias e as redes sociais.

O caso do desaparecimento de Amarildo desdobrou-se na mobilização *Cadê o Amarildo?* que conseguiu enorme visibilidade, mantendo-se em circulação até agora, março de 2016. Interessou-me analisar os processos de construção discursiva de *Cadê o Amarildo?* e o de sua circulação. Para proceder a essa tarefa, foi necessário rastrear a trajetória dos textos que circulavam pelas redes sociais e mídias no ambiente digital - ferramentas importantíssimas na comunicação contemporânea -, além das tradicionais formas de jornal e revistas impressos. Pelas lentes da Pragmática Linguística pude empreender minha pesquisa por uma perspectiva da linguagem em uso, na situação real, como uma ação e não como uma representação da realidade independente de sua produção social. Na Pragmática, encontrei os atos de fala, de John Austin (1990), para quem atos de fala são enunciados que realizam ações, os quais o autor

nomeou de performativos, ou seja, “(quando) dizer algo é fazer algo ou (quando) ao dizermos algo estamos fazendo algo” (Austin, 1990, p. 29).

Mas, foi na lógica da iterabilidade que, segundo as palavras do seu criador Jacques Derrida, é “a exploração da lógica que liga a repetição à alteridade” (Derrida, 1991, p. 356), e no conceito de comunicabilidade, criado por Charles Briggs (2007), que encontrei as ferramentas teóricas que me possibilitaram a análise de como os atos de fala operam na circulação. Briggs chama comunicabilidade o processo infeccioso ocorrido com o discurso na sua circulação; infecção que se constitui a partir de cartografias comunicáveis, ou seja, “projeções com as quais os textos representam seus próprios pontos de origem, modos de circulação, audiências pretendidas e modo de recepção, contidos no próprio texto”. (Briggs, 2007, p. 556, traduzi).

Pude verificar ao longo da minha pesquisa que as notícias sobre o caso Amarildo de Souza suscitavam grande participação nos sites de notícia, na seção destinada a comentários dos leitores, e nas redes sociais, a favor e contra as investigações e à mobilização *Cadê o Amarildo?*. Ressoavam memórias a respeito da violência urbana e moradores de favelas que indicializavam preconceito e legitimação da violência da policial. Assumo neste trabalho que a memória é um construto processual e dinâmico, como diz Gondar:

(...) que a memória é uma reconstrução. Ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados. (GONDAR, 2005, p. 18)

Assim, rastreei e analisei o percurso das repetições que constituem a circulação do ato de fala *Cadê o Amarildo?*, as trajetórias de alguns atos de fala da mídia e autoridades públicas que se articulam a ele, que circularam e circulam nas redes sociais e nas ruas, para investigar como a descontextualização dos termos que se relacionam à mobilização *Cadê o Amarildo?*, ao transitar pela cadeia de iterabilidade e trazerem consigo uma carga de historicidade, participam da construção de memórias e atuam na construção de novas significações que constituem modos de ver o mundo e estruturam relações sociais.

A mobilização *Cadê o Amarildo?* não se desdobrou apenas no meio digital. Manifestações de rua foram realizadas na passarela da Rocinha, arrematando um número crescente de participantes. No dia 17 de julho de 2013, ocorreu a primeira manifestação. Um grupo de cerca de 150 moradores, basicamente formado por familiares e amigos de Amarildo

de Souza, desce da Rua 2, onde fica a Central da UPP da Rocinha, em direção à passarela, na saída do Túnel Zuzu Angel-Autoestrada Lagoa/Barra, que liga os bairros de São Conrado e Lagoa, considerados bairros nobres da capital fluminense, empunhando cartazes feitos de cartolina e *pilot* com uma indagação: Cadê o Amarildo? No percurso, o grupo inicial ganhou adesão de moradores e alcançou um número de integrantes não contabilizado, porém, que foi suficiente para fechar o tráfego no túnel. Exigiam a presença das autoridades de segurança pública para responderem: cadê o Amarildo?

Ao chegar na passarela da Rocinha, o grupo se encontrou com várias organizações da sociedade civil que lá estavam em apoio ao movimento de protesto, como o “Favela Não Se Cala”, “ONG Rio de Paz”, “Justiça Global”, entre outros, organizações que foram contatadas previamente via Facebook. A presença da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro foi solicitada para tentar intermediar a interlocução com as autoridades de Segurança Pública do Estado. O Major Edison, comandante da UPP da Rocinha à época, que acompanhava a manifestação, se prontificou dizendo que ele era a presença da Segurança Pública, mas a família insistiu em falar com autoridades da Secretaria de Segurança. Segundo a sobrinha de Amarildo em entrevista dada a mim:

Nesse dia o Major Edson... ele tava no dia na manifestação e ele falou que ele falava pra gente, a família, que ele era segurança pública. Mas a gente queria falar com o chefe dele porque se ele era segurança pública, os policiais dele levam o meu tio pra sede onde ele estava e ele não diz cadê o meu tio, não era com ele que a gente tinha que tratar nada. (Entrevista dia 13/05/2015)

Com a presença de um representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Guilherme Pimentel, a família consegue marcar uma reunião com a cúpula da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dois dias depois a reunião se dá com a presença de Mariano Beltrame - secretário de Segurança Pública, o Deputado Estadual Marcelo Freixo - presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, Martha Rocha - chefe da Polícia Civil, o delegado Orlando Zaccone - titular da 15ª Delegacia de Polícia da Gávea, a mulher e a sobrinha de Amarildo, mais Carlos Eduardo, presidente da Associação de Moradores da Rocinha e o Major Edison, comandante da UPP da Rocinha.

Ainda no dia 19, mesmo tendo havido a reunião com o secretário de Segurança Pública no seu gabinete, ocorre a segunda manifestação, seguindo o mesmo itinerário e fechando o Túnel Zuzu Angel, mas contando com um número maior de participantes. No dia 24 de julho, o governador Sérgio Cabral chama a família de Amarildo para uma reunião no Palácio

Guanabara, sede do governo estadual, no dia em que estava marcada a terceira manifestação. Neste encontro, o governador, de acordo com a família, oferece aos familiares a entrada no programa de proteção à testemunha, diz que vai indenizá-los e pede que saiam da mídia.

Em 1º de agosto ocorre a maior manifestação, que foi amplamente divulgada na grande imprensa. E, no dia 14 de agosto, a terceira manifestação de grande porte, junto com o “Movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta”, da Bahia, integrando a Marcha contra o genocídio do povo negro, que aconteceu em vários estados do Brasil.

Cadê o Amarildo? ocupou espaço na mídia, nas redes sociais e nas ruas. Na circulação, se recontextualizava e inflava-se de significação, ganhando mais poder de pressão política. O programa de segurança pública recebia críticas e o Governo do Estado era pressionado a dar respostas.

Os policiais envolvidos com o desaparecimento de Amarildo foram indiciados, mas se mantiveram trabalhando na própria UPP da Rocinha até a noite do dia 4 de outubro de 2013, quando dez policiais militares, incluindo o Major Edison, foram presos após a 35ª Vara Criminal da Capital decretar prisão preventiva pelos crimes de tortura seguida de morte e ocultação de cadáver. A prisão foi decretada a pedido do Ministério Público que entendia que a conduta dos acusados prejudicava as investigações.

Com essas prisões, um policial militar, ainda no mês de outubro, resolveu revelar em detalhes do que ocorreu com Amarildo de Souza ao ser preso pelos policiais da UPP da Rocinha, no dia 14 de julho de 2013, no que foi seguido por mais quatro policiais mulheres que estavam no local. Assim, a prisão preventiva de mais 15 policiais foi decretada e anunciada em entrevista coletiva quando, os promotores do Ministério Público Estadual, deram detalhes do crime, obtidos no depoimento do PM e das PMs, prestado ao Grupo de atuação especial de combate ao crime organizado (GAECO). Conforme foi noticiado pelo Jornal O Globo, Caderno Rio, em 23/10/2013, das quatro policiais que prestaram depoimento, duas foram obrigadas a ficar em contêiner próximo ao que estava Amarildo. Elas teriam ouvido a tortura e uma delas disse ter tapados os ouvidos para não ouvir mais os gritos e pedidos de ajuda da vítima e, ao tentar saírem, foram impedidas por outros policiais. Durante esse tempo, 12 PMs resguardaram o entorno para impedir a passagem de moradores. De acordo com o que indicaram as investigações, o corpo de Amarildo foi enrolado em capa de motocicleta envolvida em fita crepe e retirado por uma abertura no teto do container. Após o crime, jogou-se óleo no local da tortura para apagar as manchas de sangue que poderiam se constituir em provas. As torturas foram praticadas por quatro PMs e o Major Edson, comandante da UPP Rocinha, que se manteve em

container próximo, de onde acompanhou o sucedido. Os acusados sempre sustentaram que Amarildo foi liberado após depoimento e sequestrado por traficantes.

O Desembargador Lindolpho Moraes Marinho, em setembro de 2013, determinou ao Estado que pagasse pensão mensal e custeasse tratamento psicológico para a família de Amarildo de Souza.

No dia 1º de fevereiro de 2016, a grande imprensa noticiou a condenação dos policiais acusados pela morte e ocultação de cadáver de Amarildo de Souza. Oito foram condenados a cumprir pena, sendo a maior delas de 13 anos e sete meses. A família continua até o presente momento, março de 2016, sem saber onde estão os restos mortais de Amarildo de Souza.

Pode-se dizer que as mobilizações *Cadê o Amarildo?* tensionaram de forma exitosa uma cartografia que chamo de oficial, mas seu êxito está na construção de uma nova cartografia que reproduz o mesmo processo comunicável? Esse tensionamento confere voz às coletividades socialmente subalternizadas, que têm sido o alvo dos agentes de repressão do Estado? O fato do desaparecimento de Amarildo de Souza ter ocorrido no espaço-tempo das grandes manifestações que marcaram 2013 é o suficiente para explicar a extraordinária circulação que alcançou, transbordando as fronteiras nacionais? O que confere ao *Cadê o Amarildo?*, do ponto de vista discursivo, potência para se manter em circulação por tanto tempo, quando outros acontecimentos de violência similares a esse desaparecem num anonimato silenciado? Com tais questões de fundo, diviso meus objetivos:

1) Rastrear e analisar cartografias comunicáveis oficiais que se constituem em discursos de autoridades públicas do estado e da grande mídia, relacionadas à segurança pública no Estado do Rio de Janeiro;

2) Identificar a memória que essas cartografias ressoam e constroem;

3) Analisar o processo discursivo que se constrói na mobilização *Cadê o Amarildo?*

A geração de dados para este trabalho baseou-se em procedimentos etnográficos ressignificados à luz das especificidades do meu contexto de pesquisa. Escrevo o *corpus* detalhadamente no capítulo destinado à metodologia, mas adianto aqui, que enfrentei o desafio de trabalhar com a memória de eventos tão recentes, buscando material em jornais e revistas impressos e digitais, em *sites* de emissoras de televisão e de material circulante nas redes sociais, mais especificamente do Facebook, que teve papel preponderante na circulação dos atos de fala que abordo. Também integram meu *corpus* fotografias tiradas por mim ao longo desses mais de dois anos de pesquisa. As buscas foram feitas nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, O Dia, Extra, nas revistas Veja, Época e Istoé, Carta Capital, além dos *sites* das

emissoras de televisão como Rede Globo, SBT, Bandeirantes e Record; em transcrições de audiências públicas da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), da ALERJ e em fóruns de debates que participei, promovidos pela Escola de Magistratura do Estado do Rio (EMERJ). E, também, em entrevistas semiestruturadas (guia de perguntas está como apêndice) com o advogado João Tancredo, advogado da família de Amarildo e presidente do Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos (DDH); com dois integrantes da luta *Cadê o Amarildo?*, a sobrinha e a esposa, e um jornalista, repórter de campo, que cobriu o caso do desaparecimento de Amarildo.

Minha posição não é de neutralidade. Não reivindico nenhuma isenção ou imparcialidade. Eu quero saber em que medida é possível encontrar na mobilização *Cadê o Amarildo?*, elementos que nos capacitem a uma atuação socialmente transformadora em relação ao *status quo* vigente. Nessa perspectiva, a partir das questões que levanto e visando os meus objetivos organizo o meu trabalho em quatro capítulos. No primeiro, apresento esta introdução onde exponho os eventos que constituíram as mobilizações *Cadê o Amarildo?* a partir de dados trazidos pela imprensa, das alegações do advogado de Amarildo nos processos de ação indenizatória, e nas entrevistas com Michele Lacerda, sobrinha de Amarildo, e Bete Gomes da Silva, esposa de Amarildo. Esclareço que os familiares de Amarildo fizeram as interferências que consideraram pertinentes a narrativa desses eventos.

No segundo, abordo minhas questões teóricas – circulação, repetição e memória – buscando articular os conceitos de atos de fala, iterabilidade e comunicabilidade ao campo da Memória Social e apresento a investigação de nexus indexicais como meu procedimento analítico. Finalizo identificando e analisando discursos que emergem de autoridades públicas do Estado do Rio de Janeiro e da grande mídia sobre violência urbana e segurança pública.

No terceiro, trago os procedimentos metodológicos e as ressignificações conceituais que empreendi para dar conta das necessidades de uma pesquisa no campo digital, nas redes sociais e em campo empírico multissituado; a seguir, a geração de dados e o *corpus*. Encerro esse capítulo com narrativas da minha experiência com as entrevistas, a partir das notas de campo, fotos e gravações de vídeo e áudio.

As imagens que cito nesta dissertação são retiradas da rede social Facebook e mídias digitais e estão legendadas como “figuras”; para distingui-las de fotografias, utilizo o termo “foto”; as que foram tiradas por mim, legendo “fonte: arquivo pessoal”.

No quarto, meu foco se direciona a analisar a mobilização *Cadê o Amarildo?*, que denomino sempre em itálico quando me refiro à mobilização para diferenciar da indagação

apenas. Inicialmente, apresento o espaço da Rocinha, no tempo das Unidades de Polícia Pacificadora, no período das grandes manifestações populares de 2013, como uma perspectiva de contexto situado de onde emerge o ato de fala *Cadê o Amarildo?* Logo após, convido o leitor a deslizar na esteira da iterabilidade de *Cadê o Amarildo?*, percorrendo e analisando como o fluxo de repetições infla-o de significações, colocando-o em deriva à cartografia oficial como potência transformadora. Por fim, trago algumas (in)conclusões.

2 CADÊ O AMARILDO? – CIRCULAÇÃO, REPETIÇÃO E MEMÓRIA.

Neste capítulo localizo minha perspectiva teórica e as referências conceituais de que me utilizo. Inicialmente, apresento a Pragmática Linguística como o holofote maior que fornece o campo de visão que preciso para observar como a linguagem atua na construção da memória. Em seguida, apresento as grandes lanternas - atos de fala, lógica da iterabilidade, circulação e comunicabilidade - que iluminam a minha trajetória de pesquisa e me instrumentalizam para propor uma análise articulada à concepção de construção processual da memória. Com a definição da perspectiva que escolhi e munida de um potente equipamento de iluminação, prossigo com o rastreamento de algumas cartografias comunicáveis oficiais, referentes à violência urbana e segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

2.1 LINGUAGEM E MEMÓRIA

Minha perspectiva teórica é da linguagem como performance e não como representação, portanto, se relaciona com a Pragmática Linguística, o campo da linguística que tem sua atenção voltada para os usuários da linguagem na interpretação das significações linguísticas e sociais; opondo-se, assim, às abordagens linguísticas que investigam a linguagem independentemente de sua produção social, concebendo-as como mera representação da realidade. Na Pragmática, a linguagem não é tomada como uma expressão refletida do real que se pode submeter à verificação de verdadeiro ou falso; ao invés disso, a linguagem é ela própria produtora de significações, portanto, da experiência de realidade.

2.1.1 Pragmática e atos de fala

O uso moderno do termo Pragmática se deu a partir de Charles Morris (1938) que o utilizou quando dos seus estudos para esboçar uma ciência dos signos. Morris identificou três aspectos de investigação: a sintática, estudo das relações dos signos entre si; a semântica, estudo da relação entre os signos e os objetos a que são aplicáveis; e a pragmática, estudos da “relação dos signos com os intérpretes” (MORRIS, 1938, p. 108 apud LEVINSON, 2007, p. 2). Vários sentidos foram dados ao termo pragmática a partir da definição de Morris. Nas palavras de Levinson:

Muitos usos distintos do termo pragmática originaram-se da divisão original de semiótica feita por Morris: o estudo do enorme leque de fenômenos psicológicos e sociológicos envolvidos nos sistemas de signos em geral ou na linguagem em particular (sentido que o termo assume na Europa continental), o estudo de certos conceitos abstratos que fazem referência aos agentes (...), o estudo dos termos indiciais ou dêiticos (...) ou, finalmente, o uso recente na linguística e na filosofia anglo-americana que podemos, grosso modo, entender como o estudo do uso linguístico (LEVINSON, 2007, p. 6).

É nesta última perspectiva que este trabalho se desenvolve, ou seja, a de que a atribuição de significados não se dá independente do contexto. Nesse sentido, utilizo-me do conceito de atos de fala, desenvolvido por John Langshaw Austin (1911-1960), para identificar e analisar processos multissemióticos de produção de sentido e a influência da circulação desses diferentes signos na construção da memória, que alicerça ideologias e crenças, em relação à violência urbana que respalda uma determinada política de segurança pública. Nesse contexto estão os discursos sobre o caso do desaparecimento de Amarildo de Souza e seus desdobramentos.

Austin está inserido na tradição britânica da filosofia analítica, inaugurada por G. E. Moore, B. Russell e L. Wittgenstein, no início do século XX, em que o significado passa a ser a questão central de reflexão. Como nos esclarece Souza Filho, tradutor de Austin para o português:

A tarefa filosófica da corrente analítica se desdobra nas duas seguintes atividades: por um lado, analisar a sentença, buscando estabelecer sua forma lógica e seus elementos constitutivos; por outro, reinvestigar os problemas filosóficos tradicionais em teoria do conhecimento, teoria da percepção, ética, etc., através da análise linguística dos conceitos centrais destas áreas e do uso dos mesmos na linguagem ordinária. (SOUZA FILHO, 1990, p. 8)

Esse segundo objetivo foi perseguido pela chamada Escola de Oxford, que teve em Austin um representante de grande importância. Para ele a linguagem é uma prática social e como tal deve ser analisada; é uma forma de atuação sobre o real, cujo significado é dependente das condições de uso. A linguagem é vista, assim, como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes. De acordo com Ottoni:

Para Austin, que estava inserido na discussão criada a partir das questões surgidas pela dificuldade do uso da linguagem pela e para a filosofia, o objetivo da filosofia analítica é estudar o funcionamento da linguagem antes de estabelecer modelos lógicos, modelos ideais que deem conta de questões filosóficas. Analisou a linguagem a partir das dificuldades que ela coloca

frente a certos procedimentos filosóficos tradicionais. De fato, para muitos filósofos, a linguagem humana cria certas dificuldades para a resolução de questões filosóficas. Subjacente às reflexões de Austin na análise da linguagem ordinária, podemos dizer que são os filósofos, e os linguistas, que criam dificuldades para o entendimento dessa linguagem. Daí o seu grande interesse em estudar este tipo de linguagem e não se dedicar ao estudo de uma linguagem ideal e formal. (OTTONI, 2002, p. 119)

Austin apresenta uma ideia original a que chama de atos de fala numa série de 12 conferências proferidas na Universidade de Harvard, em 1955, publicadas postumamente, em 1962, no livro **How to do Things with words**, traduzido para o português, em 1990, por Danilo Marcondes de Souza Filho, como **Quando dizer é fazer – palavras e ação**.

Em sua teoria dos atos de fala, Austin distingue os enunciados constativos e os performativos. Os constativos seriam fundamentalmente os descritivos, que relatam o estado das coisas, portanto, passíveis de serem submetidos à vericondicionalidade, ou seja, à condição de verdadeiro ou falso; e os performativos (do verbo inglês *to perform*) seriam enunciados que, quando proferidos, realizam uma ação “(quando) dizer algo é fazer algo ou (quando) ao dizermos algo estamos fazendo algo” (Austin, 1990, p. 29). Os performativos não descrevem, mas executam ações. Por exemplo, um enunciado como *declaro encerrada a sessão*, não está dando uma informação sobre o encerramento da sessão, mas realiza a ação de encerramento da sessão. Assim como *eu te prometo*, não descreve nada fora da linguagem, mas realiza uma promessa; “não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar o que estou praticando, é fazê-lo” (AUSTIN, 1990, p. 24).

Austin mostra como essa categoria de enunciados, os performativos, não representam uma realidade, não reproduzem uma versão paralela do real, não se condicionam aos critérios de verdadeiro e falso, mas constroem uma realidade. No entanto, os performativos também dependem de elementos contextuais extralinguísticos para obter êxito em sua efetividade. A esses elementos, Austin chamou de condições de felicidade, requisitos que precisam ser observados para o ato de fala não malograr.

Diversamente das constativas, que são avaliadas a partir da concepção de verdade e falsidade, as performativas apenas podem ser avaliadas como felizes ou infelizes de acordo com o cumprimento ou não de suas condições de felicidade. Consideremos, por exemplo, enunciados do tipo: *declaro o réu culpado*, para o qual só há efetividade do ato de fala se for proferido por agente investido de autoridade para julgamento, em situação formal, ou seja, em um tribunal após a realização de todo o rito processual. Se eu dirijo o mesmo enunciado a um transeunte que passa por mim na rua, no máximo, causo estranheza ou uma resposta desaforada.

Assim é que enunciados como “aceito esta mulher como minha legítima esposa” ou “batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth” (exemplos utilizados por Austin na I Conferência) operam, não declaram; não descrevem, mas fazem. Não se está relatando, nem descrevendo o casamento ou o batizado, o proferimento o realiza; não podendo, assim, se submeter aos critérios de verdadeiro ou falso já que não se refere a condições prévias ao próprio ato de fala. Porém, para que haja êxito performativo, é preciso que as “circunstâncias adequadas” existam para se evitar as “infelicidades”. Por exemplo, nos exemplos dados, é preciso se estar num casamento cristão heterossexual, não podendo nenhum dos noivos já ser casado e o enunciado ser dito por alguém investido de autoridade para tal etc. Do mesmo modo, para o batismo do navio valer, deve ser realizado por uma autoridade designada para tal, em cerimônia previamente estabelecida. De nada adiantaria uma pessoa qualquer quebrar uma garrafa no casco de um navio, atribuindo-lhe um nome, se é que conseguisse chegar perto de um navio. Nas palavras do próprio Austin:

Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito nossa ação. (...) (nos) casos em que algo sai errado e nos quais o ato – isto é, casar, apostar, fazer um legado, batizar, etc. – redundante, pelo menos em parte, em fracassar (...) não devemos dizer de uma forma geral que o proferimento seja falso, mas malogrado. Por esta razão chamamos a doutrina das *coisas que podem ser ou resultar malogradas*, por ocasião de tal proferimento, de doutrina das infelicidades (grifo do autor). (AUSTIN, 1990, p.30)

Como nos esclarece Tedesco:

Colocada desse modo, a performatividade compromete os limites entre o linguístico e o extralinguístico, ideia tão cara à concepção da linguagem representação. Este comprometimento revela a transformação da natureza do elo entre linguagem e o seu exterior. A relação entre esses dois planos não é mais necessariamente a da pura referência: inclui a possibilidade de incursões recíprocas. O enunciado, não sendo explicado pela sintaxe, é especificado por suas implicações pragmáticas e pela determinação externa à sua própria organização. (Tedesco, 2008, p. 315)

Porém, Austin, em **Quando dizer é fazer (How to do things with words)**, após uma minuciosa análise caracterizando constativos e performativos, acaba por argumentar que todo enunciado, mesmo o constativo, também realiza algo. As constativas seriam performativas mascaradas, já que estariam, pelo menos, realizando o ato de informar. Essa perspectiva desfaz a dicotomia constativa/performativa, levando-o à teoria dos atos ilocucionários, i.e., que todas

as declarações além de significar o que quer que signifiquem, executam ações específicas. Mas, explica: “(...) ato ilocucionário é um ato convencional: um ato realizado em conformidade com uma convenção.” (AUSTIN, 1990, p. 92)

Para esclarecer como, ao enunciarmos uma sentença, estamos executando ações, Austin, distingue três sentidos básicos dos atos de fala:

- Atos locucionários (ou locutórios) – “proferir determinada sentença com determinado sentido e referência”, exemplo: ele me disse “atire nela!” querendo dizer “atire” e referindo-se a ela como “nela”.

- Atos ilocucionários (ou ilocutórios) – “proferimentos que têm certa força convencional, como avisar, comprometer-se”. Exemplo: ele me instigou (ou aconselhou, ordenou etc.) a atirar nela.

- Atos perlocucionários (ou perlocutórios), “os quais produzimos porque dizemos algo”, uma ação em consequência de ter-se dito algo. Exemplo: ele me persuadiu a atirar nela. (Austin, 1990, p. 95).

Apesar do estudo feito por Austin, essas classificações acabaram por ter função argumentativa, já que o ato ilocucionário constituiu-se no “foco de interesse de Austin e, na verdade, o termo ato de fala acabou por referir-se exclusivamente a esse tipo de ato.” (LEVINSON, 2007, p. 300) Para resumir, cito Tedesco:

A partir de Austin, qualquer enunciação possui implicações pragmáticas. Nesse sentido, são as condições práticas próprias às palavras que também definem o ato locutório, o componente sintático do dito. A forma gramatical aparece em segundo lugar, como mero auxiliar da viabilização da natureza pragmática. A linguagem é antes uma prática que uma gramática ou estrutura representativa, produzindo estados de coisas em vez de reproduzi-los. Dessa forma, como uma ordem dirigida ao real, ela não mais se refere ao empírico, mas trabalha diretamente a sua produção. (TEDESCO, 2008, p. 316)

É nessa perspectiva da linguagem como prática que atua produtivamente na criação de realidades que esta pesquisa constituiu sua trajetória. Contudo, para entender o funcionamento que permite vigor de continuidade a essa produção, recorro à ideia concebida por Derrida, em sua releitura de Austin: a lógica da iterabilidade (*iter*, de novo, viria de itara, outro em sânscrito). Nas palavras do próprio autor, iterabilidade (é) “a exploração da lógica que liga a repetição à alteridade” (Derrida, 1991, p. 356).

2.1.2 Iterabilidade e memória

Jacques Derrida, nascido em El-Biar, Argélia, em 15 de julho de 1930, viveu em Argel até sua juventude. Em 1952 foi admitido na École Normale Supérieure, em Paris, onde aprofundou seus estudos sobre Husserl e Heidegger, importantes autores para a Fenomenologia, teoria que concebe o conhecimento da essência dos fenômenos, pautado na intuição ou consciência para além da razão e da ciência. Derrida se opôs fortemente a essa ideia. Para ele isso expressaria a existência de uma realidade metafísica e um conhecimento para além da experiência vivida, o que importaria uma referência de verdade. A oposição a uma percepção metafísica do conhecimento marca sua obra e está na base da ideia de desconstrução, que ele apresenta em seus três primeiros livros: *Gramatologia*, *A Escritura e a Diferença* e *A voz e o Fenômeno*. Desconstrução é o gesto de desmontar um texto; em vez de um significado, o texto assume vários. Em outras palavras: “A desconstrução não consiste em passar de um conceito para o outro, mas em modificar e em deslocar uma ordem conceitual assim como a ordem não-conceitual à qual se articula.” (Derrida, 1991, p. 372)

Em 1972, junto a outros dois livros, *Posições* e *La dissemination*, Derrida publica *Marges de la philosophie* – traduzido em 1991, *Margens da filosofia*, por Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães – que trouxe o ensaio *Assinatura acontecimento contexto*, onde Derrida apresenta o termo iterabilidade para nomear a lógica de se tornar, incessantemente, novo a cada repetição. Isto é, a escrita é uma “marca” que ao se repetir para além do controle de sua suposta fonte produtora, ou seja, mesmo na ausência do produtor do texto, se descontextualiza inelutavelmente, construindo-se numa outra, levando consigo uma memória do que foi, para se tornar uma nova. Esta característica de se descontextualizar e recontextualizar insaturavelmente se constitui numa característica própria à escrita.

Para o autor franco-argelino, não se pode congelar um elemento da linguagem, falada ou escrita, num contexto/significação, sob pena de torná-lo ilegível, impedindo seu reconhecimento e repetição, ou seja, a iterabilidade. A possibilidade da ausência do referente, da pretensa origem produtora e do seu receptor, constroem a marca em sua própria estrutura:

Qualquer signo, linguístico ou não-linguístico, falado ou escrito (...) pode ser citado, colocado entre aspas: com isso pode romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. Isso não supõe que a marca valha fora do contexto, mas, pelo contrário, que só existem contextos sem qualquer centro de referência absoluto. (DERRIDA, 1991, p. 362)

Derrida observa, então, que na proposta do performativo de Austin, noções como as de ilocução e perlocução poderiam ter implodido o edifício da metafísica, exatamente por não expressarem uma transmissão de conteúdo com sentido, mas a produção de um efeito numa situação real, prescindindo, portanto, de um referente antes de si. Nas palavras do autor, poderia ter feito “rebentar o conceito de comunicação como conceito puramente semiótico, linguístico ou simbólico” (DERRIDA, 1991, p. 365). No entanto, observa que Austin deixou de fazê-lo ao se apoiar em um valor de contexto determinável e na noção de infelicidades, já que esses elementos “essenciais” para a composição, do que Austin chamou de contexto total, ainda é a ideia clássica de consciência, da presença de um sujeito consciente de sua intenção, na totalidade do seu ato ilocucionário. É no âmbito da ideia de contexto total que Derrida questiona a teoria do performativo e afirma:

Por isso (por considerar o contexto total) a comunicação performativa torna-se comunicação de um sentido intencional, mesmo se este sentido não possua referente na forma de uma coisa ou de um estado de coisas anterior ou exterior. Esta presença consciente dos locutores ou receptores participando na efetuação de um performativo, a sua presença consciente e intencional na totalidade da operação implica teleologicamente que nenhum *resto* escape à totalização presente. Nenhum resto, nem na definição das convenções requeridas, nem no contexto interno e linguístico, nem na forma gramatical nem na determinação semântica das palavras empregues; nenhuma polissemia irreduzível, quer dizer, nenhuma “disseminação” que escape ao horizonte da unidade de sentido. (DERRIDA, 1991, p. 364)

Nesse sentido, para Austin, a citação constituía uma situação “anormal”, “parasitária” à linguagem, como em um performativo dito por um ator no palco ou se posto em um poema. Como diz o autor inglês, “compreensivelmente, a linguagem, em tais circunstâncias, não é levada ou usada a sério, mas de forma parasitária em relação a seu uso normal (...) (AUSTIN, 1990, p. 36). A exclusão da citacionalidade feita por Austin, em decorrência da necessidade de se estabelecer um contexto determinável/total implica na presença consciente da intenção, perceptível a quem o pronuncia e ao outro. A essa ideia que impõe a presença de uma origem à “marca”, Derrida coloca a mesma incerteza teórica que colocou às origens metafísicas da consciência.

Escrever é produzir uma marca que constituirá uma espécie de máquina, por sua vez, produtiva, que a minha desapareição futura não impedirá de funcionar e de dar, de se dar a ler e a reescrever. Quando digo “a minha desapareição futura”, é para tornar essa proposição mais imediatamente aceitável. Devo poder dizer minha desapareição simplesmente, a minha não-

presença em geral, e, por exemplo, a não-presença de meu querer-dizer, de minha intenção-de-significação, de meu querer-comunicar-isto na emissão ou na produção da marca. (DERRIDA, 1991, p. 357)

Sua releitura de Austin, assim, postula que a possibilidade de citação ou a iterabilidade são características internas dos performativos e, ainda, de todo enunciado. A rigor, “o que em geral se lhes opõe termo a termo, pressupõe, pelo contrário, de modo dissimétrico, como o espaço geral de sua possibilidade” (Derrida, 1991, p. 370). Trago como exemplo um fragmento da transcrição da 6ª audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, presidida pelo Deputado Estadual Marcelo Freixo, realizada em 19 de agosto de 2013, com o tema: Políticas de Controle à Mortalidade da Juventude Negra nas Favelas do Rio de Janeiro³. Neste trecho o nome de Amarildo é repetido nove vezes e por diferentes oradores (os grifos são meus):

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) - Nós temos o caso do Amarildo muito trabalhado, muito divulgado, mas no ano passado tivemos 5.900 desaparecidos só no estado do Rio de Janeiro. Então, quantos Amarildos nós temos no meio desses 5.900 e não sabemos, desconhecemos?

O SR. RAFAEL CALAZANS - Nessa linha, não cabe mais perguntar onde está o Amarildo, mas quem matou o Amarildo e dizer também que o Amarildo desapareceu. Ele não morreu porque não deixaremos que essa morte sobreviva e se multiplique nos espaços. Não adianta um plano Juventude Viva se é apenas uma fantasia de bate-bola e oculta por dentro um plano que está há 400 anos em operação, que é da juventude morta. Então, são provocações que coletivamente nós discutimos no fórum, afirmando que as nossas bandeiras são colocadas muito claramente, são o basta, o fim do genocídio da juventude preta, a desmilitarização da Polícia Militar do Rio de Janeiro e o fim da pena de morte institucional. Nos encontraremos, todos os Amarildos, na Rocinha, quinta-feira agora, às 3 da tarde, colocando muito claramente que o Amarildo não morreu, ele desapareceu porque o Amarildo somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Freixo) - *Vivendo no fogo cruzado*, vai ser lançado no dia 27/08, 27 agora, de agosto – não sei de cabeça que dia da semana –, às 19 horas. Vai ser na OAB, na Marechal Câmara, em frente ao aeroporto, naquele prédio bem visível ali, e tem um debate com a autora, Maria Helena Moreira Alves, também com um representante da OAB, não sabemos ainda quem, a Dalva, que é uma das mães lá do Borel, da chacina do Borel, que completa dez anos, o Deley, de Acari, e o Anderson, que é o filho mais velho do Amarildo. (CDDH/Alerj 19/08/2013)

Amarildo é citado fora do contexto situado, fora do lugar em que morava e onde ocorreu o seu desaparecimento e em reunião convocada para se discutir mortalidade de jovens - ele tinha 43 anos quando desapareceu. Essa possibilidade de repetição em constante

³ A metodologia de geração de dados e suas fontes é apresentada no capítulo 3.

recontextualização é uma característica própria do texto que, segundo Derrida, imprime uma “marca” que é separável de seu contexto interno “na medida em que a própria iterabilidade que constitui a sua identidade não lhes permite nunca ser uma unidade de identidade consigo” (Derrida, 1991, p. 359).

Na primeira citação - “Nós temos o caso do Amarildo muito trabalhado, muito divulgado...” – observa-se o contexto da divulgação que ganhou o caso; a segunda – “Então, quantos Amarildos nós temos no meio desses 5.900 e não sabemos, desconhecemos?” – o contexto é do anonimato dos desaparecidos. O segundo orador repete seis vezes “Amarildo” com seis significados diversos: onde está, quem o matou, que ele desapareceu, que Amarildo não é um, mas é “todos”, que ele não morreu é “nós”, incluindo-se. Na citação seguinte do Deputado, “Amarildo” é articulado à condição de pai.

A expressão Amarildo, que emerge como um substantivo próprio identificador de um indivíduo, ao ser repetido, se recontextualiza incessantemente, ressoando uma memória, um compromisso com o já tido e produzindo novas significações. A memória do performativo, como diz Silva (no prelo) é sempre aberta, aponta para o passado e, também, para o futuro, de forma insaturável e incontrolável. A concepção de memória que abordo nesta dissertação se insere no campo de estudo transdisciplinar da Memória Social; portanto, é uma concepção que engloba tanto a memória individual - que se constrói a partir de referências dos grupos sociais -, como a memória coletiva - construída nos grupos sociais. A memória não é pensada, aqui, como a evocação de um passado constituído ou de sua representação estática, mas como uma construção que se dá a partir do que interessa interrogar; como um construto processual e iterável que se realiza num vir-a-ser permanente. Citando Gondar:

Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas, de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação: seu caráter repetidor seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-la a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito. (GONDAR, 2005, p. 26)

A iterabilidade é característica precípua do funcionamento do signo e conjuga repetição e criação. Ato de fala performatizam-se em construção de memórias que, por sua vez, estão implicadas na constituição coletiva de significações. No exemplo dado anteriormente, “Amarildo”, ao ser repetido, evoca a memória do indivíduo Amarildo de Souza e de seu desaparecimento perpetrado por policiais da Unidade da Polícia Pacificadora, mas ressoa a memória do ato de fala *Cadê o Amarildo?* e a memória de tantas outras pessoas que

desaparecem na cidade do Rio de Janeiro; indicia violência policial, racialidade, exclusão social, favelas, pobreza, desrespeito aos direitos humanos. Contudo, a cada repetição articula-se a um significado novo, como o genocídio de juventude negra, a desmilitarização da polícia, e inclusão também – “porque o Amarildo somos nós” –, portanto, infla-se de significação e amplia a memória que ressoa.

Como diz Gondar (2005), a construção da memória é a arena em que se dá a luta entre diferentes interesses na determinação do que lembrar e do que esquecer, num jogo em permanente tensão. A relevância, neste trabalho, é dada ao próprio processo em que se confrontam diferentes projetos de sociedade na constituição coletiva de significações socialmente aceitas. Argumento que a compreensão do funcionamento da linguagem na construção da memória nos permite identificar como e quais projetos estão em disputa no estabelecimento do *status quo*. Ao fazer a escolha por esta perspectiva teórica, ou seja, da memória como um construto processual, posiciono-me quanto ao que quero interrogar e o que me interessa ética e politicamente. Cito Gondar:

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos, ética e politicamente. (Gondar, 2005, p. 17)

É desse modo que examino como cartografias comunicáveis oficiais a respeito de segurança pública se disseminam e que função assumem, discursivamente, na performance da elaboração e execução da política de pacificação na sua relação com favelas e periferias. E, ainda, o percurso iterável de *Cadê o Amarildo?* para identificar em que medida nos apresenta caminhos de resistência em um mundo globalizado, onde a comunicação ganha velocidade exponencial e as fronteiras identitárias e nacionais se tornam fluidas e permeáveis, numa contemporaneidade em que o poder se espraia planetariamente com capacidade de absorver e digerir movimentos de resistência e deles extrair lucro. Para uma orientação teórica deste aspecto, apresento uma resenha de um exemplo de resistência possível, rizomática e não verticalizada, nos tempos da globalização, trazido por Gondar (2003), no artigo **Memória, poder e resistência**.

Numa visada foucaultiana, Gondar apresenta a 11ª Documenta, uma exposição de arte contemporânea que se realizou em Kassel, Alemanha, entre os meses de junho e setembro de 2002, onde a relação entre o poder e a resistência foi tema de ampla discussão. Nos dois anos anteriores ao evento, foram promovidos encontros em seis cidades de diversos continentes. O objetivo dos debates era colocar a arte em sintonia com problemas concretos do mundo contemporâneo. Quatro plataformas temáticas fundamentais orientaram os debates: em Berlim e Viena o tema foi a democracia não realizada; a segunda em Nova Dheli, abordou experimentos com a verdade; a terceira teve como título “Criolidade e criolização”, em Santa Luzia – Caribe; e a quarta intitulou-se “Sob sítio – quatro cidades africanas”, ocorreu em Lagos (Nigéria). Nesta última foi discutida a situação das cidades de Freetown, Johannesburg, Khinshasa e Lagos que viviam algo que poderia ser caracterizado como estado de sítio dadas as guerras, desemprego, AIDS etc. O que estava em pauta não era trazer uma denúncia da situação desumana em que vive o continente africano, mas de apresentar as potencialidades de vida dessas cidades. Nos termos da autora:

(Sua) capacidade de resistência e de criação de determinados setores que, a princípio, estariam assujeitados, mas que, todavia, se mostravam capazes de dobrar a própria sujeição, inventando um outro tipo de vida. Em outros termos, aquilo que se desdobrava era uma ética de vida como resistência ao poder. (GONDAR, 2003, p. 41)

Como exemplo dessa estratégia de resistência ao poder, Gondar analisa a terceira plataforma, “Criolidade e criolização”. Neste ponto, a autora traz a noção de “criolização”, no contexto africano, como possibilidade de resistência a partir de uma dobra e não como uma oposição, como é a afirmação de uma identidade negra, que se tornou preponderante a partir das lutas anticoloniais. A ideia de negritude pressupunha fronteiras e características bem estabelecidas, se opondo ao domínio dos valores brancos. Na perspectiva da autora, a criolização é uma forma contemporânea de ler as configurações culturais que emergem na contemporaneidade, num mundo globalizado e conectado pela Internet, com fronteiras e contornos movediços.

Assumo essa perspectiva teórica rizomática e não verticalizada trazida pela autora ao examinar “criolização” para as minhas análises de *Cadê o Amarildo?*

2.1.3 Indexicabilidade – Circulação e Comunicabilidade

Até aqui, apresentei a Pragmática Linguística como o campo onde transitam as teorias dos enunciados performativos e, também, a releitura que Derrida fez do trabalho de Austin, libertando os atos de fala, em seu funcionamento iterável, das amarras de contextos fixos. Na lógica da repetição, os atos de fala encontram a possibilidade de ressoar e construir memórias e, a memória, de criar experiências de realidades; daí o desejo insaciável do poder em controlá-la. Para melhor compreender e identificar como esse controle opera discursivamente, recorro ao trabalho desenvolvido por Charles Leslie Briggs, pesquisador americano do Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley, que apresenta os conceitos de comunicabilidade e cartografias comunicáveis.

Briggs atua nas áreas de pesquisa da Linguística e Antropologia Médica, da Linguística Médica, do Folclore e da Antropologia Sociocultural. Ele tem usado uma série de abordagens críticas para explorar como a poética precária e certas construções sociais de linguagem, comunicação e mídia estruturam e são estruturadas pela vida cotidiana em zonas de racialização, poder, perigo e, muitas vezes, morte. Por 16 meses, Briggs realizou pesquisa de campo no Delta de Amaduro, região leste da Venezuela, onde houve uma epidemia de cólera entre 1992-1993, matando cerca de 500 pessoas. Na ocasião, verificou que as autoridades estavam mais interessadas em esconder informação do que em enfrentar as desigualdades de saúde e, ainda, que a cobertura da imprensa fazia mais do que comunicar a informação biomédica ao público. No curso desse projeto, ele desenvolveu uma perspectiva analítica que se detém sobre a comunicabilidade: processos de construção social da produção, circulação e recepção do conhecimento e do discurso.⁴

Em seu artigo *Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society* (2007), Briggs trata da comunicabilidade como a forma infecciosa que textos e discursos se disseminam, tornando socialmente significativas determinadas ideologias, concepções de mundo e formas de ver a vida, mapeando-as como naturais e negando ou silenciando outros pontos de vista. A comunicabilidade funciona dentro do que Bourdieu (1993) chama de campos sociais: “áreas de organização social que produzem papéis sociais, posições, agências e relações sociais que moldam (sem determinar) como os indivíduos e as coletividades

⁴ Ver <<http://anthropology.berkeley.edu/people/charles-l-briggs>> Acesso em agosto/2015.

são por eles interpelados e os ocupam”⁵ (Briggs, 2007, p. 556, traduzi). Esses papéis sociais criam diferentes níveis de acesso e poder e condições de agenciamento. As pessoas são instadas a ocupar esses papéis e criar diferentes formas de operá-los.

Nos campos sociais constituem-se o que Briggs chama de cartografias comunicáveis, isto é, “projeções com as quais os textos representam seus próprios pontos de origem, modos de circulação, audiências pretendidas e modos de recepção, contidos no próprio texto”⁶ (Briggs, 2007, p. 556, traduzi). Cartografias comunicáveis são *chronótopos* (nos termos de Bakhtin), ou seja, recortes de espaço-tempo em que os textos se projetam emergindo tanto de locais particulares como viajando através de locais e atividades específicas. Essas projeções podem se dar em temporalidades diretas e lineares ou em temporalidades múltiplas, como acontece com a Internet. Esse processo é moldável e contestável:

Cartografias comunicáveis conseguem efeitos quando pessoas respondem aos meios com que o texto busca interpelá-los, incluindo recusar-se a se colocar na posição que eles oferecem, criticamente revisando-os ou rejeitando-os como um todo. Quando recebem um texto, as pessoas podem aceitar a cartografia comunicável que ele projeta, podem aceitá-la mas rejeitar a forma com a qual ela busca posicioná-la, podem tratá-la criticamente, ou como paródia, ou invocar cartografias alternativas.⁷ (Briggs, 2007, p. 557, traduzi)

Para Briggs, a ideia de comunicabilidade sugere que o poder dessas cartografias está em mapear processos discursivos particulares e constituir certas dimensões comunicativas e apagar outras, criando subjetividades, relações sociais, buscando moldar como as pessoas serão interpeladas nesse processo. Assim, comunicabilidade se refere ao processo como os discursos se constituem em cartografias comunicáveis que estão inseridas nos campos sociais (unidades acadêmicas, câmaras legislativas, telejornais, redes sociais), na qual papéis e relações sociais se modelam; a como viajam em recortes de espaço-tempo se projetando por lugares como salas de aula, Plenários, televisões, internet; circulam por atividades como aulas, conferências,

⁵ “(...) calls social fields, arenas of social organization that produce social roles, positions, agency, and social relations and that shape (without determining) how individuals and collectives are interpellated by and occupy them.”

⁶ “(...) texts represent their own points of origin, modes of circulation, intended audiences, and modes of reception—contained within the texts themselves.”

⁷ “(...) communicable maps achieve effects as people respond to the ways that texts seek to interpellate them—including by refusing to locate themselves in the position they offer, critically revising them, or rejecting them altogether. As they receive a text, people can accept the communicable cartography it projects, accept it but reject the manner in which it seeks to position them, treat it critically or parodically, or invoke alternative cartographies.”

debates legislativos, entrevistas, postagens digitais e são recebidos em outros lugares como residências, bares, carros, escritórios etc.

Comunicabilidade envolve processos comunicativos socialmente situados que estão implicados com a pragmática (uso linguístico) e a metapragmática (ideologia linguística), para a qual Blommaert oferece a seguinte definição:

Ideologias linguísticas são crenças, ideias, visões e percepções sobre linguagem e comunicação. E esses complexos ideacionais pertencem a todos os aspectos da comunicação: sobre formas e funções linguísticas, assim como sobre os quadros mais amplos de comportamento (frequentemente denominados “não linguísticos”) em que ocorrem. (BLOMMAERT, 2014, p. 68 e 69)

Neste aspecto, Briggs cita o linguista norte-americano Silverstein:

Silverstein (2004) sugere que a interação social é estruturada por interação dialética entre características pragmáticas e metapragmáticas, ou seja, entre a forma como os signos são colocados no mundo e a forma com que eles representam seu ‘status no mundo’ (Briggs, 2007, p. 556, traduzi).⁸

Todo uso de signos é indicial (ou indexical), pois está ligado a um contexto e atua simultaneamente com uma ideologia linguística que estrutura uma hierarquia nesse contexto. O uso linguístico (pragmática) tem uma relação de contiguidade com a ideologia linguística (metalinguagem) que projeta posições hierárquicas no mundo, i.e., o uso linguístico, ou a pragmática, indicia um contexto, no entanto, também projeta algo neste contexto.

Por exemplo, quando um guardador de carros em via pública aborda um motorista chamando-o de doutor - mesmo sem conhecê-lo, sem ter ideia se está falando com uma pessoa que fez doutorado e laureou-se com o título de doutor ou mesmo se está se dirigindo a um médico, profissional popularmente chamado por esse título (o que também é indicial), ele está efetuando uma pragmática, um uso de signo que indicia um contexto e projeta uma espécie de regime de crenças ou um modelo cultural em jogo, que se realiza na metapragmática. Nesse caso, por exemplo, o uso do termo “doutor” indexicaliza uma hierarquia social e a posição do guardador nessa interação. É justamente a metapragmática (ideologia linguística) que faz essa arregimentação de crenças e valores e que constrói esse modelo. Nas palavras de Silva, “toda

⁸ Silverstein (2004) suggests that social interaction is structured by a dialectical interplay between pragmatic and metapragmatic features, between the way signs are placed in the world and the way they represent their own being-in-the-world.

forma linguística refere-se às condições envolventes de sua própria produção e à ordem macrossocial maior que tanto modela a interação linguística como exerce uma espécie de força gravitacional nos significados em jogo” (SILVA, 2012, p. 126). A interação entre pragmática e metapragmática é uma relação de contiguidade, portanto, pragmática e metapragmática funcionam *pari passu*.

Esta interação pragmática e metapragmática constrói trajetórias de textos comprometidas com parâmetros de transparência, linearidade e direcionalidade. Crenças e valores se projetam de forma naturalizada com o apoio de uma visão linguística tradicional em que a (língua)gem desenha um percurso direto e linear do emissor ao receptor a que é endereçado. Negligenciando as indexicalidades, tal perspectiva arrasta consigo ideologias linguísticas hegemônicas, portanto, disseminadas. A concepção da linguagem como representação da realidade circula transparentemente visões de mundo e projetos ideológicos.

De acordo com o que encaminho nesta dissertação, a circulação se dá de duas formas: 1) em discursos compreendidos como cartografias, como mapas que projetam seu deslocamento posicionando os receptores conforme significações pretendidas. Cartografias comunicáveis são discursos (pragmáticas) que se projetam transparentemente, modelando metapragmáticas (ideologias) de forma insidiosa, construindo subjetividades e modelando visões de mundo. 2) Compreende, também uma forma iterável de projeção, ou seja, na repetição o texto marca sua historicidade e ganha novas significações. É na circulação que está o poder de constituir significados e atuar na atualização de memórias.

No contexto deste trabalho, trago para essa discussão uma matéria do site do Jornal diário EXTRA, seção “Polícia”, postada em 22 de outubro de 2013, assinada por Rafael Soares, com o título “Mais 15 PMs são denunciados por participação na morte do pedreiro Amarildo”, sobre a prisão de policias militares acusados pelo desaparecimento de Amarildo de Souza, além dos que já estavam presos. Abaixo do título, a matéria traz em *close-up* o rosto de Amarildo, fotografia que teve grande circulação à época; no seu conteúdo, relata sobre a denúncia apresentada pelo Ministério Público de mais 15 policiais da UPP da Rocinha “por participação na tortura seguida de morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza” - o grifo se refere a um hiperlink que leva a uma notícia de 2016 sobre Anderson, o filho mais velho de Amarildo⁹.

⁹ Anderson, protagonizou notícias na imprensa - O Globo de 17.9.2013, p. 10 - após sua exposição pública nas mobilizações Cadê o Amrildo?, por ter sido chamado para atuar como modelo. Em 23.11.2015, o jornal Extra digital divulgou imagens de Anderson trabalhando como flanelinha, guardador de carros, na Gávea, bairro próximo à Rocinha. A reportagem trazia um pequeno texto e uma sequência de dez fotos, sem legenda, de Anderson trabalhando na rua. Em fevereiro deste ano, 2016, o mesmo jornal voltou a noticiar sobre o primogênito de Amarildo informando que teria sido chamado pela Agência Rio 40º para voltar a trabalhar como modelo.

Notícia a alegação de uma promotora do caso de que, a mando do comandante da UPP da Rocinha, um policial teria forjado um telefonema para vincular Amarildo com o tráfico na Rocinha.

Em seus “Princípios editoriais”, o jornal trata do que considera ser o fazer jornalismo e os valores norteadores da sua construção jornalística. Isso nos ajuda a entender a metapragmática proposta pelo jornal. O texto nessa seção é nomeado de “documento” e traz uma introdução assinada pelos três herdeiros das organizações Globo, grupo de comunicação a que pertence o Jornal Extra, se comprometendo com esses princípios em nome também dos filhos e netos. Tal gesto sugere um reforço à credibilidade, já que o compromisso é estendido às gerações futuras, o que pode ser lido como demonstração de firme comprometimento. O documento apresenta um preâmbulo sobre uma definição de jornalismo e mais três seções, intituladas: “Os atributos da informação de qualidade”; “Como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha”; “Os valores cuja defesa é um imperativo ao jornalismo”. Na primeira aborda questões como a isenção, a correção e agilidade. Na segunda, fala como o jornalista deve proceder diante do público, das fontes e do próprio veículo. Na terceira defende seus valores.

A definição de jornalismo é trazida como “uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”. Apesar de assumir que não “seja possível ter 100% de isenção”, o texto declara que a informação será transmitida de forma “isenta, correta e com rapidez” e que “o jornalista deve se esforçar para deixar claro o que realmente aconteceu”, o que indica comunicabilidade em jogo. Projeta uma concepção denotacional e uma metapragmática de linguagem/comunicação que percorre um caminho direto e linear do jornal ao público. Tais diretrizes editoriais interpelam o leitor, sugerindo uma determinada leitura da notícia como a descrição de um “fato”.

Um público-alvo amplo é indiciado ao caracterizar que “veículos de massa (...) produzem informação para pessoas de todos os níveis de instrução” e indicar que a “linguagem e o formato não devem ser rebuscados a ponto de afastar os menos letrados e nem simplórios a ponto de afastar os mais instruídos”. O jornal mantém um espaço de interação - uma seção de participação direta do leitor. Para a matéria em questão foram postados 17 comentários em que circularam signos indexicalizados a diferentes visões do caso Amarildo. Dos quais seis apoiam as investigações e a prisão dos policiais acusados e 12 se colocam contrários ou à repressão aos policiais envolvidos ou o espaço dado pela mídia ao caso, dentre estes, três vinculam Amarildo ao tráfico, apresento-os abaixo:

(1) **Robespierre** - NÃO CONHEÇO OS POLICIAIS ACUSADOS E TÃO POUCO O PEDREIRO DESAPARECIDO MAS A JULGAR POR ALGUNS COMENTÁRIOS, ACREDITO QUE O ÓDIO DESTILADO CONTRA A PM TENHAM MOTIVOS INCONFESSÁVEIS. A UPP DEVE ESTAR MEXENDO NO BOLSO E NO NARIZ DE MUITA GENTE PODEROSA...

(2) **PURAVERDADE** - LAMENTAVELMENTE A MÍDIA FAZ UM GRANDE ESTARDALHAÇO NA MORTE DESSE MELIANTE. PORÉM TODOS SABEM QUE ELE TINHA ENVOLVIMENTO COM OS TRAFICANTES LOCAIS. O QUE SIMPLEMENTE ACONTECERA QUE QUANDO TODOS COMEÇARAM A BATER NINGUÉM PREVIU SUA MORTE

(3) **MADHORSE** - País da hipocrisia, enquanto isso milhões morrem de fome, bandidos incendeiam o patrimônio público e privado, políticos sem um pingo de moral, e aí, a mídia dando ênfase a esse traficante. Prendem através coação, são piores que os próprios bandidos. Esse traficante já foi tarde, menos um.

Os dois primeiros comentários marcam ênfase com a utilização de maiúsculas. O comentário 1 indicia Amarildo a tráfico ao generalizar que o descontentamento com a atuação da polícia é sinal de “estar mexendo com o bolso ou nariz...”, numa alusão a negócio ou uso de drogas. Itens lexicais como “meliante” e “traficante” são usados para identificar Amarildo como criminoso, como no comentário 2, “estardalhaço pela morte desse meliante”, e no comentário 3, “esse traficante já foi tarde, menos um”, seguindo uma perspectiva que se alinha com cartografias comunicáveis que legitimam a execução sumária dos que são considerados meliantes e traficantes.

A matéria do jornal menciona atos criminosos por parte dos policiais. Além do sequestro, morte e ocultação de cadáver, eles cometem fraude processual ao tentar criar provas que ligassem Amarildo ao tráfico na Rocinha para se isentarem da responsabilização criminal; no entanto, os comentários incriminam Amarildo, embora a matéria não traga qualquer menção de envolvimento de Amarildo com ilicitudes. A única vinculação possível é ele ser morador da Rocinha. Posicionamentos como esses indexalizam crenças socialmente aceitas que generalizam a criminalização de moradores de favela e justificam a violência policial em comunidades.

Nos comentários 4, 5, 6 e 7 é sugerido que há desprezo social pela morte de policiais. Apoiam seus argumentos evocando a memória de assassinatos atribuídos ao tráfico - apresento resumidamente: “jovem tenente do Corpo de Bombeiros, assassinado pelo tráfico” / “quantas e quantas pessoas foram mortas pelo tráfico” / “quantos inocentes foram assassinados pelos envolvidos no tráfico, inclusive dentro da própria Rocinha” (ressaltando o lugar onde Amarildo morava).

Como diz Briggs, “aceitando-se as cartográficas comunicáveis, aceitamos práticas espaciais e temporais particular, reconhecemos conjuntos com contornos espaciais e temporais específicos e nos definimos em relação a eles.”¹⁰ (Briggs, 2007, p. 557, traduzi) Tais comentários recontextualizam discursos que legitimam a ação violenta da polícia e atualizam a tradição da política de “bandido bom é bandido morto”, que se performatizou em programas que gratificavam policiais por ‘produtividade’, como ocorreu no Governo Marcello Alencar, com a gratificação faroeste, instituída pelo secretário de Segurança do Estado Nilton Cerqueira, em 1995, que ficou conhecida por esse nome por ter aumentado significativamente o número de assassinatos no Estado.

A interação na seção comentários se desenvolve em quadro de disputa entre os interactantes. Os oponentes se diferenciam em dois lados, os que apoiam a polícia, autorizando o uso da violência e recriminando a cobertura da imprensa ao caso de Amarildo e, de outro, os que enaltecem o trabalho de investigação que indiciou policiais; apresento abaixo os comentários representativos dos dois pontos de vista:

(4) **Pironcia** - há pouco tempo, tive o desprazer de ler uma notícia na primeira página, do desaparecimento de um jovem tenente do Corpo de Bombeiros, assassinado pelo tráfico em assalto e até hoje o corpo não apareceu, a mãe está lutando para que não seja o processo dado como desertado e não teve nenhuma repercussão, pergunto por que será?

(5) **ChicoTMZ** - Cansei minha beleza. Esse circo dos horrores não vai acabar nunca. Não tem como oferecer delação premiada a um desses incautos para ele dizer a verdade e encerrar esta novela? O mundo continua girando. Quero coisas novas.

(6) **Gráfico** - É muita hipocrisia, dá nojo, quantas e quantas pessoas foram mortas pelo tráfico, e muitas até hoje não apareceram e não teve um espaço, a mídia com seu poderio bélico bota toda a polícia, ministério público e afins pra dançarem ciranda, cirandinha...

¹⁰ “In accepting communicable cartographies, however, we accept particular spatializing and temporalizing practices, recognize specific sets of spaces and temporal contours, and define ourselves in relationship to them.”

(7) **Pironcia** - Concordo plenamente, dá nojo quantos inocentes foram assassinados pelos envolvidos no tráfico, inclusive dentro da própria Rocinha, e não teve 1% de divulgação, mais o caso AMARILDO é coisa política para derrubar o governo do estado e enfraquecer as UPPS nas comunidades.

(8) **comisaodaverdade** – PARABENS DOUTOR RIVALDO E SUA EQUIPE PARABENS JORNAL EXTRA QUE COBROU DESEPENHO NESSE CASO ESSES POLCIAIS JA MATARAM MILHARES DE PESSOAS NAS COMUNIDADE CARENTE E NUNCA DEU NADA MAS AS COISAS ESTA MUDANDO... TEM DE MANDAR PARA MOSSORO LA NAO TEM CHURRASCO CERVEJA E GAROTA DE PROGAMA!!!

(9) **Gráfico** – Vocês lembram do caso REBECA, que foi estuprada e morta na Rocinha? Pois é, não teve 1% do espaço que o Amarildo teve e sabem pq? Foi um vaga... quem fez, nesse País marginal tem carta branca pra fazer tudo. Gente, que Deus nos livre, mas se acontecer algo de terrível com algum parente nosso, que pelo menos tenha sido feito por agente da lei, pois se não ninguém vai publicar uma linha e nem a polícia vai investigar com excelência.

(10) **Anaeliza** – Pobre homem!!! Que covardia!!!Bandidos fardados!!Carniceiros!!!

(11) **Pironcia** – VOCÊ DEVE SER UMA MORADORA DE COMUNIDADE, QUE APOIA OS ABSURDOS QUE LÁ OCORREM POR QUE NÃO SE PRONUNCIA NA MORTE DE TRABALHADORES. ONTEM MESMO UM POLICIAL FOI ASSASSINADO DENTRO DE UM ONIBUS, O QUE VC ACHA?, NO MINIMO NORMAL.

(12) **Anaeliza** – Que comandante bom a PM tem!!!Bandido Fardado!!!Cadeia nele!!! Imagine quantos ele já matou!!!

O comentário de Anaeliza (10) inverte o padrão dos comentários iniciais com a utilização de itens lexicais que articulam Amarildo como a vítima e os policiais como algozes, com muita ênfase demonstrada pelo uso de triplo sinal de exclamação – “Pobre homem!!! Que covardia!!!Bandidos fardados!!! Carniceiros!!!”. É respondido com indicadores indexicais de preconceito contra comunidades, utilizados enfaticamente por Pironcia (11) para desqualificar o comentário de Anaeliza – “MORADORA DE COMUNIDADE, QUE APOIA OS ABSURDOS QUE LÁ OCORREM”.

A pragmática da interação dos comentários à matéria do Jornal Extra indicializa crenças difundidas por cartografias comunicáveis oficiais que projetam uma metapragmática dualista e de guerra, onde só há dois posicionamentos possíveis, a favor da polícia ou a favor de bandidos. Atos de fala como os expressos nos comentários abordados, indexicalizam crenças e valores

que se performatizam em um projeto de segurança pública, que se constrói discursivamente em cartografias comunicáveis que chamo de oficiais por se constituírem nas falas de autoridades públicas e mídia corporativa. A seguir, passo para a exame de algumas dessas cartografias na tentativa de delinear como disseminam metapragmática dualista de ‘guerra’ que legitima a violência policial.

2.2 CARTOGRAFIAS COMUNICÁVEIS OFICIAIS

Nas notícias veiculadas pela imprensa sobre o desaparecimento de Amarildo de Souza havia frequentemente uma articulação da pessoa de Amarildo com o tráfico de drogas. Por mais que testemunhos e indícios a esse respeito fossem desmentidos a tentativa de conseguir essa indexicalização persistia e era expressa na mídia e nas redes sociais. Na edição de O Globo – Rio, de 09/08/2013, na página 12, foi publicada uma matéria mostrando a *Guerra de versões* entre os delegados que investigavam o caso. O delegado Ruchester Marreiros insistia em afirmar que Amarildo e sua mulher tinham ligações com o tráfico de drogas na Rocinha e que seu desaparecimento teria ocorrido em consequência disso, no que era refutado pelo Delegado Orlando Zaccone que afirmava não haver indícios dessa ligação.

A matéria do jornal informava que, durante as investigações, ainda no mês de julho, verificou-se que duas câmeras que estariam posicionadas na sede da UPP de forma estratégica para as investigações do caso não funcionavam, assim como o GPS dos carros da polícia na noite de 14 de julho, quando Amarildo foi preso - de acordo com o Delegado Orlando Zaccone que investigava o caso. No dia 31 de julho, o caso Amarildo vai para a divisão de homicídios (DH) e dá-se o embate entre o delegado-adjunto Ruchester Marreiros e o delegado titular Orlando Zaccone, ambos da 15ª DP. O delegado-adjunto havia presidido um inquérito (1318/2013) cuja investigação consistia em policiais militares se fazerem de corruptos para levantar provas contra o tráfico, do que resultou uma grande operação no dia 13 de julho quando vários mandados de prisão foram cumpridos. No dia seguinte Amarildo foi preso. No início de agosto, o delegado Ruchester apresentou à polícia suposta gravação, feita pelo policial que trabalhava naquela operação, de telefonema que teria recebido de um conhecido traficante da Rocinha, Catatau, assumindo ter assassinado Amarildo com o objetivo de incriminar policiais da UPP. A conversa teria ocorrido na noite de 18 de julho. Investigações do Ministério Público demonstraram que a ligação foi forjada pelos policiais envolvidos no crime. Ainda em agosto,

surtem duas testemunhas, mãe e filho, afirmando terem visto traficantes sumirem com Amarildo. Com o transcorrer das investigações, ambos voltaram atrás em seus testemunhos e disseram em depoimento gravado no dia 11 de setembro, que haviam recebido dinheiro do Major Edison para prestarem esse testemunho. Lúcia Helena da Silva Lima e Wellington da Silva estão desaparecidos desde meados de 2014.

Durante os três meses que se seguiram ao desaparecimento de Amarildo de Souza, não faltaram iniciativas para ligar Amarildo ao tráfico. Ainda, à época, o delegado-ajunto Ruchester Marreiros enviou para a imprensa fitas gravadas em que suposta testemunha dizia ter sido torturada pelo tráfico na casa de Amarildo. Semanas depois o mesmo adolescente disse ter sido coagido para dar esse depoimento.

Em palestra na EMERJ, Escola de Magistratura do Estado do de Janeiro, o mesmo Delegado Zaccone, afirmou: “– Na época em que eu fazia as investigações do caso Amarildo, a imprensa não parava de me procurar... a Bette Lucchese¹¹ me ligava perguntando insistentemente: - mas ele era traficante, delegado? Era ou não era?” (informação verbal)¹²

A sobrinha de Amarildo, em entrevista, me disse que esse tipo de indagação ocorreu desde o primeiro contato com a imprensa. Assim ela me narrou, ao dizer das primeiras iniciativas para conseguir cobertura da imprensa para o caso:

Eu mandei [email] pra três, quatro emissoras e apenas uma me respondeu, marcando uma entrevista para o dia seguinte. Mas, a primeira pergunta que eles fazem pra gente é se o meu tio é traficante. Ele não era e nunca foi. (...) Imediatamente, é a primeira coisa que eles te perguntam. Até hoje se pergunta isso, né? É uma coisa que eles ficam perguntando: ah, vamos ficar perguntando pra ver se eles... se escapole ou falam alguma coisa que pode incriminá-lo. Mas a gente não pode de maneira nenhuma dizer que ele era traficante porque ele nunca foi. (Entrevista, 13/05/15)

O que levava a essa articulação de forma tão imediata de Amarildo com o tráfico? O fato de Amarildo ser morador de favela o incriminava? Tais indexicalidades estabelecidas entre morador de favela e traficante podem ser percebidas em uma série de signos que circulam pela mídia brasileira associados a conceitos de marginalidade, violência e perigo. Ao buscar

¹¹ Bette Lucchese é repórter de campo da Rede Globo de Televisão. Alcançou destaque coma cobertura da ocupação do Complexo do Alemão e recebeu o prêmio Tim Lopes de jornalismo pela cobertura do caso Amarildo, premiação concedida pelo Instituto MOVRIO e o Disque-Denúncia.

¹² Pronunciamento de Orlando Zaccone no Fóruns Permanentes de Direitos Humanos e Sociologia Jurídica, na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14 de julho de 2015.

compreender a indexicalidade que relacionou tantas vezes Amarildo ao tráfico de drogas, que circulou, e ainda circula, pela imprensa e redes sociais, encontrei cartografias discursivas projetadas por autoridades públicas e pela imprensa corporativa que me serviram de fonte de análise. Observemos, de início, três declarações de autoridades da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

1) “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal.” – Declaração do então governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, em entrevista ao G1, em 27/04/2007;

2) “Mesmo morrendo crianças, não há outra alternativa. Esse é o caminho.” – declaração dada pelo até hoje secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, em 17/10/2007, após uma operação da Polícia Civil que deixou 12 mortos e seis feridos nas favelas da Coréia e do Taquaral, em Senador Camará, zona oeste da capital fluminense. Entre as vítimas havia policiais e supostos criminosos, além de quatro moradores, sendo duas crianças.

3) “A PM é o melhor inseticida contra a dengue. Conhece aquele produto, [inseticida] SBP? Tem o SBPM. Não fica mosquito nenhum em pé. A PM é o melhor inseticida social.” – declaração dada pelo coronel Marcus Jardim, comandante de Policiamento da Capital à época, sobre a operação realizada pelo BOPE (Batalhão de Operações Especiais), com 180 homens, no dia 15 de março de 2008, que deixou nove supostos traficantes mortos na Vila Cruzeiro, na Penha (zona norte), seis feridos e quatorze presos, divulgada amplamente pela imprensa.

O Governador Sérgio Cabral, comandante maior do governo do Estado, chama as mulheres-mães das favelas, usando como exemplo a Rocinha, de “fábricas de marginais”, estabelecendo uma ligação imediata entre ser morador de favela e ser marginal; enaltece moradores de regiões da classe média da cidade por produzirem poucos filhos, indiciando países europeus, brancos e ricos; e a favela a nações africanas, negras e pobres, numa explícita indiciabilidade racial. O discurso de exclusão, que acusa as mulheres-mães das favelas de “fábricas de produzir marginais”, é performativo e constitui um ato de fala. A relação direta feita entre favela e crime tem legitimado as ações violentas nos territórios destinados aos “pobres de tão negros, negros de tão pobres” (Caetano Veloso), como diz o poeta. Segundo Austin (1990 [1962]), uma característica do enunciado performativo é a sua independência de condições de verdade, pois ele não necessita de um referente no mundo real; ele é um ato em si. É inegável a existência de

grupos armados, ligados ao tráfico de drogas, que protagonizam cenas de violência e opressão nas comunidades que ocupam, mas a espetacularização das invasões das favelas no Rio está muito além de qualquer referente que se atribua a isso. “Assiste-se atualmente ao espetáculo da segurança privada e à teatralização do Estado em sua ação contra o crime. Performance e teatro são importantes índices do caráter performativo da violência” (Silva, 2011, p. 34). Há o aspecto performativo e simbólico em que se negligencia outras significações, como a da distribuição de renda desigual, da falta de acesso à educação, saneamento básico, saúde etc. e os ganhos da indústria bélica e de segurança.

José Mariano Beltrame considera inevitável o uso do enfrentamento ostensivo e a violência no trato com as comunidades pobres “mesmo morrendo crianças” no combate ao crime. Alinha seu discurso à cartografia que se projeta dos atos de fala do Governador ao defender a descriminalização do aborto como forma de combate à criminalidade ao se referir às “fábricas de marginais”. E o comandante de Policiamento da Capital com toda explícita perversidade compara as vítimas desse enfrentamento a insetos que precisam ser exterminados e avoca para a PM esse dever “inseticida”. É o escárnio flagrante e descarado que indicia funções de capitão-do-mato¹³. O ordenamento simbólico da fala sobre as populações faveladas, colocando-as como criminosas, atrasadas, o avesso da desejada sociedade moderna, tem legitimado as invasões armadas, a violência policial e o não atendimento dos serviços públicos.

A linguagem se constitui em território onde se confrontam diferentes ideologias e interesses pessoais e de classe, onde se legitimam ações, se naturalizam concepções de mundo e estereótipos são criados. Contrói-se a tragédia da violência urbana e com ela o estereótipo do inimigo que, como tal, pode ser morto; ao se generalizar esse estereótipo a moradores de favelas, cria-se os territórios destinados às “vidas indignas de serem vividas” e os homo sacer cariocas.¹⁴ As cartografias discursivas que apresento aqui são exemplos de como a linguagem constrói um inimigo demonizando-o e impondo uma única via como possível para o seu

¹³ Capitão-do-mato era como se designava o chefe de milícia recrutada para reprimir ataques indígenas, no tempo do Brasil colonial; e também era assim denominado o encarregado de prender os escravos fugitivos.

¹⁴ Agamben (2007) vai buscar no homo sacer, um sujeito do direito romano arcaico, o paradigma para sua discussão sobre a biopolítica moderna. O homo sacer era a “vida (que) podia ser morta mas não sacrificada” (p.53). Um homo sacer podia ser morto sem que isso significasse um assassinato, de acordo com as leis humanas (*ius humanum*) e nem um sacrifício, nos parâmetros da lei divina (*ius divinum*). “(Era) um ser paradoxal que, parecendo prosseguir numa vida aparentemente normal, se move, na realidade, em um limiar que não pertence nem ao mundo dos vivos nem ao dos mortos: ele é um morto vivente ou um vivo que é, na verdade, uma larva (...)” (AGAMBEN, 2007, p. 106). Esse duplo banimento, coloca o homo sacer em um limiar de indistinção, apesar de ainda vivos estavam situados em zona limítrofe entre a vida e a morte, entre pertencer e não pertencer à comunidade política, reduzidos à vida nua. Matar um homo sacer era simplesmente o exercício da “matabilidade”, condição peculiar à “vida sem valor” ou “indigna de ser vivida” (AGAMBEN, 2007, p. 148).

enfrentamento, na qual matar um pobre, negro, morador de favela é realizar um ato de higienização necessária ao bem estar da sociedade carioca e fluminense.

Nesse sentido, trago para análise a reportagem da revista *Veja*, publicada em 10/11/2010, edição 2190, com reportagem de Ronaldo Soares e Sérgio Martins. Nesta edição a revista estampou na capa (Figura 2), o personagem Capitão Nascimento, representado pelo ator Wagner Moura, no filme de grande bilheteria *Tropa de Elite*, como “o primeiro super-herói brasileiro”.

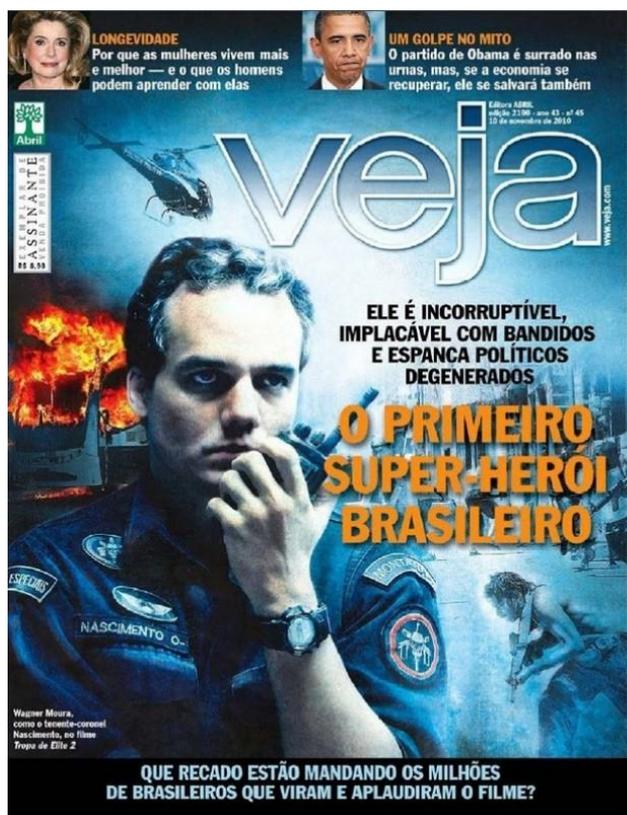


Figura 2 - *Veja*, Capa - 10/11/2010. Fonte: Acervo *Veja*.

Em legenda a esse título, a revista exhibe: “Ele é incorruptível, implacável com os bandidos e espanca políticos degenerados.” O capitão Nascimento é visto com a farda do BOPE, Batalhão de Operações Especiais da PM, de forma a mostrar o seu nome e o símbolo da corporação, a caveira, ícone da morte. Imagens que indicializam cenas de guerra, se sobrepõem ao fundo, como helicópteros, incêndio e homens armados, enquanto, em primeiro plano, o capitão Nascimento fala ao rádio, com ar de severidade e olhar ‘implacável’.

Ao pé da página, ainda, a revista apresenta a legenda: “Que recados estão mandando os milhões de brasileiros que viram e aplaudiram o filme?” O nexus indexical aí generaliza um

“desejo” da sociedade. A legitimação da ação violenta da polícia se apresenta na iteração dos vários signos que encenam uma realidade de guerra e na criação de uma cartografia discursiva que projeta a circulação “transparente” de uma metapragmática que legitima o enfrentamento armado. Cotextos que emolduram a imagem daquele que é considerado pela revista como o super-herói apontam para essa guerra. O helicóptero, por exemplo, indexaliza a memória de evento amplamente divulgado na grande imprensa um ano antes, a queda de um helicóptero, após ser alvejado por tiros no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, zona norte do Rio, em 2009, quando sobrevoava com quatro atiradores de elite a bordo. Este tipo de aeronave iconiza as ações de policiamento ostensivo nas favelas do Rio. Eram habituais os sobrevoos com atiradores tendo como alvo o que se mexia abaixo. Para os moradores das favelas e periferias, territórios considerados conflagrados, ouvir o ruído de um helicóptero era a certeza de se ver cadáveres pelas ruas. O discurso multissemiótico construído pela revista sugere uma cidade em guerra onde dois lados interagem em confronto armado: o do herói e o do inimigo.



Figura 3 - Veja 10/11/2010. Fonte: Acervo Veja.

Na primeira página da reportagem (Figura 3), um enquadramento a esquerda, em plano maior, destaca o capitão Nascimento, com revólver em punho, vestido de terno com o mesmo olhar ‘implacável’. O uniforme muda, agora é o terno, ícone na sociedade moderna dos homens de sucesso “e de bem”. O capitão Nascimento mira a imagem à direita de um homem negro, com *dreads* no cabelo, jovem, sem camisa, com fuzil nas mãos, mas em postura corporal de sujeição. Entre as duas imagens a revista estampa o título “Enfim, um herói do lado certo”.

A cartografia comunicável que se projeta na reportagem constrói um lado certo, do bem, e, portanto, um outro errado, do mal, onde opõe o branco/latino, policial implacável e o herói

que a sociedade precisava, contra um inimigo que indexicaliza claramente racialidade e classe social. Ao falar de sua experiência como delegado de polícia na Capital fluminense em seu livro onde trata de “quem são os traficantes de drogas”, diz D’Elia Filho:

Os criminosos autuados e presos pela conduta descrita como tráfico de drogas são constituídos por homens e mulheres extremamente pobres, com baixa escolaridade e, na grande maioria dos casos, detidos com drogas sem portar nenhuma arma. Desprovidos de apoio de qualquer “organização”, surgem, rotineiramente, nos distritos policiais, os “narcotraficantes”, que superlotam os presídios e casa de detenção. (D’ELIA FILHO, 2007, p. 11 e 12)

A imagem que é apresentada pela mídia do traficante como homem poderoso, milionário, um gangster hollywoodiano, não se confirma no dia a dia das detenções policiais:

Quando o assunto é o comércio de drogas ilícitas, o legal e o ilegal aparecem mesclados de forma indivisível e, como diz o mestre Eugenio Raúl Zaffaroni, a seletividade punitiva não é de toda arbitrária e se orienta pelos padrões de vulnerabilidade dos candidatos à criminalização, que, nesse caso, são as empresas mais débeis, presas fáceis da extorsão e, na cidade do Rio de Janeiro, são representadas pelo tríduo PRETO-POBRE-FAVELA. (D’ELIA FILHO, 2007, p. 24, ênfase do autor)

Na reportagem da Veja, a legenda à esquerda, abaixo da imagem do capitão Nascimento diz: “violentamente honesto, Wagner Moura como Roberto Nascimento, do Bope: implacável na caça de milicianos e traficantes (à dir.)”, indicando entre parênteses a figura do traficante, indexicalizando o tríduo a que se refere Zaccone. A configuração semiótica da reportagem constrói a guerra e estabelece quem é o mal e quem é o bem, quem é o herói, e quem é o bandido, não no filme, mas na sociedade. E indica que os “milhões que viram e aplaudiram o filme mandam um recado”, induzindo à crença de um clamor popular pelo violento e implacável caçador de traficantes.

A iteração de signos projeta sua historicidade num discurso que constitui uma cartografia que configura uma circulação e posiciona o público, sempre construída de forma dualista e hierárquica, logo, convoca o leitor a assumir ou uma ou outra posição. De que lado você está? Do ‘herói’ ou do ‘traficante’? Os signos que indicializam os lados nesta ‘guerra’ apontam para uma perspectiva que apresenta concidadãos como inimigos. O herói é chamado de ‘incorrupível’ como uma virtuosidade, mas ele é vangloriado por sequestrar, torturar e matar. Há uma metapragmática circulando indexicalmente na pragmática dos signos da matéria da Veja, que projeta certas subjetividades, visões de mundo e projeto de sociedade. A violência

é legitimada na ação do ‘herói’ contra o ‘traficante’. O número de mortes de policiais no Rio de Janeiro é grande. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado (ISP)¹⁵, apenas no ano de 2015, 23 policiais foram mortos em serviço no estado. Cartografias discursivas que posicionam o policial como herói e negros e pobres como bandidos, institucionalizam uma guerra que vitima a ambos e alimenta ódio mútuo. Na manifestação de protestos pelos dois anos sem Amarildo, diante do conflito com a polícia que não permitia que a passeata fechasse a Estrada Lagoa/Barra (este evento está descrito com detalhes na seção em que abordo as entrevistas, no capítulo 3), eu ouvi o advogado da família de Amarildo, João Tancredo, que participava da manifestação, dizer ao comandante da operação: “Comandante, ninguém aqui é contra a polícia, mas contra a política de segurança que mata trabalhador e mata policial, enquanto quem faz essa política fica resguardado em seus apartamentos no Leblon.” Argumento que a atual política de segurança pública se constrói em discursos que naturalizam, tornando socialmente aceita, a violência como prática policial e a transforma em ferramenta de justificada exclusão social. Tráfico de drogas, grupos armados e ameaça à ordem instituída, são os elementos que sempre foram destacados na cadeia de iterabilidade que cerca os processos de marginalização e exclusão das populações moradoras de favelas, homogeneizando todos como massa disforme, constitutiva do mal que assola a Cidade Maravilhosa.

A geografia da cidade do Rio de Janeiro possibilitou uma paisagem bastante peculiar em relação a outras metrópoles no Brasil. Os morros, mesmo em bairros considerados nobres, permitiram que contingentes populacionais de trabalhadores urbanos ali fixassem moradia, como a Zona Sul, onde estão os mundialmente conhecidos bairros de Ipanema e Copacabana, a grande Tijuca e o Centro. As favelas foram historicamente caracterizadas pela falta: o lugar onde falta saneamento básico, condições de vida dignas, educação, saúde e trabalho - a intervenção do Estado como prestador e garantidor de serviços e cidadania também falta - ao lado das regiões que mais recebem investimentos públicos. Nos discursos institucionais da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Favela é caracterizada como:

(...)Área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes - Lei complementar nº 111 de 1/2/2011 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, art. 234, § 3º).

¹⁵ Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=108>> Acesso em dez. 2015.

Tais condições criaram os espaços ocupados pelo chamado crime organizado e pelas milícias. Seus habitantes foram relegados ao abandono, como se não tivessem nada que ver com a cidade, resistindo às reiteradas tentativas de remoção para as periferias, distantes da oferta de empregos. O cotidiano cultural e de solidariedade das comunidades é minimizado e mesmo ignorado. Tratadas pela imprensa e pela sociedade do “asfalto” como espaço da barbárie, as favelas foram tendo sua imagem irremediavelmente ligada ao tráfico de drogas e à violência, ao território inacessível e conflagrado do crime e da marginalização. Nesta mesma concepção vemos cotidianamente expressões como “favelado”, “barraqueira” – que se refere aos barracos, tradicionais moradias que caracterizavam as favelas – serem utilizadas como adjetivações pejorativas e mesmo xingamentos. Aquilo que remonta às favelas tem um sentido negativo e indexicaliza pobreza e incivilidade. A cartografia comunicável em que se insere a palavra favela indicializa, assim, uma memória de tráfico de drogas e uso de armamento pesado, naturalizando a violência e ações institucionais de abandono e exclusão. Essas áreas são destinadas aos excluídos da sociedade, uma população constituída majoritariamente de negros e migrantes nordestinos que formam a mão de obra braçal que sustenta parte da economia da cidade.

As três declarações dadas por autoridades responsáveis pela estruturação da política de segurança pública aconteceram antes da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora e demonstram o caminho ideológico que estruturou tal política. Com a possibilidade de receber os megaeventos, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, a sociedade carioca viu surgirem ações na área de segurança pública, sob o governo de Sergio Cabral, que alcançaram grande repercussão. De acordo com o discurso oficial, com o objetivo de “retomar territórios antes dominados por grupos criminosos ostensivamente armados”, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) avançou como principal ação de seu governo. A partir daí as favelas vêm sendo alvo de uma política de segurança pública baseada na intervenção e ocupação militar armada, através da Polícia Militar com o apoio das Forças Armadas.

Inspirado em experiências vividas em Medellín, na Colômbia -, segundo o próprio discurso oficial¹⁶ à época do início da política de pacificação -, o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2008, inaugurou a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, e deu início ao programa de pacificação das favelas cariocas. De acordo com o mesmo site, atualmente, março de 2016, 38 UPPs já estão implantadas e contam

¹⁶ Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp> – Acesso mai. /2013

com um efetivo de 9.543 policiais. Os policiais que constituem a UPP se diferenciam, recebem treinamento especial, têm mais mulheres, cerca de 10% do efetivo, e há o discurso de se controlar a corrupção policial. A posição da mídia corporativa se colocando de acordo com o discurso do governo em apoio às UPPs, foi muito comum, enfatizando que a presença da UPP significa a chegada do Estado e da paz.

Em notícia assinada por Fábio Vasconcellos, “Pesquisa mostra alta aprovação das UPPs em favelas, sejam pacificadas ou não”, no O Globo online, em 11/12/2010, já numa época em que, segundo o autor, o governo tinha instalado “13 UPPs que beneficiam diretamente cerca de 231 mil pessoas”, o jornalista inicia sua matéria afirmando: “A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas até então controladas por traficantes e milicianos melhora a segurança da população e também a própria relação dos moradores com a Polícia Militar.” A reportagem nos induz a começar a lê-la partindo da crença que as UPPs trazem maior segurança à população, que é colocada genericamente, além de melhora na relação dos moradores, também abordados de forma generalizada, e diminuição do controle exercido por traficantes e milicianos sobre essas comunidades onde foram instaladas as UPPs. Não apresenta maiores detalhes sobre o método e amostragem da pesquisa que embasou suas afirmações, apenas que foi “realizada por telefone (...) com 800 moradores de favelas (400 onde há UPPs e 400 onde não há UPPs)”. Utiliza dados estatísticos para consolidar factualmente uma formulação discursiva/ideológica que naturaliza a certeza dos bons resultados das UPPs para a população em geral e para os moradores de favelas, numa articulação entre as opiniões de quem mora em região com UPP instalada e quem mora em localidades ainda sem a UPP: “Um estudo encomendado pelo GLOBO ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) mostra que as UPPs são amplamente aprovadas em favelas com e sem as unidades de pacificação (92% e 77%, respectivamente).”

No terceiro parágrafo da reportagem, o autor aborda a pesquisa em relação à ocupação do Complexo do Alemão, que foi emblemática para a Política de Segurança do Estado, protagonizando uma espetacularização que ganhou espaço na imprensa mundial com a exibição de cenário e armamento de guerra:

Com relação ao impacto das ações de retomada dos complexos do Alemão e da Penha, a pesquisa revela que a maioria dos moradores de comunidades com ou sem UPPs aprovou a operação: 93% e 89%. Os entrevistados também são favoráveis à participação das Forças Armadas no combate ao tráfico (92% com UPP e 90% sem UPP). Mas o apoio à permanência dos militares nas favelas muda um pouco. Para 70% daqueles

que vivem em áreas sem UPPs, o Exército deveria ficar permanentemente no local. Já os que moram em favelas com UPPs, somente 47% têm esta opinião. A diferença, segundo o IBPS, demonstra que os entrevistados beneficiados pelas UPPs sabem que é possível fazer a pacificação sem a presença de outras forças de segurança. Nessas comunidades, 45% disseram que são favoráveis à permanência dos militares até que a polícia controle a situação. (O Globo online, 11/12/2010)

A relação entre os moradores de áreas com UPP e sem UPP começam a demonstrar uma maior diferença no tocante à presença de Forças Armadas que, de acordo com o autor, levou o IBPS a concluir que onde havia UPP a confiança no processo levado a cabo pelas Polícias do Estado é eficiente: “A diferença, segundo o IBPS, demonstra que os entrevistados beneficiados pelas UPPs sabem que é possível fazer a pacificação sem a presença de outras forças de segurança.”

Finalizando, o artigo dá voz ao especialista, um cientista político, diretor do próprio instituto de pesquisa que analisa os dados, e conclui: “A pesquisa derruba de vez o mito de que as comunidades são contra as forças de segurança.” Autoriza o projeto de pacificação como algo que estabilizou a relação entre polícia e moradores e trouxe esperança de paz.

A importância para a imagem do governo do Estado, transformou as UPPs em índice de ordenamento institucional, diferenciando-as do policiamento militar ostensivo tradicional. Apesar da divulgação de imagens do policial próximo aos moradores, dando aula de violão ou participando de atividades com crianças, divulgadas pelo site oficial do governo do Estado, as unidades de Polícia Pacificadora não representaram a chegada de escolas, postos de saúde, saneamento básico, cultura ou lazer. Ao contrário, a presença da polícia historicamente significou o enfrentamento aberto com o tráfico, gerando inúmeros casos de tiroteios, de vitimização por bala perdida, invasão de domicílio e execuções sumárias, além de uma relação ambígua com traficantes, com várias denúncias de corrupção. O advogado João Tancredo me declarou em nossa entrevista:

(...) na Rocinha o que tinha ali era uma milícia, uma milícia armada de PMs. Era isso que tinha. Já controlavam o gato net, já controlavam as vans, as motos, o que é isso? É exatamente o que a milícia faz. Exatamente isso. Para a motocicleta tinha que ter um colete com uma rubrica do major, senão não podia circular. Tinha uma empresa que pagava os coletes, tinha o nome lá, acho que intranet, não me lembro mais, vinha no colete, e dava 60 mil por mês para a Associação dos motoboys. Isso passou, acabou, passou para a mão da milícia UPP. (Entrevista, 13/07/2015)

Se a presença do tráfico era opressiva e coercitiva para o morador, as UPPs não significaram libertação ou democratização. Não foram criados mecanismos de participação nas decisões, e os seus comandantes exercem poder incontrolável.

As narrativas sobre o desaparecimento de Amarildo de Souza participam da arena onde se confrontam diferentes interesses econômicos, sociais e de classe. Cartografias comunicáveis oficiais, que assim denomino por virem de fontes institucionais como autoridades públicas e mídia corporativa, deslizam na esteira da iterabilidade, inseridas nos comentários em redes sociais e nas falas das ruas, ganhando força cumulativa de repetição, ampliando sua circulação, ancoradas em ideologias linguísticas de transparência, verdade e representação - metapragmática que instrumentaliza o processo de construção de memórias e legitima uma política de segurança pública que oficializa territórios e corpos de exceção. Argumento que a mobilização *Cadê o Amarildo?*, que ganhou as ruas, as redes sociais e que se impôs na pauta da grande mídia, se constituiu numa cartografia comunicável de resistência ao que denominei de cartografia comunicável oficial, atuando produtivamente na construção de uma possibilidade de deriva à memória que naturaliza esta cartografia oficial, que reproduz, como diz D'Elia Filho, o modelo bélico de repressão ao tráfico de drogas ilícitas que tem como único ponto de racionalidade, a punição aos pobres, “segregando os ‘estranhos’ do mundo globalizado.” (D’ELIA FILHO, 2007, p. 25). O desaparecimento de Amarildo e a mobilização social dele decorrente puseram em cheque a eficiência dessa política de pacificação.

3 CADÊ O AMARILDO? - TRAJETÓRIAS DA PESQUISA

Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos – na coleta, na análise, na discussão dos dados e também (...) na escrita dos textos.

(Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup)¹⁷

Escolhi esta epígrafe por ser quase uma descrição do processo que vem se construindo nesta pesquisa. Abaixo, descrevo como tem transcorrido esta caminhada, os procedimentos metodológicos escolhidos, as ressignificações conceituais exigidas pela realidade de minha pesquisa, a geração de dados, as ferramentas de trabalho, a descrição do *corpus* e, finalizando, narro minha experiência no trabalho de campo.

3.1 METODOLOGIA – ENCONTRANDO PISTAS PARA O TRAJETO

Para alcançar resposta às minhas questões, foi preciso encontrar/construir procedimentos metodológicos e analíticos já que minha pesquisa não tinha de antemão um mapa pré-configurado a seguir e os rumos estavam abertos no horizonte. O objeto se construiu e reconstruiu ao longo dos últimos dois anos, a partir dos dados gerados e da própria trajetória da análise, ganhando contornos flexíveis que se redesenham constantemente.

A expansiva circulação da mobilização *Cadê o Amarildo?* causou-me estranhamento. O que conferia tamanha potência às mobilizações em relação ao desaparecimento de Amarildo que trouxeram respostas das autoridades públicas tão rapidamente e a mantinham em intensa circulação, se diferenciando de tantos outros casos semelhantes que ocorrem no cotidiano de uma cidade como o Rio de Janeiro? Embora me parecesse uma pista evidente o fato do desaparecimento de Amarildo ter ocorrido no período das grandes manifestações de 2013, que causaram abalos às imagens dos governantes e da polícia, não me pareceu ser suficiente para alcançar uma compreensão mais completa do processo.

¹⁷ BARROS e KASTRUP, 2015, p. 59.

Assim, meu interesse pelas entrevistas com pessoas próximas a Amarildo surgiu como possibilidade de ouvir o ponto de vista dos envolvidos diretos com as mobilizações. As notícias veiculadas pela imprensa citavam constantemente a família, principalmente a esposa, como liderança. Considerei, portanto, que seria importante falar com os familiares diretamente, sem a intermediação da mídia, mas também com agentes de segurança pública, políticos, advogados e jornalistas que participaram da cobertura do sucedido, no intuito de encontrar dados que me levassem para além do óbvio.

Era preciso, portanto, buscar junto à Plataforma Brasil autorização para realizar as entrevistas, através do Comitê de Ética em Pesquisa da própria Unirio, em conformidade com o roteiro preconizado pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. O trâmite junto à Plataforma Brasil durou aproximadamente sete meses e me exigiu contatos prévios para declarações de anuência em relação às entrevistas. Busquei ajuda com amigos que fundaram e mantêm o Ecomuseu Nega Vilma, na Comunidade Santa Marta, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Em 12 de dezembro de 2014, participei do Encontro Nova Museologia que se realizou no Ecomuseu. Foi quando conheci integrantes do Ponto de Memória da Rocinha. A partir deles consegui o telefone da sobrinha de Amarildo, Michele Lacerda, uma das principais articuladoras da mobilização *Cadê o Amarildo?* Em maio de 2015, a autorização foi liberada.

Tive que apresentar para o Conselho de Ética (Plataforma Brasil), obrigatoriamente, em fevereiro/2014, um roteiro de perguntas que iriam orientar as entrevistas, que foram gravadas em MP3 num equipamento exclusivo para gravação e muito discreto. Todas as entrevistas foram previamente marcadas por telefone - a exceção da que fiz com o jornalista, um pouco antes da manifestação pelos dois anos do desaparecimento de Amarildo, que solicitei na hora e que gravei no meu celular. Ao longo dos capítulos cito trechos das entrevistas como material de análise teórico-empírica. Antes das entrevistas, esclareci os entrevistados sobre o objetivo das informações a serem geradas e o direito ao sigilo e à interrupção da entrevista. Somente quando findadas as orientações e após o livre consentimento e assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) é que as entrevistas e a gravação se iniciariam.

Sem um mapa e sem um lugar de chegada pré-determinado, eu tinha diante de mim um processo em pleno andamento, no contexto ao qual, mesmo que fosse apenas por ser cidadã e residente no Rio de Janeiro, eu estava integrada. Encontrei na aproximação com o método

cartográfico, a bússola que precisava, ou seja, com agulha desmagnetizada para ter a possibilidade de norte em todos os sentidos e direções.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 21)

Na introdução de *Mil Platôs*, v. 1, Deleuze e Guattari (1995) apresentam o conceito de cartografia a partir da imagem do rizoma, uma espécie de caule rico em reservas, encontrado em algumas plantas, capaz de emitir ramos, bulbos e raízes a partir de qualquer ponto, independentemente de que lugar na planta esteja. São linhas que se conectam a partir de qualquer espaço de conexão e que avançam por caminhos que se bifurcam permanentemente. Assim metaforiza o procedimento metodológico de acompanhar os percursos, as intersecções processuais, as redes de conexão, com abertura para os encontros imprevisíveis, sem um ponto de origem ou um princípio fundamental na direção. “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS e BARROS, 2015, p.17). O objeto se constitui também em processo, já que não pode ser observado fora de suas articulações e conexões. Como esclarecem Barros e Kastrup:

(A) cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. (BARROS e KASTRUP, 2015, p. 57)

A aproximação com o método cartográfico e meu interesse pelas entrevistas me levaram a procedimentos etnográficos para a geração de dados, mas era necessário ressignificar conceitos já que não pretendia fazer descrição etnográfica de um grupo social ou etnia e nem mesmo tinha um campo rigorosamente demarcado; ao contrário, lidava com uma concepção de território flexível e móvel. Não sabia previamente onde as entrevistas se dariam, se iria à Rocinha, ou quais lugares da cidade; se à casa da família de Amarildo ou em outro espaço na comunidade como a Associação de Moradores ou biblioteca pública, e mesmo o que esses

encontros poderiam gerar de dados. Como diz Malinowski (1975), o pesquisador não chega ao campo empírico para confirmar hipóteses e traçar um caminho de respostas que atenda as suas expectativas previamente criadas, mas para deixar que os fatos falem por si no processo de descoberta. O campo foi se construindo no espaço que circunscreve as casas dos familiares de Amarildo, mas também em toda a comunidade da Rocinha onde estão seus moradores, a passarela da Rocinha sob a qual ocorreram as manifestações, o próprio território virtual da WEB 3.0 por onde transitou e transita *Cadê o Amarildo?*, as ruas, bares, supermercados, ambiente de trabalho, transporte público, minha casa e a de amigos, i.e., todos os espaços em que eu estava e podia ouvir/ler e refletir sobre o assunto específico do desaparecimento de Amarildo, assim como sobre as UPPs, a segurança pública, exclusão social, racismo etc., eram campos de pesquisa para o meu trabalho de campo.

Um estado permanente de atenção me acompanhou no meu cotidiano. Por exemplo, durante as últimas eleições para governador, em 2014, estava indo de carro visitar uma tia que, àquela época, morava em Pilares, zona norte do Rio de Janeiro, quando ao sair da Linha Amarela, via expressa que corta essa região, observei uma faixa, sem qualquer identificação, estendida por dois rapazes, com a seguinte interrogação: Cadê o Amarildo? Parei imediatamente, num posto de gasolina próximo, tirei fotos e tentei falar com quem segurava a faixa, mas não quiseram muita conversa.

Utilizei-me da observação participante, que implica interação entre os sujeitos no ambiente deles e o pesquisador, quando das entrevistas e da minha participação na manifestação pelos dois anos do desaparecimento de Amarildo, porém, a participação observante foi importantíssima para mim, já que todo habitante da cidade era, em potencial, uma fonte de geração de dados como reprodutor, impulsionador e construtor de discursos iteráveis. Usei um caderno de anotações de campo em que fiz os registros de todo detalhe que pude observar, em relação aos lugares e às pessoas que entrevistei e que circularam durante as entrevistas. Apesar de muitas vezes fazer gravações sonoras de minhas observações, meu(s) caderno(s) de anotações de campo foram se tornando, gradativamente, mais próximos e íntimos, até o ponto em que nos tornamos amigos inseparáveis. Estava comigo sempre, em qualquer lugar, dando-me a segurança tanto para o registro e geração de novos dados, como para fazer minhas elucubrações. Minha mesinha de cabeceira se tornou seu leito. Assim, pude estar permanentemente em sintonia com minha pesquisa. No entanto, também foi preciso ressignificar esta ferramenta já que minhas pesquisas na Internet me exigiram construir arquivos

e notas digitais. Assim, encaminhei uma “netnografia(s), ou etnografia(s) em redes sociais da Internet (...)” (TADEI e GAMBOGGI, 2011, p. 15), o que tornou meu caderno de campo numa coleção de arquivos PPT (Power Point); nele guardo todos os *printscreens*, ou seja, cópias das imagens em tela, que selecionei como significativas e passíveis de citação durante a pesquisa, legendadas com minhas observações, além, de arquivos em WORD.

3.2 GERANDO DADOS MULTISSEMIÓTICOS – UM PERCURSO MULTISSITUADO

Textos e suas significações estão em constante circulação. Não é possível domá-los em um recorte espacial único e estável. Se movimentam por diferentes camadas espaço-temporais da vida social onde constroem seus significados. Os indivíduos se utilizam de recursos semióticos diversos, como gestualidade, vestuário, expressões faciais etc. no jogo comunicativo. Como esclarece Fabrício:

Indivíduos, em sua relação semiótica física, intersubjetiva e social com o mundo que o rodeia, usam todos os tipos de signos - linguístico, gestual, imagético etc. - e, ao mesmo tempo, indicam como eles devem ser interpretados. (FABRÍCIO, 2015, p. 4)

Os signos, seja gestual, linguístico, imagético, são impregnados de valor simbólico e se movimentam no mundo contemporâneo globalizado, de comunicação quase instantânea via Internet, velozmente. O rastreamento de textos como procedimento metodológico implica percorrer os diversos espaços em que ele pode transitar, em meio físico e digital. É lidar com uma perspectiva de campo multissituado, móvel, flexível, de fronteiras instáveis. No final de 2013, ainda no início das minhas pesquisas, encontrei no *site* da UPP, seção “histórico”, a informação de que tinha sido um programa de segurança pública inspirado no que se fazia em Medellin, Colômbia; um ano depois, esse texto não estava mais lá, talvez por não ter tido grande sucesso naquele país. Deparei-me com esse tipo de situação diversas vezes. Procedimentos para lidar com essa instabilidade foi um aprendizado construído no próprio processo de pesquisa. Além de atenção constante foi necessária ação constante. Não registrar imediatamente o dado, frequentemente, significava perdê-lo; principalmente, no que se refere às redes sociais onde não há autoridade editorial, segurança da fonte ou compromisso com acervo, no entanto, é fundamental para a circulação dos textos. Quando a proposta é pesquisar numa miríade de

contextos, a instabilidade também se estende aos comentários nas ruas, pichações em muros pela cidade que poderiam estar apagadas dias depois. Como produzir um recorte, então?

O meu foco é a mobilização *Cadê o Amarildo?* que indexaliza diretamente a questão segurança pública e a política de pacificação; o local de sua emergência, a Rocinha, indicializa a relação dessa política com as comunidades faveladas e periferias. O *corpus* é eminentemente a respeito da mobilização *Cadê o Amarildo?* em tempos das grandes manifestações e da segurança pública nos tempos da UPP.

Rapidamente percebi que para a qualidade dos dados era necessário não se perder em digressões sem pertinência, tão estimuladas em nossa contemporaneidade internauta e globalmente competitiva que impôs urgência da informação. Os jornais vêm se tornando sites de notícias onde não há mais o formato tradicional de contornos bem delimitados e hierarquia nas notícias bem marcada como a ‘primeira página’. Tudo se move rapidamente, a manchete de destaque, no mesmo dia, pode estar muito abaixo na barra de rolagem. Com a digitalização, jornais e revistas impressos (alguns, não todos) se tornaram de fácil acesso por terem constituído acervos digitais das instituições midiáticas, mas os textos produzidos no próprio ambiente digital não recebem o mesmo tratamento arquivístico, performatizando a proposta consumista de acesso rápido e descartável. Seguir um processo rizomático nos tempos de “links”, “hipertextos”¹⁸ e sites de busca podem levar às mais variadas vinculações que criam associações e não indexicalidades. Cito um exemplo. O caso Amarildo foi noticiado frequentemente, dizendo que ele foi preso após voltar de uma pescaria, essa informação pode “linkar” com sites de pesca. Parece brincadeira, mas ocorre. Criar inteligibilidade nesta trajetória foi um desafio que enfrentei tendo a indexicalidade como procedimento analítico e meus objetivos e questões (que esclareci na introdução deste trabalho) sempre a vista.

Desta forma, a geração de dados se deu no decorrer do meu trabalho em diferentes contextos: em gravação de entrevistas semiestruturadas (que detalho a frente), na ruas onde produzi fotos, no ambiente digital, em interação com o documentário “O Estopim”, de Rodrigo Mac Niven (disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fxNRBBWMq9c>>), em leituras de jornal e revistas impressos, transcrições em arquivo WORD de reuniões de

¹⁸ Link é uma marca no texto digital que vincula a outro registro. Hipertextos são textos digitais que agregam links.

comissões da ALERJ, obtidas no *site* e no Departamento de Taquigrafia e Debates daquela Casa legislativa.

3.2.1 O *Corpus*

O *corpus* foi gerado de forma multissituada:

1) Em jornais e revistas impressos: O Globo, Extra, Veja, Caros Amigos, Carta Capital, Insight Inteligência;

2) Por pesquisa digital realizada em diferentes sites, a saber:

- Jornais e revistas digitais: Folha de S. Paulo, Data Folha, O Globo, O Dia, Extra, Veja, Época e Istoé, Carta Capital, UOL, Revista Fórum, Carta Maior, Brasil de Fato, Alerta Total, Diário de Pernambuco, A Tarde, Diário Catarinense, Observatório da Imprensa, EBC, G1, r7, Revista Viés, Brazil Photo Press, Semanário RJ, Revista Vírus Planetário;

- Emissoras de televisão: Rede Globo, SBT, Bandeirantes e Record;

- *Sites* de busca: Google, Google Imagens e UOL buscas.

- Facebook – diversas páginas: Amarildo de Souza (ondeestaAmarildo), Abaixo a Ditadura, Mobilização Amarildo, Cadê o Amarildo?, Depredando o Orelhão, MFP – Movimento Feminino Popular e endereços pessoais.

3) Em *sites* institucionais:

- UPPRJ (Unidade de Polícia Pacificadora do Estado do Rio de Janeiro), ISP (Instituto de Segurança Pública), Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos, ALERJ, IPEA, IBASE, FGV, LAV/UERJ (Laboratório de Análises da Violência), Nações Unidas, Mapa da Violência, SPTransporte (Prefeitura de São Paulo), Observatório das Favelas, Geledes, Anistia Internacional, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Letrasweb. Rocinha.org e MPL.org. Tal material textual gerou: ISP - 6 relatórios em PDF e 12 arquivos Excel; LAV - 9 arquivos em PDF (relatórios, artigos e boletins); Mapa da violência - 2012 a 2015; ação indenizatória da mulher e filhos de Amarildo.

4) Em interação com o documentário “O Estopim” de Rodrigo Mac Niven, foi baixado completo do Youtube gratuitamente.

5) Através da participação como ouvinte de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, 8ª Audiência Pública, realizada em 02 de setembro de 2013, onde fiz anotações, mas não realizei gravações, quando foi apresentada a Plataforma Dhesca/Brasil¹⁹, um relatório que compõe a Plataforma Interamericana de Direitos Humanos.

6) Com base em material de mais 21 outras reuniões públicas das Comissões Permanentes: Direitos Humanos, Segurança Pública, da Mulher e Cultura; da Comissão Especial para elaborar propostas de novos regulamentos disciplinares para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e Comissão Especial para analisar e propor alterações quanto à maioria penal e a consequente alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA (Requerimento nº 263), através das transcrições das respectivas reuniões no site da ALERJ e junto ao Departamento de Taquigrafia e Debates da Alerj, num total de 893 laudas em arquivo digital.

7) Por participação em dois fóruns de debate promovidos pela EMERJ (Escola de magistratura do Estado do Rio de Janeiro) em 10 de dezembro de 2014 – **Democracia e Direitos Humanos**; e em 14 de julho de 2015 - **Autos de resistência e desaparecimentos: o dilema da segurança pública na ordem democrática**: em notas do caderno de campo.

8) Em seis entrevistas semiestruturadas: dois participantes das manifestantes de junho; com o advogado João Tancredo, advogado da família de Amarildo e presidente do DDH, Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos; com dois integrantes da mobilização *Cadê o Amarildo?* e um jornalista, repórter de campo que cobriu o caso do desaparecimento de Amarildo de Souza, perfazendo um total de 6 horas e 10 minutos de gravação, que foram transcritas pessoalmente por mim. Também integram meu *corpus* 195 fotografias e 4 minutos e 26 segundos de gravação de vídeo que realizei.

9) Com anotações ao longo de todo o trabalho de campo.

.2.2 Entrevistas

Os entrevistados aqui são apresentados pelos seus nomes verdadeiros, seguidos de uma narrativa de nossos encontros.

¹⁹ Esta Plataforma é produzida a partir da articulação de 36 organizações da sociedade civil organizada que têm história na luta por direitos humanos.

I - Entrevista com Michele Lacerda. 13/05/2015

Ainda em maio de 2015, logo após a autorização do Conselho de Ética da Universidade, realizei a primeira entrevista com Michele Lacerda, sobrinha de Amarildo e uma das principais articuladoras do mobilização. Nesta ocasião fiz apenas duas fotos, da rua Dois (foto1), que dá acesso as casas da família de Amarildo e onde está o Posto de Controle Comando da UPP. Essa entrevista gerou 1:35:55 de gravação e também produziu notas de campo.

Meu primeiro contato com Michele foi por telefone. Ela sugeriu que a entrevista se desse em sua casa, na Rocinha. Indicou-me o ônibus e onde deveria saltar, na esquina da rua Dois, onde eu deveria esperar por ela. Assim que cheguei, liguei novamente e ela enviou o seu sobrinho, um garoto de 12 anos mais menos, que veio acompanhado de seu primo, de cerca de cinco anos, para me buscar. Esperei por eles talvez uns dez minutos. Ele chegou, nos identificamos rapidamente, sem muitas palavras. E fomos até a casa da entrevistada. Neste trajeto, entendi porque ela me disse para esperar que me buscassem no ponto de ônibus.

Saindo da rua principal, onde passam os ônibus, entramos na Rua Dois, que ainda é uma rua em que dá para passar carros de passeio e motos - o transporte por mototáxi é abundante em toda Rocinha. É uma ladeira e logo que comecei a descer, pude ver a Central de Comando e Controle da UPP, para onde, inicialmente, os policiais levaram Amarildo para averiguação. A certa altura, entramos num beco (assim denominado por ser estreito, só para pedestre), onde começa um labirinto de vielas, que se subdividem em becos cada vez mais estreitos. Realmente, se não tivessem ido me buscar, teria sido complicado encontrar a casa da Michele apenas por endereço. Em alguns momentos os becos chegam a ter menos de um metro de largura e passam por baixo de lajes, tornando o caminho escuro e úmido. Há espaços de servidão, onde corre esgoto a céu aberto. Todo esse percurso é entre casas, não há áreas vazias. Há muitas pessoas, adultos e crianças, circulando. Durante todo o trajeto, que deve ter levado uns dez minutos no máximo, conversei com o menino de cinco anos que demonstrava muita curiosidade a meu respeito.

Cheguei à casa da entrevistada que ficava rodeada por casas de familiares. Todas muito próximas. Entrar numa delas necessariamente significava passar na porta de outra. Ela estava me esperando, sorridente, hospitaleira, muito agradável. Eu me identifiquei, nos demos um abraço amigável e entramos. Sentei-me no sofá e começamos a conversar sem muitos preâmbulos. Antes de começarmos a gravar, falei do meu trabalho, do porquê estava lá e que a nossa conversa ficaria sob sigilo se ela quisesse, que eu não precisaria expor o seu nome, ao

que ela me respondeu que eles já estavam muito expostos, que isso, àquela altura, não se constituía mais numa preocupação. Após assinatura do TCLE, pedi licença para iniciar a gravação e começamos imediatamente a falar sobre *Cadê o Amarildo?*.

Crianças entravam e saíam o tempo todo até porque eu levei uma barra de chocolate grande, quando descobriram, vinham repetidamente atrás da guloseima irresistível. Na sala havia um pássaro na gaiola que cantava bastante e também deixou seu registro nas gravações. Em nenhum momento ela mostrou resistência a responder qualquer pergunta, mesmo quando o assunto lhe trazia lágrimas aos olhos. Foi muito atenciosa e solícita. Pelo que ela me narrou, observei que toda a ação de luta *Cadê o Amarildo?* foi puxada e levada a diante pela liderança de mulheres da família.

Michele tem 27 anos e um filho ainda criança que, ao final de quase duas horas de entrevista, chegou da escola. Um garoto também muito esperto, que demonstrou muita doçura no trato com ela e muita gentileza comigo. Foi quando me despedi e, ousadamente, disse que poderia achar o caminho de volta sozinha, mesmo assim ela pediu que seu filho me acompanhasse, pelo menos até determinado ponto. Ele foi comigo saltitante, com toda a energia de uma criança, pelas escadas e becos, um labirinto entre casas difícil de descrever. Em determinado ponto eu lhe disse que saberia continuar dali, ele me perguntou: “pra onde que se sobe pra rua?” Eu gesticulei com a mão direita: “subindo à direita.” Aí ele me olhou com ar maroto: “ah, então, tá?” Chegou a conclusão que eu dali conseguiria me achar, e voltou. Prossegui sozinha por mais alguns metros até chegar à Rua Dois.



Foto 1 - Rua Dois/Rocinha. Fonte: Arquivo pessoal.

Olhando para baixo, vi o centro da controle da UPP (Foto 1, à esquerda), e percebi que estava na Rua Dois, portanto, o caminho a seguir seria subindo (Foto 1, à direita). Subi até chegar à rua principal da Rocinha, em que passam os ônibus e novamente peguei o 538 em direção à Gávea.

II - Entrevista com o advogado João Tancredo. 13/07/2015

Na primeira entrevista com Michele, ela me estimulou a entrevistar o advogado que acompanhou a família, Dr. João Tancredo, presidente do DDH, Instituto de Defensores de Direitos Humanos

Consegui seu telefone por intermédio de uma prima minha que o conhecia por também ser advogada. Liguei, ele me atendeu muito solícito e pediu que marcasse com a sua secretária e pedindo que ela tratasse o encontro como prioridade. Eu liguei e ela me retornou no dia seguinte, marcando para a segunda-feira seguinte, ou seja, quatro dias depois. Fiquei exultante já que não pensei que conseguiria com tanta presteza. No dia 13 de julho, fui até seu escritório, na Avenida Rio Branco. Cheguei pontualmente. O escritório ocupava todo o andar, em um prédio comercial, em região nobre do Centro da cidade. Falei com a recepcionista. Aguardei uns cinco minutos até a sua secretária me chamar e acompanhar até a sua sala. Ele veio até a porta e me estendeu a mão muito amistosamente. Sentei-me e disse o assunto que trazia ali, pedi desculpas, mas precisava que ele preenchesse e assinasse o termo de livre consentimento, exigências do Conselho de Ética. Ele me disse que não me preocupasse porque, como advogado, entendia bem esses procedimentos. Eu disse que já tinha falado com Michele que me havia sugerido procurá-lo. Inicialmente, disse-lhe como me impressionava muito a longevidade da repercussão do caso Amarildo e o êxito que havia conseguido junto às intuições do Estado, com a prisão dos policiais. A partir daí, conversamos por uma hora e vinte minutos e ouvi muitas coisas esclarecedoras quanto ao caso em si, assim como quanto às UPPs e à política de segurança pública.

III - Michele Lacerda (segundo encontro) 17/07/2015

Através dos dados gerados nas entrevistas, articulados à pesquisa na mídia, aos autos do processo indenizatório contra o Estado, movido pelo advogado João Tancredo, em benefício da mulher e filhos de Amarildo, construí a narrativa que apresento na introdução dessa dissertação,

sobre os eventos do desaparecimento de Amarildo e das mobilizações da mobilização *Cadê o Amarildo?* Depois de escrito, no dia 17 de julho, voltei até a casa de Michele para ler e reescrevermos juntas.

Neste segundo encontro, conheci e conversei com vários outros familiares: sobrinhos e sobrinhas – crianças e adultos jovens -, inclusive com a esposa de Amarildo, Elizabete Gomes da Silva, e os filhos. Bete teve sua imagem, nome e vida amplamente expostos na mídia, tendo sido a principal interlocutora do mobilização com a mídia.

Dessa vez, encontrei com Michele na entrada do beco que dá entrada para as casas e senti que me tratava quase com intimidade de amiga. Fomos até o mercadinho próximo, onde comprou ingredientes para café da manhã, pão francês e mortadela. Quando voltamos para o beco, em direção a sua casa, Michele foi conversando com os vizinhos, com as crianças que passavam, evidenciando ser bem conhecida. Assim que chegamos, apresentou-me à Sra. Jurema, a pessoa que assumiu o papel de mãe de Amarildo, após a morte de sua mãe. Ela mora na mesma casa que Sra. Eunice, mãe de Michele e irmã mais velha de Amarildo, que fica contígua à dela. Lá, conheci também outras sobrinhas e uma tia. Primeiro, tomamos café, Michele conversou com suas primas e brincou com o cachorro da família. A mim pareceu que ela buscava me tratar com proximidade e me deixar bem à vontade junto aos outros. Até que se sentou e disse para eu ler o que queria. Confesso que me senti um tanto constrangida já que o assunto que trataríamos se referia a uma experiência dolorosa pra todas, quase murmurando explicitamente essa dúvida, mas ela respondeu com muita tranquilidade para eu ficar à vontade, que estava tudo bem. Na sala da casa de sua mãe estávamos eu, ela, duas sobrinhas mais jovens, a tia e o menino que conheci da primeira vez, ainda fantasiado de caipira, pois tinha sido festa junina na escola, dormindo no sofá. Li o que tinha escrito, ela me interrompeu duas vezes corrigindo o número de filhos e a idade de Amarildo e me esclareceu sobre a localização da casa dele. Antes que eu terminasse a leitura, a tia se levantou e foi ter com Dona Jurema. Michele concordou com a narrativa que escrevi; as outras sobrinhas de Amarildo nada disseram.

Aproveitei e perguntei se ela poderia marcar um encontro com Elizabete, a esposa de Amarildo. Michele se levantou e me levou até a casa em que moravam atualmente a esposa e os filhos de Amarildo, ali bem perto. Passamos alguns metros por um pátio onde havia uma enorme mangueira, atravessamos um portão de tábuas e saímos num beco muito estreito, entre casas que ficavam muito próximas.

IV - Entrevista com Elizabete Gomes da Silva. 17/07/2015

Caminhamos pouco e logo chegamos à casa da família de Amarildo. Não era mais a que foi amplamente divulgando em fotos pela imprensa. Era uma outra, maior, comprada com a ajuda de artistas e intelectuais, o que esclarecerei mais adiante. O primeiro que encontramos foi Anderson, filho mais velho, que circulou pelos jornais por ter recebido convite para posar como modelo. Muito simpático me cumprimentou, Michele me apresentou e ele disse que sua mãe ainda dormia. Michele, mostrando muito intimidade com a família, disse que ia acordá-la que já estava na hora de levantar e entrou enquanto fiquei conversando amenidades com Anderson, quando Elizabete apareceu na janela, com o rosto um tanto amarrotado, me convidou para entrar. Michele se despediu, disse que ia adiantar uns afazeres em casa. Eu entrei. Descrevo a casa porque chegou-se a especular, na imprensa e nas redes sociais, que a família de Amarildo teria enriquecido com toda a repercussão que o caso ganhou. A casa era extremamente simples, dois quartos, sala, cozinha e banheiro, coberta com laje sem telhado, com acabamento rudimentar, era pobremente mobiliada. Porém, havia um clima de descontração e alegria com crianças circulando, jovens, amigos dos filhos mais velhos conversavam entre si e um vizinho assistia televisão na sala, onde tinha um enorme *banner* com imagem do Amarildo e com a frase: Cadê o Amarildo? (Foto 2).



Foto 2 - Banner na casa de Amarildo.
Fonte: Arquivo pessoal.

Banner que foi muito utilizado nas manifestações, portanto, se constituía num instrumento da luta e, ao perceber que eu o observava, ela me disse: - pode fotografar se quiser. Fotografei. Sentei-me no sofá ao lado de onde ela estava e perguntei se podíamos conversar sobre o caso Amarildo e se eu poderia gravar. Ela assentiu rapidamente e me perguntou se não era melhor sairmos por causa do barulho da televisão, com o que eu concordei. Nos levantamos e nos sentamos nos degraus fora da casa que levam ao beco. Antes de começar a gravar, esclareci sobre o meu trabalho, e sobre o direito de sigilo. Com tranquilidade, ela consentiu e comecei a gravar. Por cerca de 40 minutos falamos sobre o desaparecimento de Amarildo, dando-me sua versão do ocorrido. Fomos interrompidas três vezes para que ela falasse com seus filhos, sobre questões cotidianas.

Quando me retirei, passei pela casa de Michele para me despedir e ela me convidou para participar do ato pelos dois anos de desaparecimento de Amarildo, o que ocorreria, como todas as outras manifestações, na passarela da Rocinha. Me despedi dos demais familiares e me retirei.

V - Manifestação de 22 de julho de 2015 - Dois anos sem Amarildo.

O ato pelos dois anos do desaparecimento de Amarildo foi marcado para às 18 horas. Era um dia útil, hora do rush. Cheguei pelas 17 horas direto ao local marcado e ainda não havia nenhuma mobilização. Comecei a andar pela Rocinha que, naquela região da passarela, é São Conrado, bairro considerado nobre da cidade, vizinho à Barra da Tijuca. É um local em que se concentra o comércio e o ponto das vans, mototáxi e ônibus. Apresentava um fluxo intenso de transeuntes (Foto 3/ esquerda). É uma região mais plana, por onde passa a Estrada Lagoa/Barra e onde desemboca o Túnel Zuzu Angel (Fotos 3 e 4).



Foto 3 - Rocinha 22/07/15 - à dir. Estrada Lagoa/Barra.
Fonte: arquivo pessoal.



Foto 4 - Rocinha 22/07/15 - Via Ápia.
Fonte: arquivo pessoal.

É nesta região também em que está a Passarela da Rocinha, ponto muito conhecido na cidade pelo gigantismo da obra de engenharia. Caminhei pelas ruas, visitei o camelódromo, ponto do comércio de rua, comi uma carne de sol na Barraca da Baiana. Foi o tempo para observar alguma movimentação de imprensa. Aproximei-me e percebi que havia algum aparato como câmeras e equipamento de gravação, próxima a eles havia uma moça a quem perguntei se estava ali pela manifestação. Ela respondeu que sim e começamos a conversar. Era uma voluntária do DDH, Instituto de Defensores do Direitos Humanos.

Logo depois, me encorajei a pedir uma entrevista com um jornalista que estava perto de nós. Disse da minha ligação com a Universidade e solicitei uma entrevista. Apresentei o Termo de Consentimento e garanti o seu anonimato. Ele consentiu em me dar uma rápida entrevista, mas pediu que mantivesse sigilo em relação à sua identificação para não comprometê-lo institucionalmente, já que estava ali a serviço de uma determinada emissora de televisão. Eu perguntei ao que ele atribuía a tamanha repercussão do caso Amarildo e sua permanência nos noticiários. Ele ressaltou muito a importância de tudo ter se dado na Rocinha que era uma comunidade diferenciada por sua história de luta.

Começaram a chegar outros da imprensa, procurando pela família. Eu liguei pra Michele avisando que já havia movimentação de jornalistas. Ela me respondeu que já estavam vindo,

que a Bete já devia estar chegando. De fato, pouquíssimo tempo depois chegou a Bete com todos os filhos e logo foi cercada por repórteres. Michele chegou um tempo depois, estendeu um oleado no chão, onde colocou cartolinas, lápis de cor e pilot e convocou a todos a fazerem cartazes. Muitos jovens e crianças da família começaram a escrever nas cartolinas (Foto 5) e eu também. Foi quando vi Dr. João Tancredo que estava acompanhado da esposa e da filha adolescente, nos cumprimentamos e ele me apresentou sua família.



Foto 5 - Confeção de cartazes - Rocinha - 22/07/15.
Fonte: arquivo pessoal.

Quando me levantei, após escrever meu cartaz, verifiquei que havia chegado muita, muita polícia (Fotos 6 e 7).



Foto 6 – Polícia Militar na Estrada Lagoa/Barra – visão do alto da passarela da Rocinha, 22/07/15. Fonte: Arquivo pessoal.



Foto 7 – Rocinha - Polícia Militar na Estrada Lagoa/Barra, 22/07/15.
Fonte: Arquivo pessoal.

Estavam na manifestação a família de Amarildo, muitas crianças e jovens, sobrinhos, irmãs e amigos; o presidente da Associação de Moradores, Carlos Eduardo, o MC Leonardo, também oriundo da Rocinha, que estiveram presentes junto à mobilização desde o início; integrantes da produção e o ator que fez o papel de Amarildo no documentário “O Estopim”.

Junto com o segundo filho de Amarildo – Emerson – e outros rapazes, familiares e amigos, fui fixar alguns cartazes na passarela (Foto 8). Quase todos perguntavam pelo corpo de Amarildo e a falta de resposta após dois anos.



Foto 8 - Cadê o Amarildo? Passarela da Rocinha - 22/07/15.
Fonte: Arquivo pessoal.

Ao todo, embora não possa precisar, éramos não muito mais de cem pessoas, sendo boa parte composta de crianças. Mas, certamente, o contingente policial era muito maior. Após a distribuição dos cartazes e camisetas, MC Leonardo começou a cantar músicas que falavam da realidade das favelas, o banner que eu havia visto na casa da Elizabete foi carregado a frente, abrindo a passeata e fomos todos em direção à Estrada Lagoa/Barra com a intenção de fechar o trânsito do túnel Zuzu Angel. Ajoelhei-me, ao lado dos filhos e outros familiares, empunhando o meu cartaz de cartolina, diante dos carros que paravam. A polícia reagiu. Minha garganta começou a arder, meus olhos lacrimejarem, era o spray de pimenta; com os cassetetes na mão nos empurravam para fora da estrada: - fechar o túnel não pode! Uma confusão se generalizou. O segundo filho de Amarildo se exaltou e insistiu em fechar o túnel, um policial o jogou no chão e puxou as algemas, Elizabete, o empurrou e se jogou em cima do filho, dizendo: - não vai prender meu filho, não! E logo um grupo grande de pessoas estavam em torno deles, o policial recolheu seu impulso, mas não sem proferir ameaças. O advogado João Tancredo, junto com Emerson, Elizabete e Michele começaram a negociar com o comandante da operação policial, ele disse: “Comandante, ninguém aqui é contra a polícia, mas contra a política de segurança que mata trabalhador e mata policial, enquanto quem faz essa política fica resguardado em seus apartamentos no Leblon.” O Emerson me fala: “O comandante disse que a gente tem que parar com isso, eu falei pra ele, devolve o corpo do meu pai que a gente para.” A negociação se desenrolou e a polícia permitiu que se fechasse uma faixa da pista e a manifestação ocorreu entre momentos mais tensos, com policiais agredindo verbalmente manifestantes e vice e versa. A pergunta cadê o Amarildo? continuou a ecoar.

Ao longo do período de pesquisa busquei também entrevistar um agente de segurança pública, me interessava ouvir o ponto de vista de quem está agindo na ponta como policial dessa política de segurança pública. Sabia que o filho mais velho de um colega meu era policial, não de UPP, mas já trabalhava para a polícia antes mesmo da implementação da polícia pacificadora, o que me pareceu bom para ter uma visão comparativa. Consegui seu telefone, marcamos um encontro na minha casa, longe de onde ele tem conhecidos. No entanto, no mesmo dia em que eu entrevistei a Bete, mulher de Amarildo, o pai do policial me ligou dizendo que seu filho, envergonhado, pedia que ele me ligasse para desmarcar a entrevista porque ele conversou com colegas do Batalhão em que trabalhava e considerou melhor não falar, não se expor. Assim, não consegui esse ponto de vista.

Também procurei o Deputado Marcelo Freixo, presidente da CDDH-ALERJ, durante todo o ano de 2015. Pedi-lhe uma entrevista pessoalmente a ele, que me deu o e-mail de sua secretária, mas não foi possível encontrar espaço em sua agenda. O mesmo se deu com o delegado Orlando Zaccone.

Ao escolher os estudos no campo da Pragmática Linguística, estabeleço um posicionamento contrário às ideias que tratam a linguagem como um veículo transportador de informações, a partir do espelhamento do real num tráfego linear. O compromisso analítico neste trabalho calça-se na compreensão de que a linguagem é ação. Desde Austin, os estudos do linguístico dentro da Pragmática tem ressaltado os elementos extralinguísticos como irremediavelmente indispensáveis para a teorização do uso e dos efeitos da linguagem. Nessa perspectiva, tanto a linguagem se constitui no contexto dos sujeitos sociais e históricos como os constitui. Minha pesquisa lida com dados do mundo real, inseridos no cotidiano dos acontecimentos, pois meu interesse está no processo de constituição das significações coletivas. O respeito e minha postura ética com relação aos sujeitos envolvidos me levam a certeza que não sou um canal de expressão dessas fontes que garante integridade total e absoluta do seu conteúdo. O que realizo é mais uma tradução, ciente de minhas próprias memórias e indicialidades no processo.

4 CADÊ O AMARILDO? – CIRCULAÇÃO E PODER

Raiz fortalecida se cair levanta
 O importante é a cabeça tá erguida
 Preto com pegada, enraizado
 Aglomerado, preparado pra virada
 De favela eu sou cria e tô ligado,
 Que misturado não é sinônimo de mesmo lado.
 Tomo cuidado e tô sempre ligeiro
Pra não sumir que nem o Amarildo, pedreiro!
 Do pelotão que vai sou o soldado que fica
 A voz se multiplica ao som da cuíca.
 É bom ter o pé no chão, cara de vilão,
 Ser chamado de monstrão e ser considerado o pica
 Só com muita raiz, saravah!
 (MV BILL, fragmento da música “Raiz”)

Até o momento, falei das minhas escolhas teóricas, de como as articulo entre si e dos procedimentos metodológicos de que me utilizei para a geração de dados. Neste capítulo, empreendo uma análise mais específica da mobilização que constituiu *Cadê o Amarildo?*

Primeiro, articulo-o ao seu contexto macro e micro. A seguir, convido o leitor a deslizar no fluxo iterável de *Cadê o Amarildo?* e observar comigo, na grande circulação que ganhou, como constituiu novas significações e projetou uma deriva à metapragmática institucionalizada.

4.1 UMA PERSPECTIVA DE CONTEXTO

Tive sempre muitas dúvidas de como abordar a questão contextual. O meu interesse para uma análise em Memória Social tem um olhar focado no encaixamento das práticas discursivas ao campo social e histórico, porém precisa alcançar também as especificidades linguísticas. Nesse sentido, a ideia nesta seção é abordar a Rocinha, onde se dá o desaparecimento de Amarildo, como o espaço de emersão da mobilização *Cadê o Amarildo?* e a UPP e os grandes protestos de junho de 2013 como o tempo dessa emersão. Simultaneamente, no decorrer da minha narrativa, abordo questões contextuais mais amplas que se incorporam ao processo, como a racialidade e exclusão social. Na seção seguinte, meu foco maior está na construção de significações a partir da circulação de *Cadê o Amarildo?*

A partir do mês de julho de 2013, o enunciado *cadê o Amarildo?* foi gradativamente ganhando espaço na mídia, nas redes sociais, nas mobilizações populares que se sucediam nas ruas das capitais fluminense e paulista. Podia ser visto sendo repetido no Facebook, nos

telejornais, nos jornais, revistas e mídia online de todo o Brasil, nos muros das cidades, em faixas nas janelas dos prédios, em casas de show, dando título a espetáculos musicais, nas conversas em bares, em salas de aula, no metrô, nos ônibus, nas casas dos bairros de classe média e nas favelas. Num processo crescente e veloz ganhou espaço e desafiou governantes. De onde veio e como se construiu a poderosa circulação de *Cadê o Amarildo?*

4.1.1 Rocinha e junho das manifestações.

O desaparecimento de Amarildo de Souza emerge num período de grande efervescência sócio-política trazida pelas manifestações de junho de 2013 e, também, no contexto da política de segurança das Unidades de Polícia Pacificadora, a principal ação de segurança pública do Estado no governo Sérgio Cabral. Sua prisão, tortura, desaparecimento e presumível morte se dão na Rocinha, onde a família de Amarildo de Souza é moradora há gerações.

A Rocinha é apontada como a maior favela do Rio de Janeiro e do Brasil, com 69.161 habitantes, segundo o Instituto Pereira Passos, tendo crescido sua população em cerca de 13 mil pessoas, 23%, em dez anos. A favela foi transformada em bairro pela Lei 1995, de 18 de junho de 1993, quando foram definidos seus limites; ela ocupa uma área total de 847.629 m². A Rocinha, historicamente reconhecida por lutas de resistência, faz parte da zona sul da cidade, região de alto valor imobiliário, situada entre os bairros de São Conrado e Gávea. As primeiras ocupações ocorreram irregularmente, por volta de 1929, em terras recém loteadas de uma antiga Fazenda, a Quebra Cangalha, nos morros da Gávea. As plantações de café foram substituídas pela agricultura familiar. Daí saiu uma das versões para o nome Rocinha. No artigo intitulado *Rocinha, uma breve história no tempo. Análise dos processos de formação e transformação do bairro*, os autores, dizem:

Na ausência de uma forte presença institucional, a favela (Rocinha) cresceu à margem do estado a partir de um equilíbrio confuso entre instituições locais e o poder do tráfico. Muitas obras de intervenção física e de infraestrutura foram realizadas a partir da iniciativa dos próprios moradores. Com todas estas particularidades e se consolidando cada vez mais como bairro, a Rocinha há muito tempo deixou de ser um local de moradia provisória representando um local de investimento e de serviços, de conexão com outros bairros, com escala de bairro e características de cidade. Por isso tem se tornado, cada vez mais, uma área de interesse do poder público e um desafio para a implementação de políticas públicas que configurem transformações sociais estruturantes de fato. (SOARES, OLIVEIRA E SAMPAIO, 2009, p. 11)

Os autores abordam a Rocinha ainda sem a instalação da UPP, que foi uma ação que se poderia dizer estruturante implementada pelo Estado, em novembro de 2011, quando foi ocupada pelas chamadas forças de pacificação e teve a sua Unidade de Polícia Pacificadora inaugurada em 20 de setembro de 2012, com um efetivo de 700 policiais. No entanto, a política de pacificação parou na ação policial. Não houve nenhuma novidade no campo social.

Como observa João Tancredo, advogado da família de Amarildo de Souza, em entrevista dada a mim em 13/07/2015:

(...) na Rocinha o que tinha ali era uma milícia, uma milícia armada de PMs. Era isso que tinha. Já controlavam o gato net, já controlavam as vans, as motos, o que é isso? É exatamente o que a milícia faz. Exatamente isso. Para a motocicleta tinha que ter um colete com uma rubrica do major, senão não podia circular. Tinha uma empresa que pagava os coletes, tinha o nome lá, acho que intranet, não me lembro mais, vinha no colete, e dava 60 mil por mês para a Associação dos motoboys. Isso passou, acabou, passou para a mão da milícia UPP.

Na manifestação do dia 22 de julho, na passarela da Rocinha, São Conrado, pelos dois anos sem Amarildo, os manifestantes gritavam: “UPP entrou, a Rocinha acabou.”

Cadê o Amarildo? emerge no cenário das manifestações de grandes dimensões que ganharam a atenção da mídia nacional e internacional. A prisão e o desaparecimento de Amarildo ocorrem um mês após o uso das forças policiais em violenta repressão às manifestações. O dia 13 de junho ficou marcado pelas imagens de forte confronto entre manifestantes e policiais, gerando uma nova fase aos protestos e causando novas implicações políticas. A partir daí há uma adesão maciça da opinião pública e se acirram mobilizações contrárias aos governantes. As forças policiais ao investirem contra os manifestantes usaram de força contra parcelas sociais que não estão habituadas a sentirem a violência policial contra si no seu cotidiano.

Inicialmente, as mobilizações foram convocadas pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das passagens do ônibus. Rebeliões ligadas ao transporte público nas grandes cidades não são novas. Acontecimentos como ônibus incendiados, quebra-quebra em estações de metrô etc., não estão fora dos noticiários cotidianos. Os transportes públicos seguem a lógica do lucro e, como tal, são estruturados de acordo com os interesses do capital. As tarifas são justificadas em planilhas inextrincáveis, de total construção dos empresários. A população é mantida à distância das negociações, sendo convocadas apenas a arcar com o custo nunca justificado.

Custo esse que de tão alto, dificulta o trânsito para além de casa/trabalho/casa. Como diz o documento redigido coletivamente pelo Movimento Passe Livre (MPL).

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso de transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. (MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo, 2013, p. 15)

Transitar numa grande cidade brasileira não é tarefa fácil. O caos urbano constituído em que estamos mergulhados espelha não só a espacialidade da desigualdade social, mas o campo de enfrentamentos das relações de trabalho.

Os trabalhadores são jogados para as periferias, empilhados em favelas, locais, em geral, desprovidos dos serviços públicos que podem garantir condições dignas de vida como saneamento básico, coleta de lixo, arruamentos, segurança, distribuição de água e luz e, claro, transporte público (MARICATO, 2013). O enorme acúmulo de contingentes populacionais nas cidades “que fez a população urbana crescer de menos de 10% até 50%” (Harvey, 2013, p. 28) as constituíram em grandes espaços de negócio, de onde as empresas podem extrair grandes ganhos. Com a lógica liberal do Estado mínimo, a prestação de toda sorte de serviços públicos se tornou uma possibilidade de alta lucratividade,

“(…) o sistema de transporte, custeado entre empresários, poder público e usuários, foi fundado num pacto de classes que espera oferecer serviços por meio de parcerias com o capital e que entregou a exploração do setor a empresas privadas. Essas empresas privadas financiam campanhas e depois cobram do poder público que mantenha as condições de lucratividade como condição para manter a oferta do serviço.” (Iasi, 2013, p. 45)

O transporte coletivo urbano se torna uma realidade muito difícil. Escassos, sempre lotados, obrigando a quem os utiliza a permanecer horas e horas preso em engarrafamentos cotidianos. Baseado na utilização de ônibus, apesar da existência de metrô nas maiores capitais, sua ineficiência aliada ao incentivo à aquisição de carros individuais encheu as ruas de veículos automotores.

Em regiões metropolitanas como São Paulo e Rio, as pessoas são obrigadas, em transporte individual ou coletivo, a gastar horas no deslocamento casa/trabalho/casa. O custo do transporte é grande, necessitando os trabalhadores de programas de subsídio para que possam arcar com o custo da passagem, o que é pensado apenas para a manutenção de seu ir e vir para trabalho. O deslocamento para o lazer, cultura, família ou mesmo saúde não são inclusos na lógica desses programas. As catracas, as roletas se constituem em verdadeiras cancelas de fiscalização de fronteira.

Assim, as manifestações de junho de 2013 em prol da Tarifa Zero não foram propriamente uma surpresa. Em 2003, aconteceu em Salvador a chamada revolta do Buzu, quando uma série de manifestações se deram por todo o mês de agosto/2003 em consequência do aumento no preço das passagens. Em 2004, em Florianópolis, ocorre a Revolta da Catraca; com bloqueio de ruas e terminais, conseguiu-se a revogação do aumento da passagem. Em 2005, organiza-se o MPL, Movimento Passe Livre, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, reivindicando tarifa zero para os transportes públicos.

O Movimento Passe Livre (MPL) tem como princípio ser “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada.” (site MPL). O MPL começou mais fortemente ligado às reivindicações do passe estudantil, que propõe passagem gratuita para estudantes, porém sua atuação se expandiu para uma visão mais geral da população. Após estudos sobre o projeto Tarifa Zero, formulado pela Prefeitura de São Paulo, sob a gestão de Luíza Erundina (1989/1992), segundo o próprio movimento “(...) assumiu-se o discurso do transporte como direito, aliás fundamental para a efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos.” (MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo, 2013, p. 16).

Os protestos de rua de junho de 2013, que começaram em Porto Alegre e São Paulo, se alastraram por todo o país. A primeira manifestação ocorreu no dia 6 de junho, em São Paulo, seguindo um padrão apreendido nas experiências anteriores: convocação pelas redes sociais, sucessivos protestos em curto espaço de tempo, fechamento por longo período de vias importantes para o fluxo da cidade, a não utilização de instrumentos tradicionais como carro de som e lideranças sindicais, partidárias ou outras organizações puxando o movimento.

No dia 6 também houve manifestação no Rio, mas de pequenas proporções. Em São Paulo, de acordo com informações veiculadas na imprensa, a passeata reuniu cerca de 2 mil pessoas. A segunda ocorreu no dia 10 de junho/2013; no dia 11, outra manifestação, já contando

com mais de o dobro de manifestantes. Em 13 junho, em nova manifestação, a polícia age violentamente, provocando cenas de guerra campal, com pessoas feridas, patrimônios depredados e manifestantes presos. A brutalidade das ações policiais trouxe grande indignação e foi crucial para uma massiva adesão da população em diversos estados do país.

André Singer (2013), propôs uma análise, dividindo o período das manifestações em três fases, a dos dias 6, 10, 11 e 13 de junho constituiriam a primeira, fase que se caracterizou por manifestações ainda implicadas com o aumento das tarifas de ônibus, convocadas pelo MPL por meio das redes sociais e ocorrendo principalmente em São Paulo e, em proporções menores, no Rio de Janeiro e em outras capitais.

Na segunda fase, dias 17, 18, 19 e 20 de junho, as manifestações ganharam dimensões extraordinárias. O Datafolha apontou 65 mil pessoas nas manifestações do dia 17, no Largo da Batata; no dia 20, os protestos ocorrem nas cinco regiões do Brasil, não só nas capitais, mas também em cidades maiores, levando mais de um milhão de pessoas às ruas. No dia 20 de junho, há a revogação do aumento das passagens de ônibus em São Paulo, Rio e em diversas capitais brasileiras. A partir daí, o movimento ganha aceleração própria, descolando-se do Movimento Passe Livre. As reivindicações se pulverizam nos mais diversos temas. Na terceira etapa, do dia 21 até o fim de junho, as manifestações passam a ocorrer de forma fragmentada sob bandeiras reivindicatórias diversas.

A impressionante amplitude que as manifestações de rua ganharam trouxe perplexidade aos agentes políticos que se viram pressionados por uma série de reivindicações surgidas no decorrer das mobilizações. Numa pulverização de liderança, refletindo uma nova maneira de organização que não implicava nos costumeiros planos de ação com lideranças verticalizadas, o movimento foi crescendo enquanto acontecia, o que permitiu o aparecimento de diversos grupos convocando protestos por temas os mais variados e contrários, como mais investimentos para a educação e saúde e a redução da minoridade penal. Nesta fase, o MPL deixa o movimento e as convocações. Surgem mobilizações de luta específicas contrárias aos governadores Sérgio Cabral e Geraldo Alckmin. As polícias estaduais do Rio e São Paulo protagonizaram cenas de repressão às manifestações de grande violência, provocando reação da sociedade o que fez cair brutalmente os índices de aceitação de seus governadores, elevando, da mesma forma, o de rejeição. Por exemplo, em outubro de 2010, o Governador Sérgio Cabral foi reeleito no primeiro turno com 66,08%, menos de três anos depois, em pesquisa de opinião realizada pelo Ibope, após as grandes manifestações de rua de junho, o índice de aprovação de

Cabral era de 12%, o pior entre onze governadores avaliados. A aprovação de Geraldo Alckmin caiu de 52 para 38%.

O perfil dos manifestantes, ainda segundo Singer:

[...] sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média. (SINGER, 2013, p. 31 e 32)

Apesar de não se ter fontes mais seguras de pesquisa, pois os dados provêm de institutos de pesquisas que utilizaram diferentes metodologias, com informações coletadas em algumas manifestações, Singer coteja idade, renda familiar e escolaridade para sugerir como aceitável que o perfil dos manifestantes esteja entre os adultos jovens e estudantes, mas já no mercado de trabalho. Nas duas entrevistas que fiz, uma com um jovem estudante de universidade pública já no mercado de trabalho que participou ativamente nas manifestações de rua e outra com uma jovem estudante de universidade particular, também já empregada, pude perceber que, em algum momento, houve uma crença de que se estaria de fato mudando a situação no país, mas, ao serem perguntados que mudança era essa desejada, ambos responderam: “mudança!” Eu insisti na pergunta: “mas que mudança?” E a resposta também foi coincidente: “mudança de tudo, está tudo errado.”

Os manifestantes, majoritariamente jovens, sem maior experiência em manifestações de rua, mas com significativa vivência com a comunicação via internet, deram às redes sociais grande relevância para os acontecimentos de junho/2013. A utilização de e-flyer, ou seja, flyer ou panfletos virtuais, para convocar as manifestações foi fartamente utilizado. A velocidade e abrangência que propicia a comunicação eletrônica - principalmente depois da conexão via celular - sobre a qual os governos não conseguem manter controle total e que não estão sob as ordens de uma equipe editorial, permitiu que convocações surtisser resultados rapidamente, conseguindo a presença de milhares de pessoas. A liberação de sinal para conexão aberta foi um instrumento de ação. A esse respeito fala Fernanda Costa-Moura (2014):

Essa força do movimento se deve à rápida difusão de um ativismo on-line que intervém no fulcro do funcionamento social constituindo um tipo novo de participação. E mostra que a chamada “crise da representação” não se limita a uma crise dos partidos e da política. Trata-se antes de uma crise mais ampla, que atinge também o campo do discurso e das

instituições tradicionais em que o sujeito se constitui.” (Costa-Moura, 2014, p. 148)

Uma militância que não está mais apenas nas ruas, mas por trás de computadores, divulgando sua mensagem na velocidade digital. O avanço do uso da internet trouxe uma forma contemporânea de militância política, a militância online, que chamo de cibermilitância.

Ao sair do foco da luta pela tarifa zero e partir para um mosaico de reivindicações, as manifestações abriram espaço para toda sorte de apropriação de discurso. Como afirma Singer:

[...] ao, coerentemente, recusar uma prática que impusesse desde o alto o sentido das mobilizações, o MPL as abriu para visões de mundo muito diferentes da sua. As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo. Acredito que setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país. (SINGER, 2013, p. 33 e 34)

Como aponta Singer na citação acima, as manifestações acabaram por abrir espaço para um posicionamento antigoverno generalizado, constituindo mobilizações contra os governos estaduais e uma violenta reação contra partidos políticos, o que se chamou na imprensa de crise de representação. No Rio de Janeiro e São Paulo mobilizações como *Fora Cabral* e *Fora Alckmin* se articularam discursivamente. Em grande manifestação no dia 1º de agosto de 2013, na capital paulista, contra o governador Alckmin faixas traziam menção ao governador Sérgio Cabral. É nesse contexto que emerge *Cadê o Amarildo?* que, rapidamente, foi incorporado aos protestos. É citado na mesma manifestação do dia 1º de agosto, em São Paulo (fotos 9 e 10).



Foto 9 – Manifestações/SP. Foto de Carlos Eugênio Clemente.
Fonte: Revista Vírus Planetário, agosto/2013.



Foto 10 - Fora Alckmin/Fora Cabral.
Fonte: site UOL notícias

Também em 1º/08/2013, ocorre a maior manifestação *Cadê o Amarildo?*, como todas as outras, na passarela da Rocinha. No entanto, desdobra-se em passeata contra o governador Sérgio Cabral e segue com grande grupo de manifestantes em direção à residência do governador, no Leblon. Como diz Derrida:

Qualquer signo, linguístico ou não linguístico, falado ou escrito (no seu sentido corrente desta oposição) em pequena ou grande unidade, pode ser citado, colocado entre aspas; com isso pode romper com todo o contexto dado, engendrar infinitamente novos contextos, de forma absolutamente não saturável. (DERRIDA, 1990, p. 362)

Cadê o Amarildo? desliza no fluxo iterável, indexicalizado à desmilitarização da PM - tema que ganhou espaço após a violenta repressão às manifestações -, repressão policial e insatisfações generalizada com governos.

No Rio, onde a política de segurança pública é a grande vitrine do governo, o desaparecimento de Amarildo de Souza, vítima da ação de policiais da Unidade Polícia Pacificadora, passa a ser citado em todas as manifestações *Fora Cabral*, transformando-se em ícone nos protestos contra a polícia militar (Foto 11).



(Rio: Grupo de manifestantes que vai da Rocinha à Gávea, com intenção de chegar à casa de Sérgio Cabral, no Leblon. Crédito: Fábio Brisolla/Folhapress - detalhe)

Foto 11 – Manifestações/RJ - Foto de Fábio Brisolla. Fonte: Folha de São Paulo digital, 1º/08/2013.

A indisposição social para com a polícia era grande, mesmo na chamada classe média. Não é incomum ouvir na imprensa corporativa, principalmente nos jornais dedicados ao sensacionalismo, notícias sobre ações policiais em favelas, ocasionando mortos e feridos e mesmo protestos dentro dessas comunidades em função de violências perpetradas pelos agentes de segurança pública. No entanto, para a parcela social de fora das comunidades que não se veem no dia a dia vivendo a situação de estar no fogo cruzado entre polícia e “traficante”, essas notícias são apenas notícias e servem para demonstrar que as forças de segurança pública são atuantes na repressão à criminalidade. Nessa situação específica das manifestações de junho de 2013, a chamada sociedade do asfalto está convivendo com essas mesmas forças de repressão nas ruas da cidade, e seus membros estão sentindo na pele as ações violentas. O olhar para a polícia não é mais de agente protetor, combatendo o crime organizado e aqueles que os intimidam e amedrontam nas ruas. O tema ganha relevância, passa a se relacionar com a historicidade dos sujeitos envolvidos diretamente, a família de Amarildo, localmente com a Rocinha, ou as favelas de uma forma mais geral, mas também com a memória que envolve as questões da política de segurança pública e com as reflexões sobre os limites de ação da polícia no estado democrático de direito.

4.2 CADÊ O AMARILDO? - NA ESTEIRA DA ITERABILIDADE

Nesta seção, argumento que a circulação do ato de fala *Cadê o Amarildo?* lhe conferiu força cumulativa de repetição e, sua historicidade, dentro do mecanismo iterável, projetou novas significações. Apresento uma série de informações multissemióticas que circularam em vários ambientes, real e virtual, pela esteira da iterabilidade que o potencializaram em ícone de diferentes enfrentamentos sociais. *Cadê o Amarildo?* ganhou movimento, fortalecendo-se na circulação para atuar na arena de luta quanto ao que lembrar e esquecer.

A forma de protesto em *Cadê o Amarildo?* reflete o modelo que caracterizou as manifestações iniciadas pelas convocações do MPL, como mobilizações que param o trânsito de vias importantes, a falta de lideranças partidárias e a não utilização de carros de som, comunicação e convocações via rede sociais e sucessão de manifestações em curto espaço de tempo, o que indicaliza o contexto, mas também o tensiona e amplia as estratégias de ação. A indagação *Cadê o Amarildo?* indicaliza indignação social mais ampla como cadê transporte público de qualidade e gratuito? Cadê polícia desmilitarizada? Cadê cidadania para todos? Cadê ações estruturantes nas favelas e periferias que tragam saneamento básico, educação, cultura, lazer? Cadê política de segurança pública de respeito à vida? Cadê os Amarildos?

Um dos desdobramentos da mobilização se deu no projeto “Somos Todos Amarildo”, que apontou uma mudança de escala, ou seja, da questão situada para uma questão nacional. Não era mais o Amarildo de Souza, morador da Rocinha, mas os desaparecidos do Rio e do Brasil. No dia 20 de novembro de 2013, foi realizado um show intitulado “Somos todos Amarildo”, de Caetano Veloso e Marisa Monte, no Circo Voador – Lapa -, casa de espetáculos tradicional no Rio de Janeiro. Na ocasião, se distribuiu máscaras que retratavam o rosto de Amarildo de Souza e foi projetado em telão a frase: “Somos todos cariocas, somos todos Amarildo”. O show foi beneficente em favor da família de Amarildo, mas, também, se desenvolveu numa proposta maior, de constituir um mecanismo para um levantamento do número de desaparecidos no Brasil. Esse trabalho seria gerenciado pelo DDH. Na entrevista que me concedeu, o advogado João Tancredo me esclareceu sobre o projeto e o envolvimento de artistas, cito abaixo:

No Brasil, desde a ditadura, desde o fim da ditadura civil-militar (...) que artistas não se engajavam em luta alguma de democratização, qualquer tipo de coisa assim, com o seu trabalho. E no caso do Amarildo surgiu isso. O que é sempre muito interessante dizer, sempre que tenho a oportunidade gosto de dizer isso, diversos artistas se uniram para patrocinador um evento chamado

"Somos todos Amarildo", que era um projeto a ser desenvolvido, começando pelo Rio de Janeiro, com pretensão de se estender para o Brasil, de se conhecer a relação do número de desaparecidos. É claro que esse projeto tinha foco no desaparecimento forçado, especial por agentes públicos. (...) Aí, o show no Circo Voador. (...) O Projeto era Somos Todos Amarildo, não tinha nada com o caso Amarildo no que se refere à investigação porque a gente sabia o que aconteceu. Mas eram os outros milhares de casos em que as pessoas desaparecem e as pessoas não sabem o que aconteceu. (...) O projeto era pra gente, pelo menos, conhecer o número real de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. Fala-se em 25 mil pessoas nos últimos cinco anos, mas ninguém tem esse dado objetivo, concreto. (Entrevista em 13/07/2015)

Assim, a partir do mês de julho de 2013, o ato de fala *Cadê o Amarildo?* foi gradativamente ganhando espaço, podia ser visto sendo repetido no Facebook, nos telejornais, nos jornais e revistas, na mídia online, nos muros das cidades, em faixas nas janelas dos prédios, camisetas, em casas de show, dando título a espetáculos musicais, nas conversas em bares, em salas de aula, no metrô, nos ônibus, nas favelas e nos bairros de classe média. Apresento, a seguir, um exemplo da circulação que impulsionou *Cadê o Amarildo?* e o fez chegar a todas as idades, em um episódio ocorrido com o filho de uma amiga. Com apenas seis anos, ele insistentemente, por dias, perguntava à mãe e a todos que lhe davam oportunidade: Cadê o Amarildo? Em geral, recebia a resposta: - eu não sei. Até que um dia lhe perguntaram: fulano, cadê o Amarildo? E ele respondeu: - ele jaz.

Cadê o Amarildo? Arregimenta forças, infecciona discursivamente, indexicalizando memórias que o projetam como resistência às cartografias oficiais. Protestos como o ocorrido na passarela da Rocinha, no dia 17 de julho, se repetiram atraindo um número crescente de participantes e também crescente adesão de organizações da sociedade civil e grupos de lutas por direitos humanos. Já na primeira manifestação foi feito contato com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, por intermédio dela, a Anistia Internacional apoiou a mobilização e lançou uma campanha pelas redes sociais. Assim como a comunicação via Internet foi importante para as manifestações de junho, em especial o Facebook, também o foi para *Cadê o Amarildo?* Como disse Michele:

Vou te falar que a primeira manifestação, ela se deu muito por conta do Facebook. Foi no Facebook que a gente propôs a manifestação no dia 17 e aí pelo Facebook a gente marca uma reunião, decide fazer... nessa reunião que a gente faz com alguns movimentos, decide fazer uma página chamada Amarildo de Souza, um perfil. [...] E a gente faz um perfil chamado Amarildo de Souza, a gente faz uma página com a pergunta cadê o Amarildo? e aí quando ela tomou uma proporção bem maior, a gente começa a perguntar cadê

os Amarildos? Porque isso que deu muita força pro nosso movimento. (Entrevista, 13/05/2015)

Era um período em que as manifestações ainda se sucediam, os ânimos eram de protestos. A estratégia de mobilização foi manter o mesmo padrão das ruas e das redes sociais. Abrir uma página do Facebook para Amarildo de Souza (Figura 4) foi estratégico, manteve a mobilização em conexão com a rede social e foi a primeira forma de divulgação. No aniversário de nascimento de Amarildo de Souza, em 2015, dois anos após o seu desaparecimento, a página recebeu congratulações pela data. Amarildo continuava desaparecido e certamente morto, mas *Cadê o Amarildo?* continua a circular.



Figura 4 - *Cadê o Amarildo?* - Página Amarildo de Souza. Fonte: Facebook.

Numa linguagem direta, com imagens coloridas e utilizando expressões amplamente divulgadas pelos protestos de junho como “Vem pra Rua”, e-flyers de convocação divulgados via Facebook (Figura 5), alcançaram comunicação fácil com internautas.



Figura 5 - *Cadê o Amarildo?* E-flyer de Convocação. Fonte: Facebook.

O apelo emocional também foi uma estratégia para promover solidariedade, com menção à dor da família, indexicalizando as diferentes famílias que viviam a mesma experiência. A imagem do filho mais velho de Amarildo aparece no e-flyer de convocação abaixo (Figura 6), de forma comovente, as lágrimas clamam por justiça.



Figura 6 - *Cadê o Amarildo?* E-flyer de convocação 2. Fonte Facebook.

No e-flyer de convocação para a maior manifestação, do dia 1º de agosto, o caso de Amarildo foi articulado a outro desaparecimento envolvendo policiais militares, o de Patrícia Amieiro (Figura 7), neste caso uma mulher, branca, moradora da Barra da Tijuca, filha da classe média carioca, que é reconhecido pelos compartilhamentos do Facebook. Segundo informações veiculadas pela imprensa, no dia 14 de junho de 2008, Patrícia Amieiro Branco de Franco, por volta das 5h30, dirigindo na Autoestrada Lagoa/Barra, foi alvejada por policiais, o que a fez perder o controle e bater de forma fatal em uma mureta. O corpo nunca foi encontrado. Os policiais também são acusados de ocultação de cadáver e de manipularem a cena do crime forjando um acidente. O caso ainda não foi julgado.



Figura 7 - *Cadê o Amarildo?* - E-flyer de convocação 3. Fonte Facebook.

A articulação com diversas organizações, Anistia Internacional, Favela Não Se Cala, ONG Rio de Paz, Justiça Global, “Reaja ou será morto, reaja ou será morto” etc., contribuiu para que *Cadê o Amarildo?* operasse em rede. Recebeu a colaboração de cibirmilitantes, o que ampliou a estratégia comunicativa via redes sociais. Páginas e grupos foram criados para perguntar *Cadê o Amarildo?* e contribuíram fortemente para dinamizar a sua circulação, muitas dessas páginas foram criadas sem o conhecimento da família, como o exemplo abaixo (Figura 8) em que há a apropriação da imagem de Wally.



Figura 8 - *Cadê o Amarildo?* Página Wally. Fonte: Facebook.

Where's Wally? (Onde Está Wally? no Brasil) é uma série de livros infanto-juvenil baseada em ilustrações e textos curtos, criada pelo ilustrador britânico Martin Handford. O livro traz grandes ilustrações com inúmeros signos imagéticos dentre os quais se deve encontrar Wally, o personagem central.²⁰ Nos dois primeiros livros, Wally esteve sozinho. Nas publicações subsequentes mais personagens e objetos foram adicionados para serem encontrados nas cenas. Essa sucessão de novos elementos que a série acrescentou para serem procurados, foi uma estratégia de comunicação que também foi empregada na mobilização *Cadê o Amarildo?*, simultaneamente indicializando a busca pelo pedreiro e possibilitando novas indexicalizações (Figura 9).

²⁰ Fez grande sucesso de público e se disseminou pelo mundo em vários outros produtos como jogos, físico e digital.



Figura 9 - *Cadê o Amarildo?* Página Wally 2. Fonte: Facebook.

Na esteira da iterabilidade, a cada repetição o enunciado se recontextualiza e ressoa marcas do passado e cria novas indexicalidades. De acordo com ao Mapa da Violência 2015:

[...] no ano de 2012 as armas de fogo vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Dessa forma, a vitimização negra foi de 142%, nesse ano; morreram proporcionalmente e por arma de fogo 142% mais negros que brancos: duas vezes e meia mais. (WAISELFISZ, 2015, p 80)

Não preocupa só a trágica seletividade de negros e de jovens nesses homicídios, incomoda muito mais verificar a tendência crescente dessa seletividade ao longo dos últimos anos. (...) as taxas de homicídios de brancos por AF (armas de fogo) caem de 14,5 para 11,8 em 100 mil brancos, enquanto as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,9 para 28,5: as taxas brancas caem 18,7% e as negras aumentam 14,1%; com esse ritmo marcadamente diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica: em 2012 já é de 142%. (WAISELFISZ, 2015, p. 82)

Diante do quadro exposto na citação acima, a pergunta *Cadê o Amarildo?* passa a indexicalizar a memória de uma situação de violência social e institucional contra moradores das favelas e periferias da cidade, sobretudo em relação à população negra, mas que se espalha pela sociedade sem garantias de controle na sua seletividade, como no caso Amieiro. Dessa forma, operando um salto escalar, o questionamento rapidamente, se transforma em *Cadê os*

Amarildos?, referindo-se a uma legião de desaparecidos nessa realidade de confronto entre Polícia e moradores de periferias e favelas.

Assim, foi possível ver nos muros da cidade a mesma estratégia interrogativa (Foto 12).



Foto 12 – Cadê os Amarildos?
Fonte: Google Imagem.

A figura acima foi retirada do Google Imagens após postagem de Instagram²¹. Não há indicação de local, nem de autor, o que também é significativo do incontrolável impulso iterável que o fenômeno textual tomou. A interrogação é feita diretamente à Polícia Militar, braço armado do Estado que, neste contexto das manifestações, recebe severas críticas quanto à militarização. A violência policial foi um dos pontos principais de conexão entre as mobilizações *Fora Cabral* e *Cadê o Amarildo?*

Pode-se ouvir *Cadê o Amarildo?* se estendendo ao contexto dos pescadores da baía de Guanabara que sofreram perseguição por conta do grande empreendimento que a Petrobras iniciou no município de Itaboraí, região metropolitana do Rio, o Comperj, Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. Em 2 de setembro de 2013, na 8ª audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, para a apresentação do Relatório da “Plataforma Dhesca - as condições de implantação do Comperj”, representante da

²¹ Aplicativo para rede social, voltado para postagens de fotografias

Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara – Ahomar, Alexandre Anderson, disse:

Primeiramente, vou renovar nossa solidariedade para com a família do Amarildo, mas, nós temos nossos Amarildos, também na pesca, temos nossos Amarildos também no campo, talvez a gente não precise mais ter “Amarildo”, a gente não precisa mais ter Paulo, não precisa ter mais Márcio, onde que não são investigadas mortes, são pescadores desaparecidos como o Careca, o Fernando lá de Jurujuba que até a data de hoje está desaparecido. (CDDH, 2/09/2013)

Alexandre Anderson indexicaliza o desaparecimento de Amarildo a tantos outros que acontecem na cidade e também no campo, com trabalhadores urbanos e rurais, da terra e do mar. Amarildo é também Paulo, Fernando, Careca, Márcio e o próprio Alexandre Anderson que estava sob o programa de proteção à testemunha, impedido de viver uma vida normal pelas ameaças de morte que sofria por sua atuação como liderança dos pescadores da Baía de Guanabara.

O deslizamento textual muda de escala, sai o Amarildo para entrarem os Amarildos, vítimas de um sistema perverso que protege poucos privilegiados expondo ao confronto armado a base da pirâmide social. *Cadê Amarildo?* indicializa falta de cidadania quando todos morremos e desaparecemos um pouco no excesso de memória que transborda nas várias formas de violência a que somos submetidos rotineiramente enquanto sociedade, como quando crimes não são investigados ou a seletiva ação punitiva da justiça deixa livres assassinos que não têm as mãos sujas de sangue, mas têm suas canetas cheias dele.

Mas, foi com a colaboração da Anistia Internacional²² que a mobilização ganhou circulação em escala internacional via redes sociais. *Cadê o Amarildo?* viajou, assim, por diversos continentes. Trago em sequência cinco exemplos (Figuras 10, 11, 12, 13 e 14) dos diferentes signos utilizados para marcar a circulação para além das fronteiras nacionais.

²² Anistia Internacional é uma organização não governamental que surgiu em 1961, a partir da atuação do advogado britânico Peter Benenson em defesa de estudantes feitos prisioneiros pelo governo ditatorial de Salazar, em Portugal. Atua promovendo ações e mobilizações pela efetividade dos direitos humanos. Hoje, está em 150 países e possui cerca de sete milhões de apoiadores dos cinco continentes. Seu primeiro relatório global sobre a tortura, lançado em 1972, foi em referência a torturados e torturadores no Brasil da ditadura civil-militar. Em 1977 ganhou o Nobel da Paz. Hoje em dia sua atuação estende-se aos abusos por parte de grupos armados, tomada de reféns, pessoas presas por sua orientação sexual e refugiados, compreendendo também, desde 2001, os direitos econômicos, sociais e culturais (DhESC). Em 2012, abriu sua sede no Brasil no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro.



Figura 10 - *Cadê o Amarildo?* – Moscou. Fonte: Facebook.

Na figura 10, a pergunta é reciclada na Rússia, figurando em cartaz onde destaca-se monumentos simbólicos da cidade de Moscou em meio a transeuntes, funcionando como indicadores dêiticos do estar fora do Brasil, no outro lugar. *Cadê o Amarildo?* ganha novos espaços geográficos e arregimenta outros interlocutores que, por sua vez, dirigem a questão para novas indexicalidades. *Cadê o Amarildo?* estende seu endereçamento. Ganha significações e amplia poder de pressão política. Na repetição da pergunta em Moscou, o governador Sérgio Cabral é implicado diretamente.



Figura 11 - *Cadê o Amarildo?* - Nova Iorque. Fonte: Facebook.

Na figura 11, a interrogação é recontextualizada na língua mais falada no planeta, no coração do centro financeiro do mundo capitalista, Nova Iorque. Os arranha-céus, alongados pelo ângulo fotográfico (de baixo para cima) e a proposição “New York wants to know”, indexicalizam sentidos de globalização e poder neoliberal, enquadrando a pergunta no cartaz como intimação (“O centro do poder econômico quer / exige saber ...”).



Figura 12 - *Cadê o Amarildo?* - Alemanha. Fonte: Facebook.

Na figura 12, a dêixis não é a arquitetura reconhecida no mundo, como nas figuras anteriores, mas os jornais com as manchetes em alemão que chancelam de onde vem a pergunta, a Alemanha. Tais signos, replicados em um país que tem em sua história a marca do nazismo, indexalizam memória de uma política etnocêntrica, altamente estratificada e genocida. Implicada não só com o passado violento, a indicialidade aponta para os dias atuais em que a Alemanha, uma das maiores economias do mundo capitalista, convive com muitos “amarildos-imigrantes”, por assim dizer.



Figura 13 - *Cadê o Amarildo?* - Palestina. Fonte: Facebook.

Na figura 13, alguém que se identifica como palestino também participa da iterabilidade de *Cadê o Amarildo?* Após a 2ª Grande Guerra e o Holocausto, constituiu-se o Estado de Israel que empreende uma política violenta de dominação territorial contra a Palestina. A imagem

acima e o cartaz nela contido indicializam as políticas de Estado que proclamam a violência militar como solução de conflitos e o ódio de ações revanchistas que têm vitimado indiscriminadamente civis, inclusive, crianças.

O questionamento também é reproduzido por jovens e estudantes, sendo recontextualizado nos muros das Universidades (Foto 13).



Foto 13 - *Cadê o Amarildo?* – Unirio, out. 2013. Fonte: arquivo pessoal.

Cadê o Amarildo? não é só o enunciado escrito, o gesto interrogativo está na expressão, no olhar, na boca, no coçar o queixo. Na imagem que emerge do muro também inquirindo *Cadê o Amarildo?* indicializa o alinhamento do movimento estudantil com a mobilização *Cadê o Amarildo?* e a tradição de seu engajamento em lutas na defesa de direitos políticos e humanos.

O processo de iterabilidade também teve continuidade durante a visita do Papa ao Brasil, em julho/2013, para a Jornada da Juventude, evento que reúne jovens católicos do mundo todo. Esse evento, que atraiu milhares de pessoas de vários países, foi considerado relevante para a repercussão da cidade e incluído no calendário de grandes eventos como a Copa de Mundo de Futebol e Olimpíadas de 2016. Um dos temas que mobilizou significativamente as manifestações de 2013 foi o repúdio aos investimentos feitos para receber esses grandes eventos, o que indicializa outros questionamentos sociais.

O “cadê”, item léxico mais coloquial, também ganha a repetição como “onde”, de registro mais formal, indexicalizando centro de autoridade. A cidade também questionou ao chefe do Estado do Vaticano: *Cadê o Amarildo?* (Figura 14).



Figura 14 -. *Cadê o Amarildo?* – Praia de Copacabana, em 26/07/2013.
 Fonte: Jornal Vale do Jequi (acima) Fonte: Facebook (abaixo)

Cadê o Amarildo? também é articulado ao principal símbolo do Rio de Janeiro (Figura 15). É um período de grandes investimentos para transformar o Rio de Janeiro numa cidade internacional para receber grande fluxo de turismo estrangeiro. Muito dinheiro público é gasto para receber eventos internacionais.



Figura 15 - *Cadê o Amarildo?* - Cristo Redentor. Fonte: Facebook.

Durante a visita do Papa, o Cristo Redentor, símbolo internacionalmente conhecido da Cidade Maravilhosa, indexicaliza outras questões como: cidade maravilhosa para quem? Na circulação, elementos se perdem, outros se somam e se rearrajam ilimitadamente.

Cadê o Amarildo? também ganhou as ruas da capital paulista, indexicalizando realidade de violência que não é só carioca, mas é sentida em todo o Brasil. Seu desaparecimento é lembrado em pichações nos bairros residenciais e também na Avenida Paulista, centro de negócio e símbolo do capitalismo financeiro paulistano (Figura 16).



Figura 16 - Cadê o Amarildo? - Avenida Paulista. Fonte: UOL.

As mobilizações *Fora Alckmin* iterabilizaram *Cadê o Amarildo?* Após o protesto de 1º de agosto de 2013, que se protagonizou na Avenida Paulista, a cidade amanheceu com várias pichações *Cadê o Amarildo?* O conjunto de signos também indexicaliza as manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos.



Figura 17 - *Cadê o Amarildo?* - Favela do Moinho/SP. Fonte: Facebook.

Conforme há iterabilidade, os significados indiciais vão mudando, percorrendo diferentes níveis escalares e apontando para outros movimentos que se apropriam de sua circulação e a ela impulsionam. *Cadê o Amarildo?* não é mais uma pergunta feita por familiares e amigos da Rocinha, ela indexicaliza os silenciados no Brasil (Figura 17) e se repete em outras comunidades.



Figura 18 - *Cadê o Amarildo?* - Ocupação Amarildo de Souza.
Fonte: Diário Catarinense.

Ecoa em outros Estados. No Sul do Brasil, onde a imigração europeia caracteriza sua colonização, a milhares de quilômetros da Rocinha, onde não existe Unidade de Polícia Pacificadora, mas há segregação social e concentração de renda, ouve-se *Cadê o Amarildo?* (Figura 18). Uma ocupação na Estrada SC-401, que reivindica terra e moradia, em Florianópolis, Santa Catarina, recebe o nome de Ocupação Amarildo de Souza.

Sua condição profissional de pedreiro foi lembrada em formatura da turma de arquitetura da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, área metropolitana do Rio de Janeiro, que o elege como patrono da turma (Figura 19).

Figura 19 - *Cadê o Amarildo?* - Patrono na UFF. Fonte: Extra digital.

A reportagem acima, trazida pelo jornal Extra Online, em 02/12/2013, recontextualiza *Cadê o Amarildo?* em um novo ambiente; saiu das páginas de “Polícia” e alcançou as páginas dedicadas ao tema “Educação”.

Abaixo cito alguns fragmentos do discurso da turma que acompanha a reportagem.

O patrono desta turma foi auxiliar de pedreiro. Dedicava-se a executar, com mente, mãos e músculos, o que nós, arquitetos, planejávamos em nossas telas de computador (...). Pensar no pedreiro Amarildo é pensar no trabalho alienante (...) na divisão social do trabalho, na mão-de-obra executora, afastada do conhecimento... Em uma realidade que reserva a nós, arquitetos, um diploma em mãos, e a ele sacos de cimento nos ombros. (...)

É falar da gestão municipal que mais removeu no último século e dos tantos mil cariocas que, às custas de um sonho olímpico, têm ameaçado o seu inalienável direito à moradia. (...)

Saber da prisão, tortura e morte de Amarildo implica em ter o dever de saber da política pública de segurança higienista, da violência policial injustificada e injustificável. Do projeto de segurança e de cidade que extermina a juventude pobre, negra e favelada. Amarildo não foi o primeiro. (...)

Escolher como patrono um pedreiro é apenas um lembrete acerca do compromisso ético que firmamos enquanto arquitetos, de entender quem são os Amarildos, onde moram, como moram, porque moram. Mais que fazer uma homenagem, afirmamos: somos também Amarildos e seguiremos perguntando por ele e por todos os outros." (Fragmentos do discurso da turma de formandos 2013 de Arquitetura e Urbanismo da UFF - Universidade Federal Fluminense.)

Os fragmentos destacados promovem uma plêiade de indexicalizações: diferenciação social pelo trabalho - “divisão social do trabalho”; políticas que promovem a remoção - “gestão municipal que mais removeu no último século”; os gastos públicos com adequação da cidade a um padrão olímpico, indiferentemente das consequências sociais - indexalizando insatisfações já vistas neste trabalho - “às custas de um sonho olímpico”; construção de uma ‘guerra’ urbana, programa de segurança pública que promove território de exceção - “política pública de segurança higienista”; projeto de sociedade excludente de violência institucional seletiva - “projeto de segurança e de cidade” - que promove espaços de exceção “extermina a juventude pobre, negra e favelada”; indexicaliza o desconhecimento entre as camadas sociais e promove mudança de escala do particular para a generalização espaço-temporal no uso do plural - “quem são os Amarildos”; pertencimento a esse grupo social que se quer conhecer - “somos também Amarildos”; alinhamento com as mobilizações, a não concessão às autoridades públicas que tentam arrefecer com promessas, como fez o Governador Sérgio Cabral recebendo a família para prometer investigação e indenização - “seguiremos perguntando”; aponta para o momento presente “por ele”, para o passado e futuro “e por todos os outros”.

A reportagem suscitou 68 postagens na seção comentários, das quais reproduzo aqui três:

Rogeriocdantas (1) - Realmente como uns dizem aqui "Amarido não é só Amarildo", a imprensa se omite pra vender, mas ela e todo mundo q tem um conhecido na rocinha ou na PM sabem, NÃO era pedreiro, era envolvido SIM com o tráfico q ainda rola por lá, e realmente foi morto por insanidade dos PM's da UPP, mas era BANDIDO, ele e a mulher. Sorte dos filhos a PM ter feito besteira, senão ao invés de modelo estava sendo aviãozinho do tráfico. HIPOCRISIA esse é o BRASIL!!!!!!

Angelo Tortelly (2) - Em imbecilidade já estão diplomados há muito tempo...

Jorge Alberto Fernandes de Oliveira (3) - Os comentários aqui beiram a insanidade. Amarildo não é só Amarildo, é um símbolo, uma referência a todos e todas que sumiram em um sistema autoritário e perverso. Vivemos (pelo menos deveríamos) em um Estado Democrático de Direito. Não é admissível que alguém "suma", sendo morto e torturado sob nenhum argumento. Parabéns ao alunos/as e força à família de Amarildo!

O comentário (1) relaciona enfaticamente (sinalizado pelo uso das maiúsculas) Amarildo ao tráfico e recicla as posições projetadas por cartografias oficiais, como a da Veja (analisada no capítulo 2), que atualizam concepções como ‘bandido bom é bandido morto’ - “sorte dos filhos a PM ter feito besteira”. Utiliza itens lexicais como “besteira” e “insanidade”

que indexalizam desaprovação às ações dos policiais, mas que também apontam para aceitação da violência por minimizar o crime de sequestro, tortura, morte e ocultação de cadáver. Os comentários (1) e (2) encenam performances críticas à escolha de Amarildo como patrono da turma de formandos e desqualificam agressivamente pela atitude com o uso do termo “imbecilidade”. O terceiro comentário se contrapõe aos dois anteriores e marca a mudança progressiva de escala: extrapola da questão particular e situada, “Amarildo não é só Amarildo”, indexalizando, progressivamente, mulheres desaparecidas (“todos e todas que sumiram em um sistema autoritário e perverso”); o país (“é um símbolo, uma referência a todos”) e, o mundo (“não é admissível que alguém "suma", sendo morto e torturado sob nenhum argumento”). Encena, assim, performances de aprovação genérica à homenagem, marcando gênero alunos/as, e de solidariedade à família.

Os três comentários acima participam da cadeia iterável, a ampliam-na e impulsionam-na, ainda que se diferenciem quanto a aceitar ou recusar a metapragmática que justifica a violência e desqualifica a circulação de *Cadê o Amarildo?*



Figura 20 - *Cadê o Amarildo?* - Praia de Ipanema. Fonte: Facebook.

Na figura acima (Figura 20), o enunciado é ouvido também na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, região das praias, considerada área nobre da cidade. Diante de seu internacionalmente famoso calçadão de pedras portuguesas que representa as ondas do mar, a ONG Viva Rio encenou uma performance na praia de Ipanema em que pergunta: onde está Amarildo? Os corpos estão cobertos por tecido *voil*; a transparência indexaliza o espectro do desaparecimento e da morte; o tapete vermelho, símbolo de distinção, muito utilizado pelas autoridades públicas em cerimônias oficiais, constitui uma passarela que nos leva para corpos sem rostos, sem identificação, sugerindo que qualquer um poderia estar naquele lugar.

Na imagem a seguir (Foto 14), um professor usa camiseta com a pergunta *Cadê o Amarildo?* nas costas e *Fora Cabral* na frente. Camisetas como essa eram fartamente encontradas na manifestação dos/as professores/as municipais do Rio, em outubro de 2013.



Foto 14 - *Cadê o Amarildo?* – Passeata dos professores/RJ, out. 2013.
Fonte: Arquivo pessoal.

Eles/as também tinham sido violentamente reprimidos pela polícia. Dessa forma, o nexus indexical entre os protestos, a camiseta e *Cadê o Amarildo?* se encontra no descontentamento e insatisfação generalizada com as ações desrespeitosas e infratoras do Estado – não apenas na área da segurança, mas também na Educação –, a militarização da polícia e com o governo de Sérgio Cabral.

O signo Amarildo passa a indexicalizar também os desaparecidos vítimas da ditadura civil-militar que assombrou o país por mais de duas décadas e que deixou seus rastros. A seguir, cito excerto da transcrição de reunião realizada na Alerj, presidida pela Sra. Nadine Borges, presidente da Comissão Estadual da Verdade em 2014, membro da Comissão Nacional da Verdade em 2012/2013 e Coordenadora Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República (grifei):

O SR. JOÃO RICARDO DORNELLES²³ - O Brasil talvez seja uma das sociedades no mundo todo, não só da América Latina, em que existe um sucesso absoluto ou quase absoluto das chamadas políticas de esquecimento,

²³ João Carlos Dornelles, professora da PUC/RJ e membro da comissão Estadual da Verdade.

o chamado negacionismo histórico, o esquecer fatos de violações massivas, sistemáticas e constantes de direitos humanos. (...) (O) regime militar aprofunda, cria novas técnicas, aprimora, dá um conteúdo até pretensamente científico, técnico; só se ver o relato do torturador, do agente repressivo, como Paulo Malhães, colocando aquilo ali como se fosse uma técnica a ser utilizada pela prática de poder (...).

A SRA. PRESIDENTE (Nadine Borges) - Estava pensando na tortura que cria e deixa marcas. O uso do choque elétrico, João, segundo o Paulo Malhães, resolveu essa técnica (...) porque, segundo ele, não deixaria marcas. Pelo que a gente sabe, da mesma forma morreu o Amarildo dentro de uma unidade de polícia pacificadora: uso de choque elétrico. O Amarildo desapareceu. E tantos outros, que vamos ouvir os depoimentos agora. Não foi suficiente ele desaparecer. (...).

O SR. JIVAGO NOVAES²⁴ - Falo em nome de todos os Amarildos e em nome de todas as pessoas que são torturadas todos os dias nas comunidades, de toda a mentira que a mídia e o estado fazem para tentar legitimar essa tortura do estado, da polícia e das forças de segurança (...). (Comissão Estadual da Verdade, reunião na Alerj, 08/05/2014)

No excerto acima, Amarildo é recontextualizado, pela prática da tortura, ao período da ditadura civil/militar, por Nadine Borges, apontando para o passado, e indexicalizado à legitimação da violência de “todos os dias nas comunidades”, por Jivago.

Após renúncia do Governador Sérgio Cabral, a pergunta também é endereçada ao Governador em exercício Pezão, membro das forças políticas no governo do Estado, que foi eleito governador em 2014. Aqui, *Cadê o Amarildo?* opera como índice da manutenção da mesma política de segurança pública do governo anterior, inclusive, com a continuidade do secretário de Segurança Mariano Beltrame (Foto 15).



Foto 15 - *Cadê o Amarildo?* – Pilares. Fonte: Arquivo pessoal.

²⁴ Jivago Novaes foi preso por participação nas manifestações de 2013

A figura 21, a seguir, mostra a arte feita no muro de entrada da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em memória de Alex Schomaker Bastos, morto a tiros em assalto praticado em frente ao Campus da Praia Vermelha, no dia 8 de janeiro de 2015.



Figura 21 - *Cadê o Amarildo?* Muro da UFRJ, Botafogo/RJ. Fonte: O Globo online.

Tinha 24 anos e era estudante de Biologia. Sua morte ocasionou grande comoção e repercutiu em toda a grande imprensa. Em frente ao ponto de ônibus onde Alex foi assassinado há uma praça em sua homenagem. “Eu sou Alex” cita *Cadê o Amarildo?*, iterando a expressão interrogativa, que está ao centro da pintura. A pergunta, recontextualizada em meio a outros signos emoldurado como “luz, paz, justiça, chega de dor, ficou saudade”, ganha contornos indexicais de crítica à metapragmática do discurso da violência como solução à violência. A estratégia comunicativa do “eu sou...” promove interface entre “eu sou Alex” e “somos todos Amarildos”. “Diga não à violência”, “algo tem que mudar” indicializam desejo de transformação do modelo ‘guerra’, construído discursivamente nos atos de fala que circulam por cartografia oficiais e encontram ecos de concordância em parcela significativa da população, o que se pode ver em vários comentários postados e analisados neste trabalho e pela própria eleição do Governador Pezão, que significou continuidade do mesmo programa de segurança pública.

Os dois anos de desaparecimento de Amarildo não foi negligenciado pela mídia de outros estados. Os jornais de maior circulação regional noticiaram as manifestações pelos dois anos sem Amarildo, como o Diário de Pernambuco e A Tarde, da Bahia. Também foi matéria em canal de notícias da TV fechada, Globo News, pertencente à Rede Globo, o mais poderoso conglomerado de comunicação do País (Figura 22).



Figura 22 - *Cadê o Amarildo?* – Dois anos sem resposta. Fonte: site Globo TV.

Porém, em 22/07/2013, o portal de notícias G1, também ligado às organizações Globo, estampou em sua manchete principal “Polícia do Rio analisa imagens em busca de homem sumido na Rocinha”, referindo-se a Amarildo. Não era nominado, posto na ‘vala comum’ dos inúmeros casos de desaparecimento nas favelas do Rio. Dois anos depois a manchete na TV é bem diferente. O rosto de Amarildo aparece em destaque no telão. Tratado quase que com intimidade, é posicionado indubitavelmente como vítima de tortura e morte executada por PMs. Esse ‘respeito’ não compartilhado com tantas outras vítimas do mesmo tipo de barbárie, não é comum de se ver na grande mídia que generaliza os moradores de favelas, antes de tudo, como bandidos e traficantes, legitimando a violência policial, como repressão necessária para a manutenção da ordem pública – caso da matéria de capa da *Veja*. Tais recursos semióticos (imagem, enquadramento, itens lexicais etc.) indexicalizam a potência de resignificação que *Cadê o Amarildo?* conquistou em sua luta por resposta e por não fazer concessões ao poder.

É possível construir novas cartografias comunicáveis, igualmente infeccionando a comunicação, permitindo voz aos socialmente excluídos em nossa sociedade? *Cadê o Amarildo?* Mostra que sim.

Na figura 23, a imagem de uma performance realizada em frente ao Museu de Artes de São Paulo, Avenida Paulista, pela ONG Rio de Paz, mostra o protesto pela 19ª morte ocasionada por uma série de atentados desferidos a esmo em Osasco e Barueri, região metropolitana da

capital paulista, no dia 13 de agosto de 2015, que tem policiais militares como principais suspeitos.



Figura 23 – Quem matou 19? Fonte: UOL.

De acordo com notícias veiculadas pela imprensa, as primeiras investigações apontavam a motivação do crime como revanchismo pela morte de um policial naquela região. A 19ª vítima, Letícia Vieira Hillebrand da Silva, 15 anos, foi alvejada no abdômen quando voltava da casa de amigos, por volta das 21 horas, por homens dentro de carro que atiravam à revelia contra pedestres.

A mesma ONG Rio de Paz, que participou de vários protestos em relação ao caso Amarildo (como visto na figura 20), levou 19 sacos plásticos, simulando os corpos das vítimas da chacina, empunhando uma faixa: Quem matou 19?, metalinguagem que indexicaliza não só o caso Amarildo como também a situação de violência policial generalizada. A interrogação, nesse caso, não é para saber em que lugar encontrar quem desapareceu, levado pelas forças policiais do Estado, os corpos estão presentes, mas, seguindo o mesmo *modus operandi* e formulação do enunciado que questiona sobre a vítima, a questão é comprovar quem executou a barbárie. As mordanças podem sugerir o silêncio de quem deveria dar as respostas e se cala, ou, ainda, os que são silenciados em seu direito à vida. A mobilização por *Cadê o Amarildo?* levou sua historicidade, agregou e somou-se a tantas outras memórias, projetando-se em deriva para o futuro.

Meu intento nessa seção foi trazer o/a leitor/a para percorrer comigo um pequeno fragmento do percurso iterável de *Cadê o Amarildo?* Meu convite foi, de alguma forma, para

experimentalizar a viagem de um conjunto de signos linguísticos e não linguísticos no seu deslizar na teia rizomática da iterabilidade.

Ao longo deste trabalho, com foco nos meus objetivos, rastreei e analisei algumas cartografias comunicáveis oficiais constituídas por atos de fala de autoridades da segurança pública do estado e da grande mídia e a sua articulação com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora. Nesta análise identifiquei a memória que essas cartografias ressoam e constroem na metapragmática que opera de forma transparente na pragmática dos atos de fala, indicializando uma historicidade que autoriza uma concepção de sociedade baseada em exclusão social e no assujeitamento de um contingente populacional da cidade e do Estado, em que moradores de favelas e periferias são vistos como ameaça à ordem civilizatória de uma modernidade desejada. Tais cartografias operam no jogo mnemônico do que esquecer e do que lembrar, induzindo a crenças que legitimam a violência estatal contra essa parcela da sociedade e naturalizam a percepção de um estado de guerra que autoriza a existência de corpos matáveis.

Analisei o processo discursivo que se construiu(ói) na mobilização *Cadê o Amarildo?* e sua emersão contextual, isto é, no tempo das grandes manifestações, no espaço da Rocinha com UPP e sua articulação com esse contexto. Foi imperativo rastrear a trajetória textual para compreender a longeva circulação que alcançou *Cadê o Amarildo?* Pude, então, identificar na atuação em rede um importante elemento para sua longevidade. Sua permeabilidade agregadora arregimentou mobilizações e lutas em torno de diversos temas, como o genocídio da juventude negra, o descrédito na política de Pacificação baseada numa lógica de guerra e no estereótipo de inimigo indexicalizado à pobreza e racialidade, bem como a temas contextualmente mais amplos como o déficit habitacional, a inoperância da polícia investigativa, a centralização da propriedade terra, a punição seletiva da justiça, a falta de serviços públicos nas periferias e favelas, a falta de participação popular nas definições de políticas públicas etc.

A emersão de *Cadê o Amarildo?* no contexto das grandes manifestações, sem dúvida, foi importante para dinamizar sua circulação, principalmente, por ter utilizado estratégias comunicativas similares como o uso das redes sociais e se apropriar de discursos circulantes no período como o “vem pra rua”. Isso colaborou para sua interação com as insatisfações que movimentavam a sociedade naquele período. Mas, os desdobramentos que encaminharam as reivindicações dos protestos populares, ao se desvincularem da ideia da tarifa zero e se direcionarem para uma aversão generalizada com a política partidária e o engajamento de propostas tendentes à direita, nos termos de Singer (2013), como a redução da maioria penal e grupos assumidamente neonazistas, fizeram de *Cadê o Amarildo?* o refúgio para os

movimentos à esquerda, arregimentando a participação de artistas e outros militantes de movimentos sociais. *Cadê o Amarildo?* tensionou cartografias oficiais e se constituiu em forma de expressão para outras vozes socialmente silenciadas, assim como ecoou em outras mobilizações. Em sua circulação, *Cadê o Amarildo?* operou salto escalar saindo do contexto situado da Rocinha e do particular que envolvia sua família e amigos para se tornar um ícone de outras lutas travadas em diferentes enfrentamentos sócio-políticos.

(IN)CONCLUSÕES: CADÊ O AMARILDO? - UMA DOBRA

Inicialmente, apresentei os eventos que culminaram nas mobilizações de *Cadê o Amarelido?*, explicitarei as ferramentas teóricas com as quais construí minhas análises e apresentei o exame de algumas cartografias comunicáveis oficiais e como operam indexicalidades. A seguir, trouxe a trajetória metodológica que construí ao longo do trabalho, bem como a minha experiência vivida no campo empírico e, finalmente, apresentei a análise do percurso iterável de *Cadê o Amarelido?*, em que identifiquei a potencialidade de resistência a essas cartografias discursivas oficiais.

Para abordar essa potência de resistir, cito Briggs que, no início de seu artigo *Anthropology, Interviewing, and Communicability, in Contemporary Society*, diz:

O termo *comunicabilidade* joga com vários sentidos da palavra. Em uso normal, comunicabilidade sugere *volubilidade*, a habilidade de ser imediatamente comunicado e compreendido, e *micróbios*, capacidade de se espalhar facilmente. Adiciono ainda um novo sentido no qual *comunicabilidade* é infeccioso – na forma como textos e ideologias encontram audiências e se introduzem social e politicamente. (BRIGGS, 2007, p. 556 - traduzi, grifo do autor)²⁵

Inspiro-me na apropriação da linguagem médica utilizada por Briggs para buscar na Homeopatia uma imagem que me parece ser esclarecedora para falar de *Cadê o Amarelido?*

Similia similibus curentur. O primeiro dos quatro princípios em que se baseia a Homeopatia é a Lei dos Semelhantes, isto é, que as substâncias têm o poder de curar os mesmos sintomas que são capazes de produzir. Portanto, se uma substância pode causar, em um sujeito saudável, determinado quadro de sintomas, essa mesma substância homeopaticamente preparada, ou seja, diluída e dinamizada, pode curar esse mesmo quadro sintomático. Para dinamizá-la, à substância diluída é aplicada movimento, assim ela é potencializada, conferindo-lhe poder de cura, como ensina HAHNEMANN (2013 [1810]).

O enunciado *Cadê o Amarelido?* consegue diluir, ou seja, colocar em partes menores, o discurso de luta que recusa a histórica desqualificação e inferiorização social dos negros e pobres no Brasil. Uma pequena frase interrogativa, composta por três palavras, consegue conter

²⁵ The term communicability puns on various senses of the word. In normal usage, communicability suggests volubility, the ability to be readily communicated and understood, and microbes' capacity to spread. I add a new sense in which communicability is infectious—the way texts and the ideologies find audiences and locate them socially/politically.

toda a substância das lutas que se travam contra a violência perpetrada aos socialmente excluídos e, no Rio de Janeiro ao menos, isso significa em grande parte dizer contra os moradores de favelas. Mas, não somente a estes. A crença no confronto armado e na exclusão como garantidores de um projeto de sociedade, transforma a cidade em campo de batalha e seus moradores, em comunidade ameaçada - incluindo os próprios policiais. *Cadê o Amarildo?* é um enunciado performativo que ao conseguir grande circulação, ganha movimento e dinamiza-se, potencializando-se como “medicação” para enfrentar a infecção que têm causado tanto sofrimento, dor e morte em nossa sociedade. Bete, a esposa de Amarildo me disse: “Quantas vidas esse major Edson, quantas vidas esse homem prejudicou? Prejudicou minha família, prejudicou a família dele e a família dos comparsas dele. É uma coisa impressionante!” (Entrevista 17/07/2015).

Cadê o Amarildo? indexicaliza uma memória que abrange muito mais do que o contexto da situação ocorrida como o próprio Amarildo e mesmo das manifestações de junho/2013, incorpora novos contextos situados, alcança ressignificação a cada repetição, infla-se de significado. Se foi a expressão da dor e da indignação de uma família e sua comunidade pelo desaparecimento de um dos seus membros, levado a cabo por forças da instituição policial do Estado, destinada a garantir a segurança pública, o grito de *Cadê o Amarildo?* ganha novas significações, projeta-se para o futuro e consegue a permanência de sua circulação. Torna-se espaço para ecoar tantas outras dores, de agora e do passado. Como disse sua esposa à imprensa no dia da manifestação pelos dois anos do seu desaparecimento: “Eu pergunto: cadê os Amarildos de ontem, de hoje e do Brasil?” Não é a voz de protesto apenas pelo desaparecimento e a presumível morte de Amarildo de Souza, mas de tantos outros e outras que se foram no embate social que dá hegemonia a determinados interesses em detrimento do interesse de uma maioria que, relegada ao abandono, é sequestrada em seus direitos humanos e civis há séculos.

O ato de fala *Cadê o Amarildo?* recusou o assujeitamento pelas forças do poder, não como uma força aplicada em sentido contrário mas, como num movimento de judô, utilizou a própria força e peso do oponente a seu favor, dobrando-a sobre ela mesma. O poder de prender para averiguação, sem mandado, afrontando os mais elementares princípios dos direitos humanos, que assujeita a ponto de fazer desaparecer uma pessoa, ao encontrar-se com a forma interrogativa, viu-se compelido a responder por esse desaparecimento. As mobilizações que emergiram do sequestro e morte de Amarildo não gritaram ao mundo que Amarildo havia sido sequestrado, torturado e morto pelas forças da UPP, mas convocaram o mundo a perguntar *Cadê o Amarildo?* Não produziram uma contracartografia comunicável oficial, mas colocaram-

na à deriva, construíram um desvio, uma possibilidade de outro movimento para essas cartografias, que criem novas indexalizações, construindo novas memórias e forjando novas visões de mundo que tornem possíveis novos projetos de sociedade.

O ex-governador Sérgio Cabral em apelo aos manifestantes, pediu que não fizessem protestos nas proximidades do prédio onde morava porque, disse: “eu tenho filhos”. Esse apelo foi rapidamente indexalizado pelas vozes das ruas: “o Amarildo também.” E esses filhos ainda perguntam Cadê o Amarildo? Os policiais militares indiciados pela sua morte foram julgados e condenados em janeiro deste ano de 2016, mas os restos mortais de Amarildo ainda não foram encontrados e a família quer o direito de encerrar o seu luto. *Cadê o Amarildo?* continua a circular sem resposta, por Amarildo de Souza e por tantos e tantas que tombam na insanidade de uma guerra construída e mantida por um projeto de sociedade obtusamente excludente, perversamente violento, intolerantemente seletista e discursivamente bem articulado. Tendo a grande mídia como instrumento para fazer circular memórias que constroem crenças de medo, perigo e impotência, indicializadas à racialidade, pobreza, local de moradia, classe social, demarcam o estereótipo de um inimigo que deve ser eliminado. Vemos esse mesmo poder da mídia corporativa, aliada às forças políticas conservadoras deste país, nos dias de hoje construindo artifícios jurídico-discursivos como arma para derrubar um governo, construindo uma determinada perspectiva dos acontecimentos como a “verdade” dos fatos que ganha eco em parcela da sociedade nas diferentes classes sociais. Uma estrutura ‘monstrificada’ que se alimenta de si mesma e nos induz a nos sentirmos impotentes diante dela. Mas, *Cadê o Amarildo?* nos ofertou um caminho possível de enfrentamento e de construção de outra perspectiva. Este trabalho mostra que tanto na web, como nas ruas, há um tipo de possibilidade de agência política coletiva desafiada dos tradicionais mecanismos de poder (polícia, repressão, pressão de partidos políticos etc.) que não se submete a técnicas de controle usuais; pelo contrário eles transbordam, vazam e excedem limites familiares, desafiando tanto a cartografia oficial quanto às formas conhecidas de governo (em termos foucaultianos). A circulação rizomática de textos (característica dos tempos atuais) a iterabilidade, ao intensificarem a imprevisibilidade e os acasos, indicam a possibilidade de transformação na repetição, e sua potência transgressora. Mas, para detectá-las, é preciso apurar o olhar para cadeias de textos e signos em movimento e observar a dinâmica da reprodução-renovação, ângulo que privilegio neste trabalho.

Cadê o Amarildo? ofertou a esse projeto uma possibilidade de deriva. Somos todos Amarildos(as), homens, mulheres, jovens, adultos, crianças, brancos, negros, pardos, orientais,

índios, mestiços de toda sorte, homossexuais, heterossexuais, transexuais, assexuais, filhos e filhas, mães, pais, avós, amantes, amados, sofridos, solitários, esportistas, sedentários...apenas SOMOS. Iguais em nossas humanidades, diferentes em nossas singularidades somos os que constroem a vida em sociedade. Nessa perspectiva, esta dissertação se encerra iterando a pergunta que não pode, não quer e não deve silenciar: *Cadê o Amarildo?*

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio e DIAS Camila. Monopólio estatal da violência. In **Crimes, polícia e justiça no Brasil** / Org. Renato Sérgio de Lima, José Luiz Rattón e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo – 1. Ed. – São Paulo: Contexto, 2014.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 2ª reimpressão, 2007.
- ANTOINE, Nelson. [Avenida Paulista]. 2013. **UOL Notícias** – Álbum protestos em São Paulo. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/album/2013/06/22/protestos-em-sao-paulo.htm#fotoNavId=pr10541132>> Acesso em abr. 2015.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução e apresentação Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARROS, Laura Pozzano e KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, p. 52-75, 2015.
- BAUMANN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 8, n. 1,2, p. 185-229, jan. 2006. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18230/17095>>. Acesso em: ago. 2014.
- BLOMMAERT, Jan. Ideologias Linguísticas e Poder. In **Nova Pragmática: modos de fazer**. Daniel N. e Silva, Dina Maria M. Ferreira e Claudiana N. de Alencar (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2014, p. 67 - 77.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico. Coleção Memória e Sociedade**. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curso (Coord.). Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____. **The field of cultural production: Essays on art and literature**. New York: Columbia University Press. 1993.
- BRIGGS, Charles L. **Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society – Current Anthropology**. Volume 48, Number 4, August 2007.
- _____. **Mediating infanticide: Theorizing relations between narrative and violence**. Cultural Anthropology. Department of Anthropology, University of California, Berkeley, v. 22, n. 3, p. 315-356, 2007.
- BRISOLLA, Fábio. [Manifestações/RJ]. Folha de São Paulo Online, 1º/08/2013. Disponível em: <<http://aovivo.folha.uol.com.br/2013/08/01/2698-aovivo.shtml#page=3>>. Acesso em fev. 2014.
- BRITO, Felipe. Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas. In **Até o último Homem: visões da administração armada da vida social** / Org. Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira – São Paulo: Boitempo, 2013.
- BUTLER, Judith. **Lenguaje, Poder e identidad**. Trad. Javier Saez e Beatriz Preciado (Título original **Excitable speech: a politics of the performative**. London and New York: Routledge. 1997).

CADÊ O AMARILDO? – [Cristo Redentor]. Página Campanha Amarildo. Disponível em <<https://www.facebook.com/campanha.amarildo/photos/pb.284946191645882.-2207520000.1434631817./284992848307883/?type=1&theater>> Acesso jun. 2014.

CADÊ O AMARILDO? – [Praia de Ipanema]. Página Abaixo a Ditadura. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abaixoaditadura/photos/a.540655802664693.1073741831.540560302674243/561133133950293/?type=1&permPage=1>> Acesso em ago. 2013.

CADÊ O AMARILDO? – Berlim. Página Mães de Maio. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maes.demaio/photos/a.174007019401673.38528.173936532742055/324829557652751/?type=1&theater>> Acesso em: jul. 2013

CADÊ O AMARILDO? – Moscou/Alemanha/Nova Iorque e Palestina – Página Campanha Amarildo. Disponível em <<https://www.facebook.com/campanha.amarildo/photos/pb.284946191645882.-2207520000.1434631817./296703563803478/?type=1&theater>> Acesso em nov. 2013.

CADÊ O AMARILDO? [Ocupação Amarildo de Souza]. **Diário Catarinense**. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/01/partidos-politicos-apoiam-a-ocupacao-amarildo-de-souza-na-capital-4398347.html>. Acesso em: ago. 2014.

CADÊ O AMARILDO? [Eu sou Alex]. **O Globo Online**. 27/09/2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/crimes-assustam-alunos-de-universidades-do-rio-17619345> >. Acesso em jan. 2016.

CADÊ O AMARILDO? [Favela do Moinho]. Página Campanha Amarildo. Disponível em <<https://www.facebook.com/campanha.amarildo/photos/pb.284946191645882.-2207520000.1434631817./285118771628624/?type=1&theater>> Acesso em jun. 2015.

CADÊ OS AMARILDOS? Foto Instagram. Fonte: Google Imagem. [2015]. Disponível em: <http://scontent-a.cdninstagram.com/hphotos-xaf1/t51.2885-15/s306x306/e15/10919268_684134925041334_1657891223_n.jpg> Acesso em: maio 2015.

CLEMENTE, Carlos Eugênio. [Manifestação/SP]. 2013. Revista Vírus Planetário. Disponível em: <<http://www.virusplanetario.net/wp-content/uploads/2013/08/protesto-amarildo-desmilitarizacao-pm.jpeg>>. Acesso em abr. 2014.

COCCO, Giuseppe. **As Favelas: entre o balaio de gatos e o mito da marginalidade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais / EBA / UFRJ ano XX n. 26. Junho 2013

COSTA-MOURA, Fernanda. **Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos**. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XVII número especial agosto de 2014, p. 141-158.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 1, 1995, 2ª Reimpressão 2000. (Coleção Trans).

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 3ª edição, agosto de 2011. 1ª reimpressão, outubro de 2014, p. 11-25.

DERRIDA, Jacques. Assinatura acontecimento contexto. In **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus. Trad. Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. 1991, p. 349 – 373.

E-FLYERS de Convocação. Página Amarildo de Souza. Facebook. 2013. Disponível em <<https://www.facebook.com/amarildos.familia>>. Acesso em maio 2015.

FABRÍCIO, Branca Falabella. **Infectious repetition-differentiation in an on-line debate on sexualities: Textual friction, scale shifts and resemiotization potential**. Paper 167. *Urban Language & Literacies*. King's College London: 2015, p. 4. Disponível em: <<http://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/education/research/ldc/publications/workingpapers/abstracts/WP167Fabricio2015..aspx>>. Acesso em fev. 2016.

FREITAS, Aluizio. Cabral defende aborto contra violência no Rio de Janeiro. **Globo.Com/G1**. Rio de Janeiro. 24 out. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>. Acesso em: out. 2014.

GLOBO NEWS. Desaparecimento de Amarildo de Souza completa dois anos. 2015. Disponível em: <http://globo.com/globo-news/jornal-globo-news/v/desaparecimento-de-amarildo-de-souza-completa-dois-anos/4320434/> > Acesso em: jul. 2015.

GOHN, Maria da Clória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas cariocas, acesso a direitos e políticas urbanas: práticas e discursos. In **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências** / Org. Patrícia Birman... (et al). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo** / Org. Jô Gondar e Miguel Angel de Barrenechea. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 32-43

_____ Memória, tempo e história. In **As dobras da memória** / Org. Miguel Angel de Barrenechea. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 92-100.

_____ Quatro proposições sobre memória social. In **O que é memória social?** Org. Jô Gondar e Vera Dodobei. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2005, p. 11-26.

GRANJA, Patrick. **UPP: o novo dono da favela: cadê o Amarildo?** (Criminologia de Cordel) – 1 ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2015

HAHNEMANN, Samuel, 1755 – 1843. **Exposição da doutrina homeopática, ou, Organon da Arte de Curar**. Tradução: David Castro, Rezende Filho, Kamil Curi - São Paulo: GEHSP “Benoit Mure”, 2013, p. 22-28.

HANKS, Willian F. **Língua como prática social, das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 169 – 201.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo – São Paulo: Martins fontes – selo Martins, 2014.

_____ A liberdade da cidade. In **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/ Ermínia Maricato (et. Al) – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27 – 34.

IASI, Mauro Luis. A Rebelião, a cidade e a consciência. In **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/ Ermínia Maricato (et. Al) – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 41 – 46.

ISP. <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=108>> Acesso em dez. 2015.

LEVINSON, Sthepen C. **Pragmática**. Tradução Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins fontes, 2007, p. 1 - 56; 287 – 477.

MAGNANI, J.G.C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**, Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). EDUSP, São Paulo, 1996.

MALINOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975. P. 39 - 61.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/ Ermínia Maricato (et. Al) – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19 - 26.

MEIRELLES, Renato e ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira** – São Paulo: Editora Gente, 2014

MEY, Jacob L. **As vozes da sociedade: seminários de pragmática**. Campinas: Mercado de Letras. 2001.

_____ Sequencialidade, contexto e forma linguística. In: **Nova Pragmática: modos de fazer** / Daniel do Nascimento e Silva, Diana Maria Martins Ferreira, Claudiana Nogueira de Alencar (orgs.) – São Paulo: Cortez. 2014, p. 129 – 144.

MORATO, Edwiges. O interacionismo no campo linguístico. In: Mussalin, Fernanda & Anna C. Bentes (orgs.) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Vol.3. São Paulo: Cortez, 2004. pp.311-351.

MORRIS, C. W. **Foundation of The Theory of Sings**. In O. Neurath, R. Carnap e C. Morris (Orgs.) International Encyclopedia of Unified Science. Chicago: University of Chicago Press, 1938, p. 77-138. (Reimpresso in Morris (1971).

MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai parar em São Paulo. In **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/ Ermínia Maricato (et. Al) – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 13 – 18.

MPL disponível em <http://www.mpl.org.br/> Acesso em jul. de 2013.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, J e DODEBEI, V. (Orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 89 - 104.

O ESTOPIM. Direção e produção Rodrigo Mac Niven. TVa2. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fxNRBBWMq9c>>. Acesso em: jun. 2015. Acesso em: jul. 2015.

O QUE É FAVELA, AFINAL? / Jailson de Souza e Silva. (Org.) – Rio de Janeiro: **Observatório de Favelas do Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: <<http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

ONDE ESTÁ O AMARILDO?/Papa. Fonte: Vale do Jequi. 2013. Disponível em: <http://valedojequi.com/wp-content/uploads/2014/01/amarildo.jpg>>. Acesso em: nov. 2013.

OTTONI, Paulo. **John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem**. DELTA, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 117-143, 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em set. 2015

PÁGINA Amarildo de Souza. Facebook. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/amarildos.familia>> Acesso em maio 2015. Acesso em: maio 2015.

PÁGINA do Wally. Página Campanha Amarildo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/campanha.amarildo/photos/pb.284946191645882.-2207520000.1434631817./284992848307883/?type=1&theater>>. Acesso em: maio 2015.

PASSOS, Eduardo e BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção.

PINTO, Ana Carolina. Formandos da UFF elegem o pedreiro Amarildo como patrono da turma. **Extra Online**. 2/12/2013 <<http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/formandos-da-uff-elegem-pedreiro-amarildo-como-patrono-da-turma-10944373.html#ixzz41PUm8Psd>> Acesso em ago. 2014

PLANO DIRETOR de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/139339/DLFE-229591.pdf/LeiComplementar1112011PlanoDiretor.pdf>

PORTAL TERRA. **Beltrame: mesmo morrendo crianças não há alternativa**. Rio de Janeiro. 17 out. 2007. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1998832-EI5030,00-Beltrame+mesmo+morrendo+criancas+nao+ha+alternativa.html>. Acesso em: out. 2014.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A pesquisa política e socialmente compromissada em pragmática. In **Nova Pragmática: modos de fazer** / Daniel do Nascimento e Silva, Diana Maria M. Ferreira, Claudiana N. de Alencar (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2014, p.101 – 128.

RAU, Felipe. [Quem matou 19?] **Estadão Online**. 28/08/2015. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ong-faz-ato-na-paulista-contrachacina-que-matou-19-em-sp,1752279>>. Acesso em: ago. 2015.

ROCINHA. <www.rocinha.org>

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. Família e moradia nem espaços de favela e não favela na cidade do Rio de Janeiro. In **Rio de Janeiro: um território em mutação**. Angela Moulin S. Penalva Santos (et. al). Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2012, p. 133 – 155.

Segurança pública: temas e perspectivas / Hugo Acero Valásquez... (et al); org. Paulo Jorge Ribeiro, Thaís Chaves Ferraz – Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 164 - 168; 173 – 175.

SILVA, Daniel Nascimento e e ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. In **Nova Pragmática: modos de fazer** / Daniel do Nascimento e Silva, Diana Maria M. Ferreira, Claudiana N. de Alencar (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2014, p. 259 – 283

SILVA, Daniel Nascimento e. **Memória e Iterabilidade**. Rio de Janeiro: 2015. No prelo.

_____. **O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 67-84, jan./abr. 2014.

_____. **Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras: Faperj, 2012.

SILVA, Luiz A. Machado. As UPPs, a linguagem da violência urbana e a sociabilidade no Rio de Janeiro. In **Rio de Janeiro: um território em mutação**. Angela Moulin S. Penalva Santos (et. al). Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2012, p. 113 – 115.

SILVERSTEIN, Michael. “Cultural” concepts and the language-culture nexus. *Current Anthropology* 45:621–52, 2004.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções Novos Estudos Cebrap 97, novembro 2013, pp. 23-40

SOARES, Priscila, OLIVEIRA, Fábio Bruno e SAMPAIO, Milena. **Rocinha, uma breve história no tempo. Análise dos processos de formação e transformação do bairro**. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis - Santa Catarina: 2009. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3276/3209> Acesso em jul. 2015.

SOARES, Rafael. Mais 15 PMs são denunciados por participação na morte do pedreiro Amarildo. **Extra Online**. Rio de Janeiro, 22 out. 2013. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mais-15-pms-sao-denunciados-por-participacao-na-morte-do-pedreiro-amarildo-10485942.html>>

SOARES, Ronaldo e MARTINS, Sérgio. Enfim um herói do lado certo. **Revista Veja**. Edição 2190. Rio de Janeiro. 10 nov. 2010, p. 120-127.

SOUZA FILHO, Danilo M. de. Apresentação. In **Quando dizer é fazer: palavras e ação.**, John Langshaw Austin. Tradução e apresentação Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

STRATHERN, Paul. **Derrida em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2012.

TADDEI Renzo e GAMBOGGI Ana Laura. **Etnografia, Meio ambiente e comunicação ambiental**. Lajeado (RS), Caderno pedagógico, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011. Disponível em <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/download/130/194>. Acesso em: set. 2015.

TEDESCO, Sílvia. Os Três Planos da Linguagem: uma abordagem pragmática do sentido. In **Pragmatismos, Pragmáticas e Produção de Subjetividades**. Arthur Arruda, Benilton Bezerra Jr., Sílvia Tedesco (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2008, p. 311-326.

TOLEDO, Malu. Nove morrem em ação do Bope; coronel diz que PM do Rio é "o melhor inseticida social". **Folha de São Paulo. São Paulo Online**, 16 abr. 2008. Caderno Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1604200827.htm>. Acesso em: out. 2014.

UPP/RJ. <www.upprj.com/>

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In **Cidades Rebeldes: Passe Livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**/ Ermínia Maricato (et. Al) – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 36 – 40.

VASCONCELLOS, Fábio. Pesquisa mostra alta aprovação das UPPs em favelas, sejam pacificadas ou não. **Globo Online**. Rio de Janeiro, em 11 dez. 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: Juventude Viva – Mortes matadas por armas de fogo**. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>> Acesso em jun. 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Crime organizado: uma categorização frustrada. In **Discursos sediosos – crime, direito e sociedade**, nº 1. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1996, p. 45.

ZIZEK, Slavoj. **Violência, seis reflexões laterais**. Trad. Miguel Serras Pereira – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE A – Roteiro das questões das entrevistas com participantes da mobilização Cadê o Amarildo?

- O (A) senhor(a) participou desde o início do movimento “Cadê o Amarildo?”? Poderia nos falar de como foi organizado?

- Sabemos que os números de desaparecidos no Rio de Janeiro são assustadores e que muitos familiares buscam mobilizar-se em relação a isso, mas poucos alcançam as páginas dos jornais, a que o (a) senhor (a) atribui a grande repercussão que alcançou o “Cadê o Amarildo?”?

- O (A) senhor(a) acompanhou a repercussão nas redes sociais?

- O (A) senhor(a) acompanhou a cobertura dada pela mídia? Como viu/sentiu essa cobertura?

- movimentos surgiram no período das manifestações de junho/2013, como “Fora Alckmin”, em São Paulo, “Fora Cabral” e “Cadê o Amarildo?”, no Rio, Alguns não foram muito adiante, no entanto, “Cadê o Amarildo?” permanece e circula em nossa sociedade, a que o (a) senhor(a) atribui essa diferença?

APÊNDICE B - Roteiro das questões de orientação da entrevista com jornalista.

- O (A) senhor(a) participou da cobertura jornalística das manifestações de junho de 2013, no Rio de Janeiro?
- Qual o papel da mídia em eventos como esse na sua opinião?
- Esse papel foi cumprido, de uma forma geral?
- O (A) senhor(a) participou da cobertura jornalística do movimento “Cadê o Amarildo?”?
- Como vê a atuação da mídia nesse caso?
- A grande circulação nas redes sociais influenciou a cobertura da mídia? Em função de quê?
- Vários movimentos surgiram no período das manifestações de junho/2013, como “Fora Alckmin”, em São Paulo, “Fora Cabral” e “Cadê o Amarildo?”, no Rio, Alguns não foram muito adiante, no entanto, “Cadê o Amarildo?” permanece e circula em nossa sociedade, a que o (a) senhor(a) atribui essa diferença?